

Pe. José Freitas Campos

MIGUELINHO:

PADRE, HERÓI REVOLUCIONÁRIO.
QUEM O CONHECE?



EDIÇÕES DO
SENADO FEDERAL 273

SENADO FEDERAL



MIGUELINHO:
PADRE, HERÓI REVOLUCIONÁRIO.
QUEM O CONHECE?

Mesa Diretora

Biênio 2019 – 2020

Senador Davi Alcolumbre

Presidente

Senador Antonio Anastasia

1º Vice-Presidente

Senador Lasier Martins

2º Vice-Presidente

Senador Sérgio Petecão

1º Secretário

Senador Eduardo Gomes

2º Secretário

Senador Flávio Bolsonaro

3º Secretário

Senador Luis Carlos Heinze

4º Secretário

Suplentes de Secretário

Senador Marcos do Val

Senador Weverton

Senador Jaques Wagner

Senadora Leila Barros

Conselho Editorial

Senador Randolfe Rodrigues

Presidente

Esther Bemerguy de Albuquerque

Vice-Presidente

Conselheiros

Alcinéa Cavalcante

Aldrin Moura de Figueiredo

Ana Luísa Escorel de Moraes

Ana Maria Martins Machado

Carlos Ricardo Cachiollo

Cid de Queiroz Benjamin

Cristovam Ricardo Cavalcanti Buarque

Elisa Lucinda dos Campos Gomes

Fabrcio Ferrão Araújo

Ilana Feldman Marzochi

Ilana Trombka

João Batista Gomes Filho

Ladislau Dowbor

Márcia Abrahão de Moura

Rita Gomes do Nascimento

Vanderlei dos Santos Catalão

Toni Carlos Pereira

Pe. José Freitas Campos

MIGUELINHO:
PADRE, HERÓI REVOLUCIONÁRIO.
QUEM O CONHECE?

Brasília – 2020

SENADO FEDERAL



EDIÇÕES DO
SENADO FEDERAL
Vol. 273

O Conselho Editorial do Senado Federal, criado pela Mesa Diretora em 31 de janeiro de 1997, buscará editar, sempre, obras de valor histórico e cultural e de importância para a compreensão da história política, econômica e social do Brasil e reflexão sobre os destinos do país e também obras da história mundial.

Organização e Revisão: Cristiano Ferreira e SEGRAF
Editoração eletrônica: SEGRAF
Ilustração de capa: SEGRAF

Projeto gráfico: Serviço de Formatação e Programação Visual do Senado Federal
(Sefpro)

© Senado Federal, 2020

Congresso Nacional

Praça dos Três Poderes s/nº

– CEP 70165-900 – DF

cedit@senado.gov.br

<http://www.senado.gov.br/web/conselho/conselho.htm>

Todos os direitos reservados

ISBN: 978-85-528-0073-6

.....

Campos, José Freitas.

Miguelinho : padre herói revolucionário : quem o conhece? / Pe. José Freitas Campos. -- Brasília : Senado Federal, Conselho Editorial, [2020].

251 p. : il., fots., gravs., mapa, retrs. -- (Edições do Senado Federal ; v. 273)

1. Castro, Miguel Joaquim de Almeida, 1768-1817, biografia. 2. Religioso, Brasil, biografia. 3. Revolução Pernambucana (1817), Brasil. I. Título. II. Série

CDD 922.281

.....

*“Quereis saber quem
foi o Pe. Miguelinho?
Transponde o Cabugi
e devassai-lhe o ninho”.*

Segundo Wanderley

SUMÁRIO

Apresentação	9
Prefácio	13
1. Miguelinho – Genealogia	15
2. Família sacerdotal de Miguelinho	21
3. Demais irmãos de pe. Miguel.....	29
4. Vida acadêmica	35
5. Pe. Miguel retorna ao Brasil.....	39
6. Miguelinho e Azeredo Coutinho: amigos ou parceiros?	45
7. O seminário de Olinda: um sonho de liberdade.....	51
8. Pe. Miguelinho: professor de Retórica	57
9. Pe. Miguel: o orador	63
10. A Revolução de 1817: contexto histórico	67
11. O que foi a Revolução de 1817?.....	73
12. Cronologia da Revolução.....	81
13. Por que a “Revolução dos Padres”?.....	89
14. A Revolução hasteou sua bandeira	97
15. Pe. Miguelinho: secretário do governo.....	105
16. Pe. Miguelinho e as sociedades secretas.....	111

17.	Pe. Miguelinho: o revolucionário.....	117
18.	Pe. Miguelinho: silêncio e martírio	123
19.	Revolução de 1817 A atuação do clero no Rio Grande do Norte.....	131
20.	Revolução de 1817 A atuação dos leigos no Rio Grande do Norte	147
21.	Quem foi André de Albuquerque nesta história?....	157
22.	Ressonâncias de uma Revolução	163
23.	Uma cidade chamada Frei Miguelinho	171
24.	Miguelinho: a homenagem do povo potiguar.....	177
25.	Oração acadêmica: introdução	185
	POSFÁCIO.....	191
	ANEXOS	195
	REFERÊNCIAS.....	244

APRESENTAÇÃO

Enfim, uma biografia de Miguel Joaquim de Almeida Castro, o Pe. Miguelinho, para os nossos dias! Seu autor é o Pe. José Freitas Campos, da Arquidiocese de Natal, e, agora, alçado à condição de biógrafo do mais eminente exemplo de fé e heroísmo nascido em solo potiguar. Assinale-se que o martírio de Pe. Miguelinho só tem paralelo no do alferes Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, seu antecessor da Inconfidência Mineira, cuja abnegação se irmana ao amor à liberdade do seu êmulo norte rio-grandense, potiguar.

Mas a biografia do Pe. Miguelinho vai muito além do seu martírio, o qual é tão somente a culminância do seu desvelo cívico. E este talvez seja o principal mérito deste “Miguelinho: Padre, herói revolucionário. Quem o conhece?”, que o Padre Campos entrega aos leitores, leitoras quer daqui, quer de alhures, interessados em questões históricas, reunindo fé, heroísmo e idealismo político em tons fortes.

De fato, Miguelinho sai das páginas deste livro longamente pesquisado não apenas como um herói que vive até o fim seu ideal libertário; avulta como mestre em retórica no Seminário de Olinda, como propagador dos ideais da Revolução Francesa e do Iluminismo, bandeiras com que cingiu sua luta à frente da Revolução Pernambucana de 1817. Este foi, aliás, o primeiro governo republicano instalado no Brasil e que durou tão somente 70 dias, mas cuja luta serviu de inspiração ao movimento republicano vitorioso de 1889. A cronologia desses 70 dias revolucionários é detalhada na obra, assinalando

a adesão do Rio Grande do Norte e da Paraíba logo nos seus primeiros feitos, bem como destacando seu caráter liberal mediante as primeiras medidas tomadas pelos revolucionários a favor da liberdade de opinião e de imprensa e dos direitos individuais.

A Insurreição Pernambucana de 1817 costuma ser rotulada de “revolução dos padres”. Sua leitura explica que isso se deu porque cerca de 70 sacerdotes integraram suas fileiras, sendo que alguns deles chegaram a se envolver em ações militares, como fizeram o Pe. Antônio do Souto Maior Bezerra de Meneses, vigário de Goiana, e os padres João Gomes de Lima e Francisco de São Pedro, o “Cachico”. Mais chocantes ainda são os detalhes relatados sobre o martírio de muitos desses padres insurrectos, como o Pe. Pedro de Souza Tenório, vigário de Itamaracá, Pe. Antônio Pereira de Albuquerque, o Pe. Roma. Todos condenados – a exemplo do que sucedeu a Miguelinho –, pelo famoso Conde dos Arcos, general português que governava a Bahia, e conhecido pelo uso abusivo que fazia da violência.

A preocupação com a verdade histórica leva o Pe. Campos a não descuidar de documentos preciosos para a história brasileira, como a proclamação do governo provisório, redigida pelo Pe. Miguelinho, no qual prega a conciliação entre reinos e brasileiros, bem como o texto completo da sentença proferida contra o Pe. Miguelinho e companheiros pelo Conde dos Arcos, selando o destino de martírio dos sentenciados. O livro se encerra com a fulgurante oração acadêmica proferida por Miguelinho ao inaugurar, em 16 de fevereiro de 1800, o Seminário Episcopal de Olinda.

Mas contar a história de Pe. Miguelinho torna praticamente obrigatório reportar-se a outro nome da Revolução Pernambucana, um herói laico, dessa vez. Referimo-nos ao coronel de milícias André de Albuquerque, que chegou a governador

do efêmero governo revolucionário republicano em terras potiguares. Detalhes dessa aventura podem ser encontrados na meticolosa análise que faz o pesquisador potiguar desses fatos.

Livro por demais amplo e complexo, esse “Miguelinho: padre, herói revolucionário. Quem o conhece?”, do Pe. José Freitas Campos é justamente a resposta à indagação que o título de sua obra escancara. Lido em sua inteireza, seu leitor ficará deveras impressionado com as narrativas cruzadas de um episódio fundamental da nossa história colonial, ligando a figura exponencial de Miguelinho, o Seminário de Olinda, os ventos das revoluções francesa e americana que só provam até nós os ideais de liberdade e independência que começavam a contagiar a alma dos brasileiros e abrir caminho para uma série de outros movimentos que culminaram em 1889. Enfim, sem a história de Miguelinho, não poderíamos entender a rigor o estágio atual em que se encontra a nação brasileira. Daí a importância de que se reveste esta obra de Pe. Campos, vinda numa hora tão propícia a se repensar os caminhos que tomou nosso país.

Valério Alfredo Mesquita

Membro da Academia Norte-Riograndense de Letras – ANRL

PREFÁCIO

Cortesias das mais generosas, a do padre escritor José Freitas Campos, em conceder-me o privilégio de escrever o prefácio do presente livro sobre o inesquecível Padre Miguelinho.

O autor, em questão, se exhibe como possuidor de uma prosa de clareza meridiana. Vários os livros de sua lavra enriquecedora da nossa literatura.

O atual relata a cruenta trajetória do inolvidável mártir da nossa memória histórica, no qual expõe, também, a existência rica de afazeres intelectuais do nobre servo da Igreja Católica.

Elucida, minuciosamente, a cronologia biográfica do natalense, cujo genitor era lusitano e condutor de família numerosa, vivida, em parte, num período turbulento da história da nossa nacionalidade.

A memória de vultos importantes da Igreja, daquele tempo, apresenta o interesse de uma educação condizente com a evolução do seu desenvolvimento sociológico. E Dom Azeredo Coutinho foi, à época, um dos grandes artífices desse progresso, registrado na área intelectual, com a organização do programa relacionado aos cursos do magistério do tradicional Seminário de Olinda.

O presente livro do Padre Campos, eminente cultor da nossa cultura, alude de passagem, elucidando, detalhadamente, os cruentos dias da chamada “Revolução dos Padres” expressão ocorrida em nossa Pátria, o nome foi dado por Oliveira Lima.

Outro ponto fixado no texto do autor é a formação intelectual do Padre Miguelinho, ornada de cultura filosófica e de eloquência erudita.

Ainda concernente a esta realidade acadêmica, ele exibiu seu caráter inquebrantável, ilustrativo da sua personalidade singular. Daí, a comprovada coragem demonstrada na sua luta, por nossa independência, a lealdade para com os seus compatriotas, envolvidos no Levante, livrando-os do cruel morticínio.

Foi padre Miguelinho, herói e mártir, na clareza da persuasão. A sua alma, na sua morte dolorosa, ainda exalava o flutuante perfume da neblina de um roseiral, em busca do infinito. O seu procedimento foi idêntico ao de Tiradentes um século antes, no episódio, também cruento, denominado Inconfidência Mineira.

Ao ser interrogado por seus acusadores, Tiradentes declarou ter sido ele quem teve a ideia sem que nenhuma outra pessoa o movesse nem lhe inspirasse coisa alguma, ao dito Levante, o que fizera, desesperado, por ter sido preterido quatro vezes, parecendo a ele respondendo que tinha sido muito exato no serviço.

Ambos, Tiradentes e Miguelinho, possuíam almas gêmeas, impregnadas de coragem e patriotismo, vividos em tempos separados, porém identificando-se por causas semelhantes.

Receberam ambos, a coroa do martírio dos mais dolorosos. O mineiro em pleno “Século do Iluminismo” e o natalense, no alvorecer da nossa Independência Pátria.

O presente livro do Padre José Freitas Campos servirá para fortalecer o sentimento de brasilidade às novas gerações.

Natal, agosto de 2019.

JURANDIR NAVARRO

Membro da Academia Norte-Rio-Grandense de Letras – ANRL

I

MIGUELINHO – GENEALOGIA

“O Padre Miguel é um homenzinho cujo espírito mais lento, não é menos vasto nem menos penetrante; os seus juízos são críticos e muito próprios a contrabalançar o ardor do seu colega (o vigário Tenório)”.

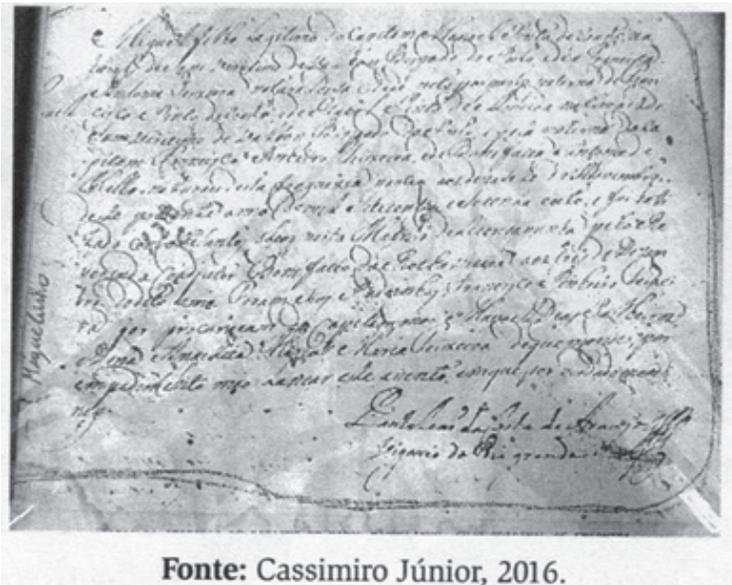
Louis François de Tollenare

Local onde nasceu o Pe. Miguelinho



Fonte: Cassimiro Júnior, 2016.

A Certidão de batismo



Fonte: Cassimiro Júnior, 2016.

Miguel Joaquim de Almeida Castro, ou simplesmente Miguelinho, teve por berço a cidade do sol, a cidade dos reis magos, a bela Natal. Nasceu, mais precisamente, no bairro histórico da Ribeira, a parte baixa mais antiga da *urbs natalensis* província do Rio Grande do Norte (então pertencente à capitania de Pernambuco). Veio ao mundo na primavera do dia 17 de setembro de 1768.

A localização exata do seu nascimento era então um grande sítio onde foi posteriormente construído o quartel do Batalhão de Segurança (1898–1908) onde atualmente funciona a sede do Sindicato dos Arrumadores Portuários do Estado-RN.

Algum tempo depois, o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte inaugurou solenemente uma lápide comemorativa no local exato do seu nascimento e deu seu nome àquela rua por onde tantos passaram e passam ainda hoje como se fossem transeuntes de um tempo histórico que se foi e se vai...

O pequeno Miguel cresceu e viveu a sua infância contemplando o azul do rio Potengi e a imensidão do Oceano Atlântico em meio a um imenso coqueiral que o rodeava. Foi aí em torno desse ambiente tão poético e inspirador que ele alimentara os seus sonhos e seus ideais.

Popularmente, era conhecido pelo cognome de Miguelinho, por causa de sua baixa estatura. Seus biógrafos tentaram caracterizar seu biotipo a partir de um retrato falado. Dizem que era um tipo vagaroso e sorridente, as mãos gorduchas, os braços curtos, ventre pançudo e possuía um olhar esverdeado e sereno.

Em suma, tornara-se um jovem frade carmelita bem comunicativo e loquaz para a época, quando ainda não existiam as redes sociais. Destacando-se, acima de tudo, pela sua inteligência viva, furibunda, prodigiosa, fugaz e por demais esvoaçante.

Era filho legítimo do capitão Manuel Pinto de Castro, português, natural de São Veríssimo de Valbon, diocese do Porto, Portugal, e de Dona Francisca Antônia Teixeira, natalense, brasileira.

Sendo seus pais de tradicional família católica, recebeu o sacramento da iniciação cristã (o batismo) na Igreja Matriz de Nossa Senhora da Apresentação em Natal, no dia 3 de dezembro de 1768.

Como prova documentária, apresentamos a seguir o assentamento de seu batismo extraído de livro existente na Matriz da Senhora da Apresentação, o que passamos a transcrever *ipsis litteris*:

CERTIDÃO DE BATISMO

Miguel, filho legítimo do Capitão Manuel Pinto de Castro, natural de São Veríssimo de Valbom, bispado do Porto, e de D. Francisca Antônia Teixeira, natural da freguesia de Natal, neto por parte paterna de Francisco Pinto de Castro e de Isabel Pinto de Castro, naturais de São Veríssimo de Valbom, bispado do Porto, e pela materna do Capitão Francisco Pinheiro Teixeira e de Bonifácia Antônia de Melo, naturais desta freguesia, nasceu a 17 de setembro de 1768 e foi batizado com os santos óleos na respectiva matriz, de licença minha, pelo reverendíssimo coadjutor Pe. Bonifácio da Rocha Vieira a 3 de dezembro do dito ano de 1768. Foram seus padrinhos Francisco Pinheiro Teixeira por procuração do Capitão-mor Manuel Dias Palheiro e Dona Angelina Maria Teixeira. Do que mandei lançar este assento em que por verdade me assino. – Pantaleão da Costa de Araújo, Vigário do Rio Grande do Norte.

Por esta certidão batismal, a partir destes significativos dados, percebemos que Miguelinho descendia de uma das mais ilustres e importantes famílias existentes na capitania a esse tempo.

O casal, além deste insigne patriota a quem vamos biografar, teve também outros filhos e filhas. Trata-se de uma família eminentemente levítico-sacerdotal. Fato é que dos 8 irmãos de Miguelinho, com ele mais 3 irmãos também optaram pela vida e ministério sacerdotal, trabalhando pela evangelização do povo de Deus.

É o que vamos ver a partir dos capítulos que seguem.

Acompanhemos, *pari passu*, os acontecimentos que envolveram este herói da justiça e da liberdade num contexto bem próprio do seu tempo. Sigamos os passos da vida e da morte deste mártir da pátria que a historiografia do Brasil registra em suas memoráveis páginas.

II

FAMÍLIA SACERDOTAL DE MIGUELINHO

“Nós seríamos muito pouco patriotas se deixássemos fenecer no pó do esquecimento os nomes daqueles nossos compatriotas e concidadãos, que, pelo desempenho dos seus deveres, se têm feito credores da nossa consideração e estima”.

Frei Joaquim do Amor Divino Caneca,
OC.

Igreja Matriz de Nossa Senhora da Apresentação Antiga
Catedral de Natal – RN



Fonte: Cassimiro Júnior, 2016.

Passamos, agora, a elencar a lista completa dos irmãos de Miguelinho que foram ordenados sacerdotes e tiveram uma atuação destacada e marcante na região do Nordeste brasileiro, nos séculos XVIII e XIX:

1. PE. INÁCIO PINTO DE ALMEIDA CASTRO.

Nasceu em Natal, no dia 30 de agosto de 1766. Era o mais velho dos irmãos de Miguelinho. Tendo concluído os seus estudos regulares, foi ordenado sacerdote, porém, não é conhecida a data de sua ordenação; talvez tenha acontecido em Olinda-PE, pois o mesmo havia viajado para Pernambuco em 1784 e voltou já ordenado padre.

Nessa época era bispo da diocese de Olinda Dom Frei Tomaz da Encarnação Costa e Lima, C.R. (1774–1784), que pode ter sido o ordenante, mas pode ter sido também Dom Frei Diogo de Jesus Jardim (1785–1794).

O Pe. Inácio, residindo em Natal, teve sua nomeação para a Paróquia de Nossa Senhora da Apresentação, na função de coadjutor de 1792 a 1794, sendo na mesma comunidade paroquial de 1794 a 1796, pró-vigário, na ausência do vigário colado Pe. Feliciano José Dornellas.

Deixando a função de pró-vigário da Matriz da Senhora da Apresentação, retirou-se de Natal e fixou residência em Pernambuco, passando a ser vigário da Paróquia de Santo Amaro de Jaboatão (a mais antiga paróquia do atual município de Jaboatão dos Guararapes-PE, criada em 1598), permanecendo na mesma Paróquia e nela falecendo em 1827.

Engajado na vida política, foi eleito deputado das Cortes Constituintes e Legislativas portuguesas participando da elaboração da Constituição de 1822. Sendo conduzido à primeira legislatura de 1826 e 1829, comparecendo à sessão de 1826.

A sua estreita amizade com o bispo de Olinda, Dom José Joaquim da Cunha Azeredo Coutinho, diminuiu e arrefeceu um pouco quando o mesmo filiou-se à maçonaria (sociedade secretas). Mesmo assim, foi escolhido visitador diocesano, pelo próprio Dom Azeredo Coutinho, continuando vigário de Jaboatão.

Cumpriu com solicitude e generosidade a sua missão pastoral, visitando algumas paróquias que estavam sob sua jurisdição, tais como: Apodi, Portalegre, Caicó entre outras, em 1809, todas elas na Província do Rio Grande do Norte.

Em Caicó, numa das suas visitas pastorais fazia-se acompanhar do seu irmão Pe. José Joaquim, o qual deixou escrito em livro próprio da Irmandade das Almas, que durante o tempo que lá estivera havia celebrado 12 missas, por alma determinada da Irmandade, na razão de 12 vinténs cada uma.

Outrossim, no livro de Tombo da Matriz da Senhora Santana (atual Catedral diocesana de Caicó), por ocasião da visita pastoral, deixou escrito no cabeçalho da ata da visita, sua identidade: *“Padre Inácio Pinto de Almeida Castro, presbítero secular, vigário confirmado na paroquial Igreja de Santo Amaro de Jaboatão, visitador geral e delegado do crisma dos sertões baixos do Norte”*.

Atuando como pároco de Santo Amaro em Jaboatão-PE, deu provas irrefutáveis de zeloso pastor, possuído de amabilidade e compaixão para com suas ovelhas. Sua inteligência esclarecida, seu porte grave, sua maneira afável, e sua dedicação comprovada, fez conquistar dos seus paroquianos respeito, elevada estima e consideração.

Desempenhando, com honra, o ministério presbiteral, dedicou-se inteiramente à paróquia, e na função de pároco, pastor e pai espiritual do rebanho terminou os seus dias, deixando entre seus paroquianos o bom nome de padre doado, sacer-

dote caridoso, cheio de bondade, mansidão, ternura, carinho, afeto e misericórdia para com todos e todas.

Inteligente, o Pe. Inácio deixou notas manuscritas que desapareceram com o tempo. Seriam, possivelmente, de caráter político e doutrinário conforme nos indica o historiador potiguar Luís da Câmara Cascudo, na obra *Movimento da Independência do Rio Grande do Norte*.

2. PE. MANOEL PINTO DE ALMEIDA CASTRO.

Também nasceu em Natal a 30 de agosto de 1774. Era irmão do Pe. Miguelinho –, um dos líderes da Revolução de 1817. Como o irmão, ordenou-se presbítero, tornando-se coadjutor da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Apresentação em Natal-RN.

“Não sabemos onde Manoel Pinto de Almeida Castro fez os seus estudos e recebeu as ordens sacras; mas antes de 1817 já o encontramos em Natal no exercício de suas atividades pastorais, como coadjutor da freguesia de Nossa Senhora da Apresentação onde viveu sempre, depois que a ela voltou ordenado (...)”, informa Augusto Tavares de Lira na sua História do Rio Grande do Norte.

Engajou-se na vida política, sendo secretário do governo, entre 1810 e 1818. Recusou-se a participar do governo provisório de André de Albuquerque. Considerado político de expressão no regime imperial, presidiu a Junta do governo provisório de 4 a 24 de setembro de 1832 e de 8 de outubro do mesmo ano a 23 de janeiro de 1833, o Conselho Geral da Província de 1830.

Presidente da Província de 1832 a 1833 e, por fim, vice-presidente da Assembleia Provincial de 1835 a 1837 (sendo presidente na época o Pe. Francisco de Brito Guerra, então deputado geral e depois senador do Império).

A antiga rua do Fogo (no centro histórico da cidade de Natal), onde morava, passou a se chamar rua Pe. Pinto, em sua homenagem, a partir de 1888. Faleceu e foi sepultado em Natal, no dia 2 de agosto de 1850.

3. PE. JOSÉ JOAQUIM DE ALMEIDA CASTRO.

Nasceu a 22 de setembro de 1780, em Natal, no bairro da Ribeira, onde residiam os seus pais. Na matriz da Senhora da Apresentação, foi batizado, a 1º de outubro de 1780. A sua celebração batismal foi presidida pelo então padre coadjutor da Paróquia, Bonifácio da Rocha Vieira. Dos três irmãos sacerdotes, o Pe. José Joaquim era o mais jovem de todos eles.

Não é conhecida a data da sua ordenação sacerdotal, pois há grande probabilidade de que fora ordenado em Olinda. Uma vez presbítero, permaneceu residindo no Recife em companhia do seu irmão, o Pe. Inácio Pinto de Almeida Castro.

No livro *Homens e fatos do seridó antigo* de autoria de Dom José Adelino Dantas, que faleceu como bispo emérito de Rui Barbosa-BA, há uma menção à presença do Pe. José Joaquim, em Caicó, no ano de 1809, em companhia do seu irmão Pe. Inácio Pinto, que era visitador diocesano.

O Pe. José Joaquim de A. Castro, tempos depois, foi para o Maranhão, e lá se dedicou ao ministério paroquial, não se tendo a data de sua ida para a Arquidiocese de São Luís-MA. Presume-se que tenha assumido a Paróquia de São Matias criada em 1662 na Ilha de Alcântara.

Do Maranhão, o Pe. José Joaquim não mais voltou à sua terra natal. Lá mesmo terminou os seus dias de vida, cujo passamento não sabemos quando ocorreu. Calculadamente pode ter acontecido antes de 1817, e nesse caso sendo o mais jovem dos irmãos padres poderia ter provavelmente 35 anos.

No arquivo paroquial da Matriz de Nossa Senhora da Apresentação, em Natal, no livro 1 – fl. 82, está lavrado o termo do batismo do Pe. José Joaquim, conforme aqui transcrevemos literalmente:

CERTIDÃO DE BATISMO

“José Joaquim, filho legítimo do capitão Manoel Pinto de Castro, natural do Reino e de sua mulher Francisca Antonia Teixeira, natural desta freguesia, neto por parte paterna de Francisco Pinto de Castro e de sua mulher Isabel Pinto de Almeida, natural da freguesia de São Veríssimo de Valbom, e por parte materna de Francisco Pinheiro Teixeira e de sua mulher Bonifácia Antônia de Melo, natural desta freguesia, nasceu aos vinte e dois dias do mês de setembro de 1780, e foi batizado com os santos óleos de minha licença pelo reverendo Pe. Bonifácio da Rocha Vieira a primeiro de outubro de 1780, foram padrinhos o reverendo pró-vigário Joaquim José Pereira e Nossa Senhora do Rosário e por verdade mandei lavar este termo por ausência do reverendo vigário e assinei que foi batizado nesta Matriz.

Pe. Joaquim José Pereira, pró-vigário do Rio Grande do Norte”.

III

DEMAIS IRMÃOS DE PE. MIGUEL

“Por mais que se metam em consideração as circunstâncias do tempo, do lugar, do gênio do povo, dos seus conhecimentos, de suas inclinações, falham os cálculos, desmoronam-se os edifícios, inutilizam-se os trabalhos e só se colhe o conhecimento de que se não acertou e que o coração do homem é um abismo insondável, e um mistério que se não pode entender”.

Frei Joaquim do Amor Divino Caneca,
OC.



Clara Joaquina de Almeida Castro
Irmã e fiel companheira de Pe. Miguelinho



Além desta “fraternidade sacerdotal”, descrita anteriormente, Pe. Miguelinho teve também outros irmãos e irmãs, leigos e leigas, cujos nomes figuram na sua biografia.

4. CLARA JOAQUINA DE ALMEIDA CASTRO.

Nasceu em Natal, no dia 12 de agosto de 1787. Transferindo-se para a cidade de Olinda para conviver com seus irmãos, Inácio Pinto de Almeida Castro, José Joaquim de Almeida Castro Miguelinho, e também com sua mãe e Francisca Antônia Teixeira.

Considerada cúmplice na Revolução de 1817 (ajudara o seu irmão Pe. Miguelinho a queimar documentos comprometedores), quando descoberto o movimento que eclodiu na Revolução pernambucana, livrando da prisão muitos companheiros.

Encarcerado o seu irmão querido Pe. Meguelinho, que pagou com a vida o seu amor à liberdade, foi ela também presa pouco tempo depois, por suspeita de cumplicidade no movimento revolucionário e encerrada por muito tempo nos cárceres do Recife.

Fora a companheira fiel e devotada do insigne herói, acompanhando-o até o começo do seu martírio. Morando em companhia de Miguelinho, foi por esse motivo também encarcerada, por ordem de Luiz do Rego, no dia 29 de junho, em Recife, saindo somente da prisão depois que o governo do Rio de Janeiro mandou peremptoriamente que se desse por finda a terrível devassa.

D. Clara Castro era digna irmã do intemerato patriota, corajoso e dotado de ânimo varonil e forte. Sofreu com inabalável constância a prisão afrontosa e os castigos que lhe foram infligidos, com consequências trágicas que o levaram a morte.

Foi libertada com a anistia, em 1821. Casando com um jovem sobrinho, o tenente-coronel Inácio Pinto de Almeida Castro, morreu presumivelmente no Ceará.

Esta mulher corajosa ficou famosa por ter sido implicada também na Revolução pernambucana e ter assumido a difícil missão de ser confidente do Pe. Miguelinho. Clara possuía um temperamento muito forte e era dessas pessoas que não cedem nada quando se acham com a razão.

Deu provas cabais do que acabamos de afirmar acima, quando liberta da prisão, onde esteve por causa de sua atuação revolucionária. O padre de sua paróquia não quis officiar o seu matrimônio com o tenente-coronel Inácio Pinto, também ex-prisioneiro, por não ter conseguido obter a indispensável licença do bispo diocesano.

Sabendo que, pela teologia sacramentária vigente, os ministros do matrimônio são os próprios nubentes e que a bênção da testemunha qualificada é apenas um ato simbólico da ratificação dada pela própria Igreja e pela comunidade dos cristãos ao sacramento, ela levantou-se, junto com o noivo, durante a missa, na presença, portanto, da comunidade paroquial e do sacerdote, e em alto e bom som declararam-se casados.

Após tal decisão em viagem de núpcias ao Ceará, o casal conseguiu a bênção nupcial e os dois passaram a viver felizes e prosperamente durante muitos anos.

5. BONIFÁCIA PINTO GARCIA DE ALMEIDA.

Foi casada com Francisco Xavier Garcia, português, professor de Gramática latina em Natal, de quem descende o conselheiro Tomás Xavier Garcia de Almeida, que muito se destacou na política e na magistratura do país.

Foi mãe de uma descendência ilustre. Tivera muitos filhos que se distinguiram na história da província, entre eles o

Pe. Antônio Xavier Garcia de Almeida que foi cônego honorário e pregador da Capela Imperial, lente de Filosofia no Colégio Atheneu norte rio-grandense, vice-presidente da província e deputado à Assembleia Provincial nos biênios de 1835 a 1837, 1838 a 1839 e 1840 a 1841.

6. JOAQUIM FELÍCIO PINTO DE ALMEIDA CASTRO.

Teve importante papel no contexto político de então com o qual se envolveu, sobretudo, nos acontecimentos de 1824 (Confederação do Equador) na província do Ceará.

7. FRANCISCO P. DE ALMEIDA CASTRO.

8. DAMIÃO PINTO DE ALMEIDA CASTRO.

Sobre estes dois últimos irmãos de Miguelinho, a história biográfica do mesmo não registra nenhuma referência além dos seus nomes.

Sumariamente, era esta a família biológica do Pe. Miguelinho, originária toda ela da então Província, atualmente Estado do Rio Grande do Norte.

IV

VIDA ACADÊMICA

“Pe. Miguelinho, inicialmente, foi ajudado pelo Alto, bênção que proporcionou-lhe uma vocação que prepara a alma para os embates da vida, descortinando destinos de horizontes sedutores. A religião fez essa preparação, formando-lhe o caráter para dar um sentido de nobreza moral e ética à sua vida. Sem o estímulo de uma formação desse tipo, a tendência é ser atraído por ideais subalternos”.

Jurandir Navarro



Basilica de Nossa Senhora do Carmo e Convento dos Carmelitas, em Recife-PE, onde morou, estudou e se ordenou Frei Miguelinho.

Voltemos ao itinerário, ou melhor, ao “curriculum vitae” do personagem em apreço. Presume-se que Miguelinho tenha feito os seus estudos primários fundamentais em Natal-RN. Contudo, não há documentos históricos que comprovem tal afirmativa.

Não podendo dar aos filhos, em Natal, a educação integral que desejavam, os genitores de Miguelinho viram-se na necessidade de mandá-lo para o Recife juntamente com os seus irmãos Inácio Pinto de Almeida Castro, José Joaquim de Almeida Castro (ambos também ordenados sacerdotes) e sua mui querida irmã Clara Joaquina de Almeida Castro, tendo sido acompanhados por sua extremosa mãe Francisca Antônia Teixeira.

A 4 de novembro de 1784, aos 16 anos, o jovem Miguelinho ingressou na Ordem da Bem-Aventurada Virgem do Monte Carmelo, cujo o carisma é sempre viver em obséquio a Jesus Cristo, empenhado na busca do rosto de Deus, na fraternidade, no meio do povo, a exemplo de Maria e do profeta Elias.

Miguelinho começou a fazer parte da comunidade dos carmelitas como estudante da Província Carmelitana Turonense de Pernambuco professando os seus primeiros votos no Convento Santo Alberto de Goiana, tomando o hábito de religioso e recebendo o nome de Frei Miguel de São Bonifácio. Lembrança talvez da avó materna que era Bonifácia Antônia de Melo ou de uma de suas irmãs que também se chamava Bonifácia.

Aí fez, regularmente, seus estudos, conquistando pelo talento e brilhantes predicados, sobretudo intelectuais, a predileção dos mestres, sem faltar a estima dos confrades e o aplauso de todos que o cercavam.

Terminada a formação acadêmica e religiosa, desejou viajar à Europa por mediação do procurador que a sua Ordem possuía na Corte de Lisboa.

Por suas raras qualidades, Frei Miguelinho soube atrair a amizade das grandes celebridades lusitanas; frequentou as sociedades científicas e literárias; conseguiu a estima e a amizade de Dom José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho, então bispo eleito para a Diocese de Olinda em Pernambuco, de quem se fez posteriormente amigo particular.

Quando o ilustre patriota desenvolveu todas as suas atividades e iniciativas nos acontecimentos políticos, sociais e religiosos, as suas relações com o bispo Azeredo Coutinho, não permaneceram as mesmas. Contudo, pelo bem que lhe quisera, não havia nenhum registro de que o odiasse ou o perseguisse.

A diferença do meio social em que vivera, sobretudo na Europa, e o sentimento vivo do patriotismo que dominavam ardentemente a sua alma de brasileiro pela independência da pátria, ideia que germinada no final do século XVIII esteve sempre em ebulição, mesmo em Portugal, e já por vezes explosiva no Brasil, fizeram com que ele, ávido de glória e a fortuna a sorrir-lhe, perdesse a primitiva vocação, entrando para o clero diocesano, pedindo dispensa dos seus votos (de pobreza, castidade e obediência) como religioso carmelita.

Impetrando o respectivo breve a Santa Sé concedeu-lhe a autorização de passar da condição de padre religioso para diocesano, sem mais delongas, por intermédio do Santo Padre o Papa Pio VII (antes cardeal Chiaramonti).

Assim, o Frei Miguelinho de São Bonifácio OC se tornou padre diocesano, incardinado junto ao clero da diocese de Pernambuco com sede em Olinda e sendo acolhido pelo bispo diocesano Dom José Joaquim Cunha de Azeredo Coutinho.

V

PE. MIGUEL RETORNA AO BRASIL

“Monge que a Pátria arrancou do claustro às campanhas do civismo”.

Mons. Manuel de Almeida Barreto.



O Porto de Recife. Vendo-se, em primeiro plano, as ruínas do Forte do Brum.

Em 1800, regressa a Pernambuco, agora como Pe. Miguelinho e não mais como frade carmelita. Foi recebido com grande entusiasmo por seus amigos e admiradores, que, reconhecem nele um sábio teólogo, profundo filósofo e orador insigne, pois desejavam tê-lo entre os seus.

Nesse mesmo ano, logo foi chamado a assumir a cadeira de lente de Retórica no Seminário Episcopal Nossa Senhora da Graça em Olinda e no dia 16 de fevereiro na inauguração desta casa de formação de sacerdotes para o Nordeste, diante de um ilustre e seletto auditório recitou a sua memorável ORAZAN ACADÊMICA, que foi posteriormente publicada na sua íntegra pelo Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco.

Esta famosa Oração, na expressão do historiador potiguar Luís da Câmara Cascudo, era um modelo de eloquência gongórica. “É o único trabalho que dele possuímos, impresso, além de trechos de um sermão em março de 1817”.

A sua concepção libertária e progressista do processo político-social levou-o a participar ativamente de grupos, associações, encontros, movimentos e reuniões de natureza conspiratória.

Assinala o historiador Augusto Tavares de Lira que o mesmo filiou-se a associações secretas que haviam no Recife, sendo, pela ascendência natural de sua inteligência, ilustração e virtudes, um dos vultos primaciais dessas associações, em que se conspirava abertamente em favor da Independência da pátria.

Liderou, juntamente com um grupo numeroso de padres diocesanos e frades, a Revolução de 1817, em Recife, tendo sido o secretário do governo provisório (alguns autores julgam-no o mentor do movimento). Preso na contrarrevolução, Pe. Miguelinho condenou-se voluntariamente à morte, tentando salvar o maior número possível de seus companheiros implicados.

O Pe. Dias Martins, evocando sua memória em “Mártires Pernambucanos”, diz que Pe. Miguelinho foi um grande teólogo, sublime filósofo, profundo político e consumadíssimo orador sacro.

Para o historiador Manoel Dantas, seu exemplo foi fecundo e a liberdade republicana, sonhada pelo herói em 1817, frutificou e corporificou-se na Proclamação da República a partir de 15 de novembro de 1889, setenta e dois anos depois.

Padre culto e de alta indagação por assuntos políticos, sabia perfeitamente pertencer a entidade proibida expressamente por dois Sumos Pontífices: o Papa Clemente XII, na Constituição *In Eminentí*, de 6 de abril de 1738, e o Papa Benedito XIV, na Constituição *Providas Romanorum Pontificum*, datada de 18 de maio de 1751.

Ambos os papas haviam divulgado a condenação absoluta e formal, com excomunhão “*ipso facto incurrenda*”, para todos os católicos que se filiassem às sociedades maçônicas (secretas). Cabia ao sacerdote obediência irrestrita às normas canônicas providas da Sé Apostólica.

Entretanto, no seu pluralismo teológico e no seu arrebatamento e entusiasmo idealista, o Pe. Miguelinho esqueceu as constituições papais e no âmbito dos “pedreiros livres” encontrava clima para alimentar a utopia e o sonho da autonomia brasileira. Do ponto de vista do direito canônico, era um heterodoxo autêntico e irredutível.

Quando rebentou, em março de 1817, a revolução republicana, Pe. Miguelinho estava com 49 anos e conscientemente figurou nos movimentos que se tornaram históricos, preparando a Independência.

Como secretário do Governo, foi um dos mais dedicados e eficientes servidores, redigindo as “proclamações patrióticas”, pacificando as contrariedades, tranquilizando o povo,

inalterável em sua coragem tranquila, na primeira fila dos responsáveis.

Na tribuna sagrada, galhardamente demonstrava a sua erudição e fecunda eloquência, sobressaindo em seus panegíricos os vastíssimos conhecimentos que possuía, sendo por isso classificado o primeiro orador sacro do seu tempo, realçando, ainda mais, o seu saber e mérito pela modéstia e virtudes que lhes eram atribuídas como dons, carismas, dotes, aptidões, qualidades e predicados inatos a sua rica personalidade.

VI

MIGUELINHO E AZEREDO COUTINHO: AMIGOS OU PARCEIROS?

“Dado, já naqueles tempos mais remotos, aos estudos dos problemas da política social, o bispo Azeredo Coutinho é justamente apontado como um dos precursores da Sociologia no Brasil, tendo publicado trabalho de importância a respeito do comércio do tráfico dos escravos”.

Raimundo Nonato



Dom José Joaquim da Cunha Azeredo Coutinho
12º Bispo da Diocese de Olinda-PE (1755–1802)

Quem foi realmente Azeredo Coutinho?

Dom José Joaquim da Cunha Azeredo Coutinho, do clero diocesano, era natural da vila de S. Salvador em Campos dos Goytacazes, então pertencente à capitania do Espírito Santo.

Doutor em cânones pela Universidade de Coimbra, foi eleito bispo de Pernambuco no governo da Rainha D. Maria I, em 21 de novembro de 1794, e confirmado pelo Papa Pio VI. Recebeu a ordenação episcopal, ainda em Lisboa, a 25 de janeiro de 1796.

Tomou posse da Diocese de Olinda, por seu procurador, no dia 6 de agosto de 1798. Chegando à diocese a 25 de dezembro do mesmo ano, quando fez sua entrada solene quatro dias depois, ou seja, no dia 29 de dezembro; e no dia 1º de janeiro de 1899, ratificou a sua posse.

Como bispo, conseguiu do Príncipe Regente D. João VI uma representação junto ao Papa, pedindo a faculdade das dispensas dos impedimentos do 1º e 2º graus para os matrimônios. Sendo aceito o seu pedido, foi o mesmo através da Cúria Romana, impetrada faculdade, por 25 anos para todos os bispos diocesanos da América.

Obteve do mesmo Príncipe, em 22 de março de 1796, a doação da Igreja e Colégio dos jesuítas de Olinda, e nele inaugurou, no dia 16 de fevereiro de 1800, o Seminário Episcopal para instrução do clero, sendo a mais completa escola de educação secundária que havia até então no Nordeste brasileiro.

Elaborou o Estatuto para o Seminário e também para o Recolhimento de Nossa Senhora da Glória do bairro da Boa-Vista, fundado pelo Deão da Sé de Olinda, Pe. Dr. Manoel de Araújo de Carvalho Gondim, e seu irmão o Pe. Francisco de Araújo Gondim. Conseguiu, do Cabido da diocese, o aumento de cômruas para o mesmo.

Logo que assumiu a Igreja particular de Olinda, participou ativamente do governo civil, como membro em função distinta, em substituição ao capitão general D. Tomás José de Mello; assim como exerceu importantes funções de diretor geral dos estudos e de presidente da Junta da Fazenda.

Realizou diferentes obras públicas em prol do engrandecimento material da Capitania: reorganizou a instrução primária, tornando-a mais uniforme e metódica, sujeita à disciplina e direção superior. Criou um regimento de artilharia, para defesa da Capitania de Pernambuco, e melhorou as finanças, reduzindo as despesas públicas, e fiscalizando a receita.

São muitas as memórias dos escritos do bispo D. José Joaquim. Um excelente trabalho, que compreende diversos esclarecimentos da realidade política, social, econômica e literária da capitania.

Quatro foram as produções importantes, que lhe deram grande destaque, e lhe granjearam significativa estima: 1ª, memória relativa à produção, comércio, e preço do açúcar; 2ª, discurso feito na Academia Real de Ciências de Lisboa, apresentando a realidade das minas do Brasil; 3ª, memória sobre a abolição da escravatura, onde ele discerniu a questão religiosa e moral, da política; sob o título “Análise sobre a justiça do comércio, do resgate dos escravos da costa da África”; obra que, tendo duas edições, foi traduzida em inglês e francês; 4ª, ensaio econômico sobre o comércio de Portugal, e suas colônias, merecendo aplauso dos franceses, e dele deram destaque os principais jornais, e escritos europeus. Esta obra revela o talento, que ornou o bispo D. José Joaquim, e a instrução sólida que possuía. Todos estes escritos foram publicados em Lisboa.

No seu governo episcopal, aconteceu a transladação do Santíssimo Sacramento da Igreja Matriz de Santo Antônio, para a do Colégio (que havia sido dos jesuítas), o que causou

um grande mal estar aos diocesanos e sobretudo à Irmandade do Santíssimo Sacramento.

Segundo um autor anônimo de “Revoluções no Brasil”, existiam na Diocese de Olinda, Pernambuco, nos primeiros decênios do século XIX, no contexto do governo episcopal do bispo Azeredo Coutinho, sob o critério de “repartição judiciária da população”, as seguintes comarcas: Olinda, Pernambuco, Alagoas e Pajeú (4 inteiras); Rio Grande do Norte (não-inteira e que fazia parte da comarca da Paraíba).

Por sua vez, a organização eclesiástica estava vinculada a cada comarca segundo o número de “vilas” e “freguesias” de cada uma delas. A partir desses dados, podia-se, então, ter uma ideia do número de “almas” e “fogos”. Assim sendo, no caso da comarca do Rio Grande do Norte, que tinha uma pequena e principal cidade: Natal dos Reis Magos. Possuía 7 vilas (Arês, Assu, Caicó, Extremoz, São José de Mipibu, Portalegre e Vila Flor), 3 freguesias (Apodi, Goianinha e Pau dos Ferros), cujo montante perfazia 85 mil almas e 14 mil fogos.

Por carta régia de 19 de março de 1802, Dom José Joaquim foi transferido para a diocese de Bragança e Miranda. Após 4 anos de profícuo e frutuoso governo, despediu-se de Pernambuco a 5 de julho do mesmo ano, deixando como governador da diocese o Deão da Sé, Pe. Dr. Manoel Xavier Carneiro da Cunha, que assumiu, ao mesmo tempo, o governo civil da capitania. D. José foi ainda transferido para a diocese de Elvas, confirmado pelo Papa Pio VII, em Consistório de 6 de outubro de 1806.

Vacante a diocese de Beja, Portugal, o rei D. João VI, apreciando os serviços relevantes de D. José Joaquim, nomeou-o por carta de 22 de janeiro de 1818, para ocupar aquela sé episcopal, contudo preferiu permanecer em Elvas, recebendo a mais cara estima dos seus diocesanos.

O mesmo D. João VI nomeou-o, em data de 13 de maio do mesmo ano, para o cargo de Inquisidor-geral do Reino, presidente da junta do Estado, e responsável pelas ordens religiosas. Foi membro da Academia Real das Ciências de Lisboa; deputado pela província do Rio de Janeiro na Assembleia Constituinte de Portugal, e tantas outras responsabilidades na área civil.

Ao assumir todos esses encargos acima descritos, visitou-o a “irmã morte” no dia 12 de setembro de 1821. Seu corpo está sepultado no espaço da sala capitular dos padres dominicanos (de São Domingos de Gusmão) em Lisboa, aguardando a ressurreição final.

A sua amizade com o Pe. Miguelinho arrefeceu em vistas de sua postura político-revolucionária. Contudo, o projeto de fundar e fazer funcionar o Seminário Episcopal de Nossa Senhora da Graça em Olinda teve em Miguelinho um grande parceiro e colaborador.

VII

O SEMINÁRIO DE OLINDA: UM SONHO DE LIBERDADE

“Por essa razão a Igreja divinamente ilustrada determina que houvesse em cada bispado um colégio que fosse unicamente deputado para a educação da mocidade e regido nos estudos das virtudes e das ciências com tão particular cuidado que esse colégio seja um perpétuo seminário de ministros de Deus”.

Estatuto do Seminário Episcopal de Olinda



Seminário Episcopal de Nossa Senhora da Graça
em Olinda – Pernambuco
Inaugurado por Dom José Joaquim da Cunha Azeredo
Coutinho em 16 de fevereiro de 1800.

Os colégios-seminários pombalinos contavam-se entre as principais manifestações do iluminismo luso-brasileiro. Essa afirmação pode soar como um paradoxo. Afinal, é difícil dissociar iluminismo da França setecentista do livre pensador que, ao expressar ideais burgueses, combateu o autoritarismo e o cerceamento às liberdades individuais, associados ao absolutismo, assim como todas as manifestações de intolerância, tanto a religiosa quanto a laica.

Nessa fase, a burguesia representou a classe revolucionária, enquanto a nobreza e o clero feudais encarnaram as forças reacionárias. A Revolução Francesa aconteceu como um marco histórico de destruição desses dois sócios no interior do Antigo Regime. Sua proposta educacional implicava a subtração das escolas ao controle clerical e eclesiástico.

A permanência dos padres no interior das escolas representaria a perpetuação do obscurantismo e o estímulo à manutenção dos preconceitos, incompatíveis com a necessidade republicana de elevar todos ao domínio das luzes, mediante cultivo pleno das potencialidades da razão.

A religião católica, assim colocada, reduzia-se, para o livre-pensador, a um obstáculo para a realização humana, assim como para a viabilização de uma nova sociedade que deveria ser construída, edificada ela própria, segundo os imperativos racionais.

Mas, em época correspondente teve lugar no Brasil Colônia, a implantação de um colégio-seminário cujo projeto pedagógico visava atender necessidades nitidamente burguesas, mesmo tendo vicejado no interior da Igreja Católica e mesmo sendo o seu idealizador, um homem muito diferente do livre-pensador francês, pois defensor do absolutismo e da escravidão. O Seminário de Olinda foi esse estabelecimento escolar e o bispo Dom Azeredo Coutinho esse homem.

Não se pode, entretanto, afirmar que a ideia de fundar um seminário na diocese de Olinda seja exclusivamente do bispo Coutinho. Como informa José Antônio Gonsalves de Mello, “a ideia da criação de um Seminário Diocesano em Pernambuco vem de muito antes da data em que teve o privilégio de o conseguir o bispo Azeredo Coutinho”.

Fr. Tomás da Encarnação da Costa e Lima (1774–1784), 10º bispo de Olinda, por exemplo, teve autorização em 1777 para ordenar até 150 sacerdotes para o ministério da Igreja de Pernambuco – certamente recrutados entre os estudantes dos conventos de religiosos da capitania. O próprio D. Tomás solicitou à Rainha D. Maria I, em requerimento datado de 15 de setembro de 1782, não só a criação de um Seminário, como indicou para sede o Colégio que fora dos jesuítas em Olinda.

Seu sucessor, D. Fr. Diogo de Jesus Jardim (1785–1794), expôs ao ministro do Ultramar Martinho de Mello e Castro como se poderia estabelecer nesse bispado um Seminário. Coube a Azeredo Coutinho a glória de o ter inaugurado, assistido e apoiado.

Em suma, aí está, segundo as palavras do próprio bispo Azeredo Coutinho, “o estabelecimento que não havia nesse bispado e que, certamente, não há segundo em todo o Ultramar. Eu lhe dei Estatuto próprio para a educação dos homens dignos de servirem à Igreja e ao Estado”.

O Seminário de Olinda contribuiu para a formação de um novo modelo de padre. A história nos fala da sua capacidade de liderar revoltas em nome do patriotismo e da liberdade. Isso, a bem da verdade, foi ignorado durante muito tempo por muitos historiadores da Igreja no Brasil.

O bispo Azeredo Coutinho foi talvez o primeiro brasileiro a sonhar para Olinda e para os seus montes, um futuro tranquilo de cidade universitária que viesse consolar a antiga cidade de capitães-generais de sua viuvez política. Ele fez do velho colé-

gio dos jesuítas o esboço de uma universidade moderna, desenvolvendo o ensino secundário em ensino superior. Olinda seria uma espécie de Coimbra; e o Beberibe, o seu Mondego.

“O Seminário de Olinda, desde a sua fundação em 1800, exerceu poderosa influência na formação intelectual do norte do Brasil. Era o curso secundário mais completo do país. Acolhia elevado número de alunos, não só os que se destinavam ao sacerdócio, como ainda tantos quantos não podiam ir a Coimbra fazer seus estudos. A filosofia em voga em suas cadeiras era a cartesiana, a ponto do Seminário se converter em ninho de ideias liberais e adotar como evangelho político a doutrina dos filósofos do século XVIII. Mais que as ciências eclesiásticas eram divulgados os episódios da Revolução francesa, partindo daquele núcleo intelectual o gosto pelas ideias subversivas, cujos adeptos passaram a organizar academias secretas...”. É o que nos afirma Moacyr Primitivo.

A preocupação com o ensino voltado para as ciências descuidou da orientação espiritual provocando alguns deslizamentos... As ideias progressistas eram tão fortes que o então seminarista José Antônio Pereira Ibiapina, considerado um dos mais ilustres personagens da Igreja no Nordeste, abandonou seus estudos no Seminário de Olinda por considerá-lo muito moderno para o ensino eclesiástico.

As marcas das ideias progressistas ali cultivadas deixaram raízes, que permaneceram tempos depois do insucesso da Revolução de 1817, pois o futuro Pe. Ibiapina faz tal declaração no ano de 1821.

Curiosamente, apesar de recusar-se a permanecer estudando no Seminário de Olinda, Ibiapina dá nome à biblioteca do Seminário. Ele é considerado um célebre missionário, apóstolo da caridade, padre mestre e pastor desvelado por atuar em cinco estados do nordeste brasileiro, correspondendo à função próxima a que desejava formar o bispo Azeredo Coutinho em

seu Seminário: filósofos naturalistas, missionários que, entrando Brasil adentro, evangelizariam e identificariam as riquezas que fossem sendo encontradas, de toda ordem, para futura exploração.

Em suma, “concebida pelo Bispo Dom José Joaquim de Azeredo Coutinho, a escola pernambucana (o seminário de Olinda) pode ser reconhecida como a mais arrojada dentre as suas similares, tanto pela intencionalidade e clareza de seu projeto político, quanto pela expansiva presença das ciências modernas em seu plano de estudos”.

III

PE. MIGUELINHO: PROFESSOR DE RETÓRICA

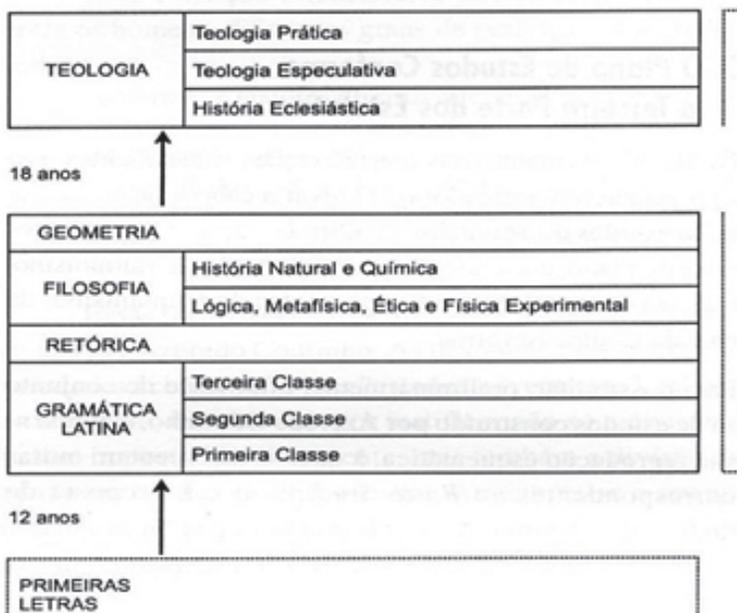
“Quantos mancebos se haviam instruído com ele, todos abraçaram adiantadamente a causa da liberdade. Daí, saber-se que Miguelinho foi, realmente, auxiliado por muitos dos seus discípulos, muitos até já feitos mestres, que lhe seguiram os passos e os ensinamentos”.

Raimundo Nonato



Escrivaninha do Pe. Miguel Joaquim de Almeida Castro
(Pe. Miguelinho)
Instituto arqueológico, histórico e geográfico pernambucano

PLANO DE ESTUDOS DO SEMINÁRIO DE OLINDA



Tão logo Miguelinho regressou da Europa, o bispo Azeredo Coutinho na inauguração do Seminário Episcopal de Olinda, em 16 de fevereiro 1800, nomeou-o mestre de retórica.

De que trata tal disciplina? A finalidade dela é preparar, com os que terminaram a gramática, o campo da eloquência. Um caminho que os estudantes percorreriam, a partir dos estágios iniciais do ensino de gramática, necessário ao domínio da expressão verbal e escrita, até os estágios finais de retórica essenciais à comunicação elegante e convincente da expressão clássica.

No plano de estudos do Seminário de Olinda, a retórica passava a ser ministrada após a gramática latina sem o estágio intermediário.

O que se observa no Seminário de Olinda, quanto à retórica, é a repetição da gramática latina. Houve grandes mudanças. A função que cabia à retórica no plano de estudos, segundo o bispo Azeredo Coutinho, era a de ensinar a “falar bem”.

Assim alicerçada pela gramática, entendida como “a ciência das palavras, dos termos, e das frases”, a retórica seria desenvolvida no sentido de “ordenar os pensamentos e seus ornamentos; e com isto ensinar todos os meios, e artifícios para persuadir os ânimos, e atrair as vontades”.

Os conteúdos e recursos, recomendados pelos Estatutos do Seminário de Olinda, visavam ao desenvolvimento de tal disciplina.

O professor de retórica daria suas lições com base em “algum compêndio tirado de Quintiliano e Cícero”; e praticaria “composições oratórias, e epistolares”; aplicando “regras sobre o exercício do púlpito”, com ênfase na eloquência; explicaria “os diversos estilos de cartas, diálogos da História, panegíricos, declamações.”

Advertiria o estudante, durante os exercícios de argumentação, no sentido de que “a cortesia, e a civilidade como referência” é “o sinal característico do homem cristão, e bem educado”. Em seguida, o professor ensinaria “as regras da poesia pela arte poética da oração”, levando-o “a conhecer, aprender e utilizar as boas imagens, e pensamentos dos melhores poetas”.

Finalmente, fazer composições em versos, não só latinos, mas também em português, assim como a desvelar “a beleza dos nossos poetas, especialmente de Luís Vaz de Camões”. O professor de retórica, seria o responsável pelo ensino dos “elementos da História universal baseado num resumo sucinto, claro e metódico”.

Careceriam de desenvolvimento “os princípios gerais, em que se fundamenta toda a história”, (...) “as principais noções de cronologia, das épocas, dos tempos em comum: da geografia com um ordinário conhecimento da esfera, e dos mapas”.

O que se constata não é uma volta à tradição humanista, mas uma reapropriação dos clássicos latinos. Muitas das fontes do humanismo e da contrarreforma deixavam de estar presentes nos conteúdos prescritos por Azeredo Coutinho.

Não houve qualquer referência aos pensadores gregos e suas obras. Os latinos resumiam-se em Quintiliano, Cícero e Horácio. Surgiram novidades. Verifica-se que a valorização da língua nacional se fez acompanhar da introdução de suas manifestações literárias. Denota essa tendência a preocupação com o desvelamento da “beleza dos nossos poetas brasileiros”.

História e geografia foram apresentadas como conteúdos da retórica. Essa vinculação se faz necessária à exposição das motivações que se encontravam na base do desenvolvimento dessas disciplinas. Ambas ganharam expressão a partir do momento em que foram fecundadas pelo movimento de expansão do mercado mundial.

Mas elas também se tornaram instrumentos que criaram novos estímulos a essa expansão. O registro das novas descobertas geográficas e a elaboração de mapas foram essenciais à expansão das navegações.

Eis aí o fundamento de um ideal pedagógico antagônico ao da contrarreforma. O verdadeiro ideal de homem era o orador sacro, o formador de opinião por excelência na sociedade feudal, indispensável ao domínio ideológico exercido pela Igreja Católica. Era ele que, no púlpito, por meio da eloquência, ganhava a adesão subjetiva de seus fiéis, condição indispensável à manutenção da ordem social.

Pode parecer, a priori, que a proposta de Azeredo Coutinho preservava o mesmo ideal, pois também prescrevia, quanto ao ensino de retórica, o domínio de “regras sobre o exercício do púlpito”. Contudo, no caso do Seminário de Olinda, resultava de uma das finalidades do estabelecimento: a formação de padres.

O preparo do orador sacro em Pernambuco, não impediu a ênfase dada aos conteúdos de história e de geografia, que fundamentavam um outro ideal de homem, buscado pela educação burguesa. Esta, quanto mais expressava a sua essência, mais se afastava de uma política conciliadora com a Igreja feudal, firmando um ideal de homem compatível com os seus interesses materiais.

São duas concepções muito distintas do orador. Na concepção feudal, sua ação se esgotava na busca da adesão subjetiva dos fiéis aos mandamentos da Igreja Católica, buscando uma base política para a ordem estabelecida. A eloquência era a forma exterior mais marcante do orador sacro.

O orador que servia à diplomacia burguesa distanciava-se muito dessas características. Era um homem que atuava, em países estrangeiros, cujos costumes, culturas e religiões deveria respeitar.

A forma exterior de seu discurso deveria ser aparentemente neutra e nada loquaz. O exercício de sua função demandava o conhecimento da história dos povos estrangeiros e de toda humanidade, da geografia, assim como o domínio seguro das línguas modernas mais difundidas e da língua da nação onde atuava.

Sem explicitar um ideal de orador expressamente burguês, o ensino de retórica, no Seminário de Olinda, desenvolvia conteúdos essenciais à sua formação. Essa tendência não expressou um maior grau de consciência ao ser concebida, é explicável: a perda da hegemonia comercial, por Portugal, fez a nação, exercer um papel econômico subordinado no plano mundial. Com isso, seus intelectuais ficaram impossibilitados de pensar a sociedade do ponto de vista de sua forma mais desenvolvida.

Atrasada materialmente, a nação não vivia as tendências maduras do modo de produção, ao contrário da Holanda e da Inglaterra. Como decorrência, a base material não fecundava a elaboração teórica de seus pensadores.

Essa foi a limitação que pesou contra os iluministas luso-brasileiros. Também Azeredo Coutinho sofreu as suas consequências, mas não ao ponto de eliminar de sua proposta pedagógica aspectos avançados, mesmo que sob forma embrionária, identificados com as demandas ideológicas da época do Iluminismo.

Do grande professor de Retórica Pe. Miguelinho, pode-se afirmar que seu envolvimento com as sociedades secretas e com o movimento revolucionário não alterou sua vida docente. Suas atividades profissionais como *magister*, à frente das turmas de retórica e poética, conforme relatam os diversos registros, afirmam que ele “lecionou com satisfação, consumada proficiência e grande aproveitamento de seus discípulos, até o fim de seu infortúnio ou começo de sua imortalidade”.

IX

PE. MIGUEL: O ORADOR

“Miguelinho foi sempre o sacerdote austero e virtuoso, o mesmo doutrinador eloquente, que por ocasião do Te Deum, celebrado na Igreja ‘Santo Antônio’, para soleznizar a posse do Governo Provisório, propôs o célebre Sermão da Concórdia, falando igualmente ao coração de brasileiros e portugueses, confundindo uns e outros na tocante emoção de sua palavra pacificadora”.

Eloy de Sousa



Seminário Episcopal de Olinda onde o Pe. Miguelinho foi professor de Retórica e pronunciou, na sua inauguração, a “Oração Acadêmica”

O Pe. Miguelinho ficou famoso sobretudo por ter o dom da palavra fácil e pela sua bondade e doçura, coisas bastante raras em revolucionários. Seu trabalho de articulação, na revolução republicana de 1817, foi acima de tudo de um mentor intelectual que atuava no nível doutrinário e ideológico. Transformava ideias em comunicados.

Testemunhas da sua época afirmam que ao subir a um púlpito parecia crescer até fisicamente, como se ali não estivesse mais o homem delgado, tênue e baixinho que era e tal qual o conheciam a partir do seu cognome.

Seu estilo, sua argumentação, o tom de sua voz impressionava a todos e todas. Dias Martins assim o descreve: “Recolheu-se então a Pernambuco, que o recebeu com entusiasmo público em 1800, respeitando nele um grande teólogo, sublime filósofo, profundo político e consumadíssimo orador; e tudo realmente com modéstia, religião, humanidade, e todas as virtudes sociais. A amizade e familiaridade, que sempre lhe tivemos, exige que aventuremos aqui uma confissão, que nada tem de exagerada: vimos e ouvimos nos principais teatros da monarquia, muitos e mui abalizados oradores, e os mais famosos no púlpito; mas avançamos muitas vezes, e ainda repetimos, que só vimos, e ouvimos um; e esse, era Miguelinho! O nosso voto era compartilhado por quantos tinham a fortuna de ouvir os sermões do Pe. Miguelinho”.

Mons. Manoel Muniz Tavares, também um outro seu contemporâneo, falando de sua doçura e “mansidão evangélica”, que não tinham sido arranhadas pela empresa de uma revolução, conta que durante o sermão por ele proferido, na Igreja de Santo Antônio, no terceiro dia da revolução, “o auditório ficou penetrado da unção evangélica com que aquele sábio eclesiástico orou; brasileiros e portugueses não podiam conter as lágrimas, juravam todos mútua concórdia”.

Nessa oração, continua Mons. Manoel Muniz, que estava presente, não se ouviram nem impropérios exagerados contra a monarquia, nem louvores excessivos à República. Apesar de serem tidos por todos como sendo os culpados pela situação, os portugueses não foram atacados nem molestados.

Pelo contrário, o Pe. Miguel pedia a colaboração e a união de todos, pois a todos pertencia aquele solo. O Pe. João Ribeiro diria a seu respeito que, pela sua prudência e sabedoria, “nada, nem pequeno nem grande, se faria na República sem antes ouvir o seu conselho”.

Homem de paz, profundamente amigo do seu semelhante, mesmo que fosse um adversário, o Pe. Miguel nem por isso era um covarde. Quando chegou a hora da luta e os patriotas entraram em perigo, esteve sempre presente, animando, levantando os ânimos de todos os que estavam ao seu lado.

Passada a fase crítica, recolhia-se ao seu gabinete onde continuava o seu trabalho de propaganda pacífica da República. Um dos pontos altos de sua política e de sua pregação revolucionária era a harmonia entre brasileiros e portugueses, a sua união e colaboração em vista de um ideal comum.

A essa altura, seu renome ganhara um halo de admiração coletiva. Era considerado e respeitado pelo seu valor e pela sua extraordinária cultura. Gozava, ainda, da fama de grande teólogo, da reputação de admirável filósofo e de profundo conhecedor dos problemas políticos e sociais do seu tempo.

Mas, acima de todos esses predicados, Pe. Miguelinho era julgado como orador consagrado, possuidor de extraordinário domínio da palavra e de viva e fluente eloquência de tanto destaque.

Essas qualidades eram realçadas, ainda mais, pela sua grande modéstia, espírito de religião e por todas as virtudes sociais, ligadas à amizade e à familiaridade que eram carismas da sua pessoa.

X

A REVOLUÇÃO DE 1817: CONTEXTO HISTÓRICO

“O Movimento de 1817 não obedecia, e não obedece, a nenhum sentimento estreito e egoísta de ‘secessão’, de quebra de unidade da Pátria brasileira (...) Desejava uma Pátria libertada e digna: o Brasil nação, o Brasil independente, o Brasil republicano”.

Eloy de Sousa



A Revolução de 1817



A partir da segunda metade do século XVIII, cresce no Brasil Colônia o sentimento de brasilidade. Um conceito muito difuso e impreciso. A Inconfidência Mineira (1789), a Conjuração Baiana (1798), a Revolta dos Suassunas em Pernambuco (1800), e a Revolução Pernambucana (1817) são movimentos emancipacionistas que deitaram raízes no solo fecundo dessa brasilidade a partir de três vertentes: a 1ª nos ideais libertários e republicanos da revolução francesa. A 2ª no seguimento aos rastros da influência do liberalismo europeu e, a 3ª o imaginário da independência dos Estados Unidos da América.

Trata-se de um emancipacionismo que ganhou corpo a partir das ideias e lutas pela descolonização. A razão é que os projetos políticos que emergem no bojo desses ideais projetam batalhas por direitos humanos e liberdades, associados a um vago conceito de pátria. Não há nesses movimentos de refrega o desenho, com contornos nítidos, de uma autonomia republicana.

Talvez a Revolução Pernambucana seja a que mais tenha avançado pela relativa duração do movimento, comparada com as demais, pois a declaração de independência do Brasil esteve muito longe dos parâmetros de Estado-Nação com a autonomia que lhe caberia. Os laços de nossa dependência só fizeram aumentar com a subordinação econômica na relação assimétrica de mercado que prevaleceu até os dias atuais.

É compreensível que no caso específico do Brasil Colônia, posto que Portugal, como matriz colonizadora, relegou suas colônias ao maior dos atrasos em termos de educação, escolas, ciências, artes e tecnologia.

Proibiu a circulação de livros publicados na Europa, instalando um interdito de intercâmbio de novas ideias que circulavam no mundo da política, ciências e artes. Era considerado crime a simples leitura de um livro. Sem educação, sem leitu-

ra, patinava-se na mesmice colonizadora de atrasos, crenças e superstições.

Nossas elites mandavam alguns dos seus filhos estudar em Coimbra e voltando ao Brasil, perdiam os laços de origem na medida em que o seu saber era alimentado mais com a seiva do eurocentrismo lusitano do que propriamente da brasilidade cabocla. O Brasil passa a ser um continente com uma população que não consegue ler, um povo analfabeto sem acesso aos códigos da sociabilidade e da sociedade.

Os formados em Coimbra são jurisconsultos e beletristas. O clero da colônia, nesse imenso oceano de brasilidade, era uma exceção, porque, bem ou mal, estudava em escolas religiosas, onde, apesar do viés doutrinário conservador, o ensino tinha referências de qualidade, mesmo se levando em conta as circunstâncias de uma vigilância da Inquisição da qual não escapava um clero despreparado como o do Brasil.

Pernambuco, mais que outras províncias rebeldes, foi uma honrosa exceção. Primeiro, porque os padres oratorianos, que substituíram os jesuítas na Colônia, fundaram uma casa em Recife, de onde missionaram o interior do Nordeste e se dedicaram a uma vertente de ensino, distinta do método inaciano. Com dois conventos e uma Igreja bem administrada, possuíam uma biblioteca sem precedentes na Colônia, com um grande acervo de livros e que foi posteriormente esvaçada pela nossa falta de zelo com a memória e o descaso com a educação.

A província se destacou das demais pela fertilidade com que acolheu as reformas pombalinas da educação, tornando-se um solo receptivo ao pedagogismo da ilustração. Principalmente com o Seminário de Olinda – que posteriormente seria lembrado como “escola de heróis” -, na educação dos seus clérigos e jovens de modo geral, atingindo as demais províncias da região nordeste.

Destaque especial, para o Seminário que teve o mérito de ser inaugurado pelo bispo Azeredo Coutinho, que soube valorizar a contribuição da educação no futuro da nação, sobretudo, no futuro dos seus padres.

Azeredo, formado em Coimbra, brasileiro de Campos-RJ, esmerou-se no intercâmbio de ideias e projetos com grandes figuras do reino. Pernambuco, no início do século XIX, tinha o melhor ambiente intelectual da Colônia, posto que Recife era um entreposto comercial de importância na exportação para destinos estrangeiros e com quem Portugal mantinha laços comerciais, principalmente com a França e a Inglaterra.

O bispo Coutinho, o Seminário de Olinda, o clero e a Ilustração pombalina constituem as vigas mestras dessa seminal experiência de ruptura descolonizadora, que mais avançou no afrontamento das contradições do antigo sistema colonial. Talvez, por isso mesmo, tenha sido tão brutalmente reprimida com o sacrifício das vidas de suas lideranças e com a purgação das penas criminais nas masmorras da Bahia do Conde dos Arcos.

Falar hodiernamente sobre Pe. Miguelinho e a Revolução de 1817 é lançar também um olhar para a história da Igreja no Brasil, quando enseja a feliz oportunidade de prospectar a vertente de uma Teologia da Ilustração (*a posteriori da libertação*), que marcou a face de sua história ao longo de cinco séculos.

Afinal, a Ilustração, que foi internalizada e assimilada pelo clero do Nordeste e de Pernambuco, não feneceu com a repressão, nem se intimidou com a prisão dos denunciados e muito menos com o pavor da violência na punição dos seus líderes e mentores. Ao contrário, ela se mostrou fértil e fecunda quando a mesma elite intelectual de 1817 deflagrou, anos depois, outros movimentos contestatórios, como a Confederação do Equador e a Revolução Praieira.

A memória de resistência, no século XIX, era caudatária da batalha dos Guararapes, no século XVI, e da guerra dos

Mascates, no século XVIII, prova de que a Igreja em Pernambuco, e o seu clero ilustrado se identificavam com um passado de muitas e significativas lutas e resistências.

No caso do clero revolucionário de 1817, os ideais e os sonhos alimentados no aprimoramento educacional da Ilustração jamais se esgotaram ou se realizaram por inteiro. Aí está o fato histórico da revolução de 1817. Mesmo quando submetidos ao silêncio das intimidações e aos grilhões das masmorras, nessas adversas circunstâncias os insurgentes ressignificaram e redefiniram exemplarmente os ideais de pátria, nação e liberdade, como o fizeram Pe. Miguelinho, Frei Caneca e tantos outros.

XI

O QUE FOI A REVOLUÇÃO DE 1817?

“1817 foi a mais linda, inesquecível, arrebatadora das revoluções brasileiras. Nenhuma nos emociona tanto, nem há figuras maiores em tranquila coragem, serenidade e compostura suprema, decisão de saber morrer convencidos da missão histórica assumida e desempenhada. Morrem fazendo frases, dignos, certos de uma participação pessoal no futuro que só se evocaria com a lembrança apaixonada dessas fisionomias graves, fervorosas e enamoradas do idealismo político”.

Luís da Câmara Cascudo



Palco da Revolução

A partir de 1804, a capitania de Pernambuco foi governada por Caetano Pinto de Miranda Montenegro. Homem experiente, mas pouco afeito ao trabalho. Ninguém o temia e todos o desprezavam, mas ele continuava a governar sem tomar conhecimento dos problemas administrativos. Parecia não se importar com os liberais que discutiam novas ideias políticas ou com funcionários que conspiravam contra seu governo.

A administração era ineficiente. As estradas e edifícios públicos estavam mal conservados. Os serviços essenciais eram feitos com desleixo. Os militares, recebendo soldos baixos e com atraso, pouco ou nada cuidavam da segurança. Enquanto isso, o governador procurava se divertir com amigos, admiradores e aliados.

Entre os que publicamente professavam ideias liberais e republicanas, destacavam-se militares, comerciantes, senhores de engenho, magistrados e padres tais como: Pe. Miguelinho, Pe. João Ribeiro, Pe. Roma, Pe. Tenório, Frei Caneca e outros.

Comerciantes portugueses, ligados à exportação de açúcar e algodão, viviam com medo. Preocupava-os a violência dos negros e mutilados livres, desempregados e soltos nas ruas. Apavorava-os a perspectiva de uma revolta dos escravos e, temiam o espírito nativista dos proprietários de terras em toda extensão do território brasileiro.

O sentimento originado das lutas dos séculos XVII e XVIII, estava muito exacerbado na época. Os proprietários sentiam-se explorados pelos comerciantes lusos, que lhes compravam os produtos agrícolas por preços baixos e vendiam a preços elevados os escravos e as mercadorias europeias. Cobravam juros altos nas vendas a prazo, o que mantinha os proprietários cheios de dívidas.

A rivalidade entre os proprietários, que se consideravam nobres por possuírem terras, e os comerciantes, chamados de mascates, era causa de agitações e revoltas. Nesses conflitos, alimentados por um espírito antilusitano, os brasileiros combatiam os comerciantes portugueses, apelidados de marinheiros porque chegavam da Europa de navio.

O medo de uma rebelião levara alguns portugueses a denunciar ao governador os líderes liberais, acusando-os de conspiração em favor da Independência e da República na Capitania de Pernambuco.

Em março de 1817, o governador prendeu os acusados, sobretudo militares, para neutralizar qualquer resistência. No dia 6, os conspiradores começaram a ser presos. Estourou a rebelião.

O brigadeiro Barbosa de Castro, comandante do quartel do Pátio do Paraíso, no bairro de Santo Antônio, prendeu pessoalmente os oficiais denunciados. Enquanto lhes dava voz de prisão, fez graves acusações aos partidários da independência.

O capitão José de Barros Lima reagiu à prisão e matou o brigadeiro. Imediatamente, os grupos rebelados tomaram o quartel e saíram às ruas, fazendo recuar os reforços militares que vinham do Palácio. Os revoltosos ocuparam os bairros de Santo Antônio e do Recife, no centro da cidade.

Temendo ser preso, o governador retirou-se para o Forte do Brum, junto ao porto, e tentou estabelecer contato com os rebeldes. Estes dominavam o Recife, passando a receber a adesão das camadas humildes do povo e de proprietários de terras. Os comerciantes, temerosos de saques, fecharam as lojas e procuraram se esconder.

Cercado na Fortaleza do Brum, o governador viu-se sem escolha e se rendeu. Os chefes rebeldes procuraram organizar

e articular um governo republicano com apoio da elite. Não projetaram uma República liberal com participação popular, mas um regime moderado. Queriam livrar a capitania de Pernambuco do domínio português.

A tomada do poder foi mais fácil do que a organização do governo independente – o primeiro governo republicano instalado no Brasil, que durou tão somente cerca de 70 dias.

Para se manterem no poder, os revolucionários tinham de enfrentar desafios. Precisavam conquistar o apoio popular, obter a colaboração das elites e atrair outras capitanias para sua causa.

Organizaram um governo provisório formado por representantes da classe dominante, a saber: comerciantes, militares, proprietários rurais e clero. Estabeleceram um Conselho de Governo, formado por pessoas desses grupos.

Os revolucionários ficaram no poder até 20 de maio.

Durante esses dois meses e meio, trataram de obter o apoio das capitanias vizinhas, mas fracassaram na Bahia e Ceará. Na Bahia, o Pe. Roma, enviado como representante da revolução, foi preso ao desembarcar e fuzilado por ordem do governador, Conde dos Arcos. No Ceará, o levante feito no Cariri pelos líderes da família Alencar foi derrotado pelo coronel Filgueiras.

Assim, instalaram-se governos republicanos nas províncias da Paraíba e do Rio Grande do Norte, onde a adesão foi mais fácil.

Por falta de apoio popular, os revolucionários ficaram no poder pouco tempo, tanto na Paraíba como no Rio Grande do Norte. Caíram antes mesmo da queda do governo revolucionário no Recife.

Para obter apoio externo, os rebeldes pernambucanos enviaram aos Estados Unidos o comerciante Cruz Cabugá,

sem tempo de conseguir maior ajuda dos norte-americanos. As armas enviadas de lá só chegaram após a queda do Recife.

O primeiro governo republicano instaurado no Brasil viveu um grande dilema: poderiam revolucionários ligados à classe dominante, numa sociedade escravocrata, conseguir o apoio de senhores e escravos? A maioria dos senhores de engenho temia que a revolução e a República levassem à abolição da escravidão, fazendo-os perder a parte mais valiosa de seus bens, representada pelos escravos. Se eles fossem libertados, os senhores iriam à falência, pois os engenhos não poderiam funcionar. “Os negros eram os pés e as mãos dos brancos”.

Por isso, poucos senhores de engenho deram apoio total à revolução, embora o governo revolucionário garantisse que a libertação dos escravos não seria decretada logo.

A revolução republicana de 1817 não conseguiu impor seu domínio total sobre o território da capitania rebelde. E seu governo, mesmo de posse dos principais centros urbanos – Recife e Olinda – e vitorioso nas capitais da Paraíba e do Rio Grande do Norte, tinha poucas condições de resistência.

A defesa do território era difícil, com tropas revolucionárias tão pequenas. Os republicanos tentaram organizar tropas de cavalaria, mas não dispunham de oficiais competentes para isso.

A reação monárquica não se fez esperar. O Conde dos Arcos, governador da Bahia, tomou as primeiras providências para a invasão de Pernambuco. Depois de mandar fuzilar o Pe. Roma, organizou tropas por terra, sob o comando do marechal-de-campo Cogominho de Lacerda.

Essas tropas atravessaram o rio São Francisco e, com o apoio dos proprietários alagoanos, marcharam sem dificuldades, em direção ao Recife, já bloqueado por forças navais enviadas do Rio de Janeiro.

A situação no Recife era muito difícil. Desde o começo de abril, o porto estava bloqueado por quatro navios enviados do Rio por D. João, sob o comando do almirante Rodrigo Lobo. Atemorizada, a população fugiu em massa, parte para bairros distantes e povoados que ofereciam maior segurança, como Poço da Panela. Faltavam alimentos, pela dificuldade de comunicação entre o litoral e o interior. Os mais sensatos sentiam que a situação estava crítica e que os patriotas (nome pelo qual eram chamados os revolucionários) não tinham possibilidade de êxito.

O próprio comandante-geral, Domingos Teotônio, resolveu abandonar a cidade. Levou algumas forças para o interior, tentando a resistência em local e momento favoráveis, utilizando a tática de guerrilhas. Foi acompanhado por outro colega de governo, o Pe. João Ribeiro. No caminho, vendo que a situação era insustentável, o padre se suicidou no Engenho Paulista, distante 20km da capital.

As pobres forças republicanas, feitas de milícias irregulares, não podiam enfrentar de igual para igual forças militares profissionais. O almirante Rodrigo Lobo, exigiu a rendição incondicional dos revolucionários. A seguir, desembarcou e assumiu o governo da capitania.

Estava concluída a fase militar da efêmera República pernambucana. O novo representante do rei foi aclamado nas ruas. Grande parte da população do Recife, que em março festejara a revolução, celebrou em maio a restauração do regime anterior.

Logo começaram os processos contra os revolucionários presos. Muitos foram condenados à força e executados em Pernambuco. Os demais foram levados para a Bahia e processados por crime de traição ao rei “de lesa majestade”.

Em 29 de junho de 1817, com a revolução já dominada, chegou ao Recife o novo governador, general Luís do Rego.

Para dar maior estabilidade a seu governo, ele recrutou soldados entre a população pernambucana, mas colocou portugueses de sua total confiança no comando dessas tropas. Todos os habitantes da cidade foram mantidos sob rigorosa vigilância.

No Recife, era fácil controlar a população. Mas no interior, dominado pelos grandes proprietários que possuíam escravos e moradores dependentes, esse controle se fazia sentir de menor forma e isso permitia que os senhores de terras se organizassem para reagir às determinações do novo governo.

Mesmo com a derrota da revolução, era evidente que o regime colonial agonizava. Os laços entre a Metrópole e a Colônia estavam cada vez mais fracos. As duas partes se preparavam para o desfecho, que parecia próximo e que poderia ser apressado por algum acontecimento externo de maior dimensão. E este veio.

XII

CRONOLOGIA DA REVOLUÇÃO

“É em vão que se pretende abafar as ideias liberais; pode-se adormentar por um momento a liberdade; mas ela terá sempre o seu despertar; não duvideis disso!”

Pe. João Ribeiro Pessoa



Campo das Princesas, no Recife, onde se situavam o palácio do governo e o Erário Público.



Ponte da Boa Vista, ligando o bairro de Santo Antônio ao da Boa Vista, no Recife.

MARÇO

6: há rumores de rebelião entre brasileiros. O Conselho militar do Governo português vota que se deve conduzir os cabeças ao Palácio e matá-los com armas ou envenenamento. Vence o voto prudente, de prender os 5 civis e 6 militares mais perigosos. Entre os civis consta o nome do Pe. João Ribeiro, principal líder. O governador se refugia no Forte do Brum, e manda cortar a ponte de Santo Antônio para evitar a invasão ao bairro do Recife e ataque ao Forte. Os clarins tocam e os sinos das Igrejas dobram anunciando vitória. Pe. João Ribeiro saiu às ruas, com militares, civis e eclesiásticos.

7: pela manhã, o Forte é cercado e o governador capitula, sem luta, muito bem armado. Pe. João Ribeiro não aceita ser presidente da nova República, por ser sacerdote, e elege-se um governo de 5 membros. O padre, como governador, para assuntos eclesiásticos. O governo revolucionário emite célebre proclamação, de autoria do Pe. Miguelinho, dando as razões da revolução, proclamando a República e conclamando os portugueses e demais europeus a se sentirem em sua própria terra, pois todos são irmãos.

8: instalação do governo provisório.

9: despachos variados do governo provisório. Os patriotas esperavam a adesão da Bahia e do Ceará.

10: partem emissários para tentar a adesão das demais províncias: o Pe. Damasceno para o Rio Grande do Norte, o subdiácono José de Alencar para o Ceará e o Pe. Roma para Alagoas e Bahia.

11: o cônsul inglês, João Lempriere, pediu para permanecer no cargo junto ao governo instalado. Solicitação aceita.

12: seguiu Caetano para o Rio de Janeiro onde, ao chegar, foi preso e enviado para a Ilha das Cobras. Os militares, do seu antigo Conselho, foram presos no Forte das Cinco Pontas, no Recife.

16: desde o embarque do governador “tudo tem estado assaz tranquilo na cidade”. Tollenare também nos informa que os patriotas possuíam as constituições francesas de 1791, 1792 e 1795.

17: a capital da Paraíba adere à República.

24: Cruz Cabugá viaja para os Estados Unidos, como embaixador republicano levando dinheiro para comprar armas.

25: adesão do Rio Grande do Norte.

29: data da Lei Orgânica. Proclamação do governo provisório.

30: adere Alagoas. Aparece a famosa carta do Pe. João Ribeiro ao governo revolucionário da Paraíba, na pessoa do Pe. Antônio Pereira.

ABRIL

2: (quinta-feira santa): bênção das bandeiras e estandartes da revolução e juramento solene de fidelidade total à República.

4: o Cabido de Olinda publica a famosa Pastoral na qual mostra como a revolução não contradiz os princípios do Evangelho de Jesus Cristo.

7: decreto sobre liberdade de religião e de culto. O povo reage contra. O governo suprime a ordem de leitura do decreto em público.

9: primeiros fracassos – chega a notícia da prisão e fuzilamento do Pe. Roma, na Bahia, a 29 de março, e de que o Conde dos Arcos fez partirem tropas armadas para invadir Pernambuco.

19: notícias da invasão de Alagoas pelas tropas do Conde, da primeira derrota militar da República em Porto de Pedras e do corte das comunicações com o sul da Província. O porto do Recife é totalmente bloqueado por navios vindos da Bahia.

20: a pátria está em perigo. Todos os homens válidos são convocados, inclusive os escravos.

23: o bloqueio do porto é reforçado pelo Almirante português Rodrigo Lobo, enviado pelo Rio de Janeiro. Não há desembarque de tropas.

24: o governo revolucionário muda-se para Soledade deixando desertos os bairros do Recife e Santo Antônio. As famílias se dirigem para o interior.

25: Paudalho e Santo Antão (atual cidade de Vitória), sob influência do traidor Pe. Pascoal Pires, se rebelam contra a República.

27: o Pe. João Ribeiro diz que “se não puderem sustentar-se na cidade, retirar-se-ão para o interior”. O Sr. Martins teve a indiscrição de acrescentar que, antes de deixar o Recife, far-se-ia dele um montão de ruínas.

30: partem tropas para reprimir a rebeldia das duas cidades. O Deão de Olinda pede que tragam vivo o Pe. Pascoal, porque queria mostrar à posteridade como se castiga eclesiásticos traidores da Pátria.

MAIO

1: forma-se o exército revolucionário, reforçado com guerrilheiros do Pe. Souto Maior. Uma parte vai a Utinga, perto do Recife, tentando retardar o grande exército, sob o comando do Marechal Mello. Os pernambucanos são vencidos e seus soldados massacrados com requintes de barbárie.

7: chega a notícia de que a Paraíba é atacada por forças realistas vindas do Rio Grande do Norte, que há muito já se encontrava em suas mãos.

08: os dois grandes exércitos partem para o confronto decisivo. Há um grave conflito de jurisdição entre os chefes militares republicanos: o general Francisco de Paula Cavalcanti, Conde de Suassuna e o governador Domingos Martins. Este acontecimento vai ser fatal para a revolução e os revolucionários.

11: depois dessa data uma expedição foi direcionada para os combates em Alagoas. Participavam dela: Capitão Antônio José Victoriano com uma Companhia de Infantaria. No Engenho Velho do Cabo a tropa reuniu-se; o chefe da expedição estava acompanhado pelos religiosos Frei Joaquim do Amor Divino Caneca e Frei José Maria Brayner.

(Frei Caneca passou quatro anos preso na Bahia.). Combate em Utinga, Alagoas.

14: Domingos José Martins é preso em combate pelo Marechal Cogominho. É trazido para o Recife e recolhido em um dos navios que bloqueavam o porto do Recife.

15: às 14h30, os dois exércitos entram em choque, em Pindoba. O Marechal Mello, com o reforço de tropas de elite, tiradas do exército português de ocupação, põe em debandada o exército republicano, dividido pelo conflito entre os seus comandantes, que bate em retirada, à noite.

16: com perdas de homens, armas e munições, o exército revolucionário consegue chegar ao Recife, se recompõe e o General Cavalcanti, vendo a população e as tropas em desespero, tenta uma capitulação com o Almirante Rodrigo Lobo. Este não aceita negociar e impõe rendimento incondicional.

18: o governo republicano se dissolve e dá plenos poderes ao general Domingos Teotônio. Este envia mensagem

a Rodrigo Lobo, ameaçando matar todos os portugueses da Província, se até o dia seguinte, às 8h, o almirante não voltar atrás nas suas cláusulas de rendição sumária e incondicional.

19: tarda a resposta do almirante. Termina o prazo dado. Os revolucionários afirmam não ter coragem de cumprir a desumana ameaça contra a população portuguesa. Preferem reunir o que sobrou de exército, partir para o interior e juntar-se às tropas isoladas pelos sertões.

À tarde, chega a resposta do almirante, cedendo às exigências dos republicanos. Não encontraram a quem entregar a mensagem, pois o exército já havia partido, com o Pe. João Ribeiro à frente, com os pés descalços, em busca de um local, bem longe, onde fundariam a capital republicana.

20: Rodrigo Lobo desembarca com a cidade livre, proclama-se governador em nome d'El Rei e ordena ao Marechal Melo para perseguir os fugitivos. À noite, em Paulista, o Pe. João Ribeiro se suicida ao saber que seus comandantes militares resolvem desmobilizar o exército republicano e fugir. É iniciada, no Recife, a devassa e sangrenta repressão.

25: os marinheiros desembarcados haviam descoberto um depósito de armas no quartel abandonado; precipitam-se pelas ameias do pequeno baluarte do Bom Jesus e ali fizeram flutuar a bandeira real; o comandante dispunha apenas de dez homens e teve um momento de hesitação que quase lhe custou caro; a fortaleza das Cinco Pontas só tinha 25 inválidos; os prisioneiros de dentro, secundados pelos marinheiros, de fora, dele se apoderaram em breve sem dar um tiro. Os marinheiros, sucessivamente, além do Forte das Cinco Pontas, tomam o Forte do Buraco, o Forte do Picão e assim ocupam os dois espaços antes na posse dos patriotas. Nova proclamação do Conde dos Arcos.

JUNHO

1: início das prisões – o exército patriota não existe mais, dissipou-se sem combate; os seus chefes fugiram ou se ocultaram; as suas cabeças serão postas ao prêmio de 2.400 francos, além da liberdade ao escravo que os denunciasse. As prisões na cidade são numerosas; a mais notável foi a do Sr. Gervásio Pires Ferreira, o negociante mais rico da cidade, e isto causa inquietação àqueles que o temor fez menos inocente. A reação realista manifesta-se por meio de jantares e de denúncias.

12 : fuzilamento do Pe. Miguelinho no Campo da Pólvora na Bahia.

JULHO

1: toma posse no governo da capitania o militar Luiz do Rego Barreto. Em agosto, criou o Tribunal da Alçada que iniciou a devassa.

XIII

POR QUE A “REVOLUÇÃO DOS PADRES”?

“1817 foi um movimento assinalado por uma nota extremamente singular na história do mundo – uma revolução de padres – cerca de setenta...”

Vilhena de Moraes



A Revolução dos Padres ou dos Letrados

Explodiu a revolução de 1817. As fileiras dos rebeldes contavam com um bom número de padres, cujas estimativas variavam de 40 a 70.

Tratava-se de um percentual expressivo, considerando que na diocese de Olinda, naquele contexto, havia um pouco mais de 120 sacerdotes. E não só, alguns dos envolvidos tiveram até mesmo ação militar.

Foi o que fez Pe. Antônio de Souto Maior Bezerra de Menezes, vigário de Goiana, morto depois nas prisões da Bahia, bem como Frei João da Conceição Loureiro, guardião do Convento franciscano de Santo Antônio de Recife, mais os padres João Gomes de Lima e Francisco de São Pedro, o “Cachico”. Não por acaso, Oliveira Lima chamaria o levante de “Revolução dos padres”.

Os líderes rebeldes, no dia 7 de março, se reuniram na casa do Erário de Recife e entre eles houve consenso inicial de eleger o Pe. João Ribeiro como presidente da República que nascia, mas ele não aceitou. Foi então escolhido um governo provisório, inspirado no Diretório da Revolução Francesa, do qual o clero revolucionário foi parte integrante. O governo era composto por cinco membros, e o Pe. João Ribeiro representante do mundo eclesiástico.

Três dias após, Pe. Luiz José de Albuquerque, vigário de Santo Antônio de Recife, celebrou um solene *Te Deum* em ação de graças, convidando para o evento os cinco membros do governo provisório, que de boa vontade compareceram todos, o homileta foi o Pe. Miguelinho.

A nascente república adotou bandeira própria, aboliu os impostos pagos ao Rio de Janeiro e fez aprovar uma lei orgânica adotando medidas liberais como as liberdades de opinião, de imprensa e os direitos individuais, proibindo ataques ao catolicismo.

O deão de Olinda, investido da função de governador da diocese, inspirando-se em Rousseau, publicou uma Pastoral, subscrita por todo o Cabido, sustentando não ser a revolução contrária ao Evangelho. Segundo afirmava, era que a posse e o direito da Casa de Bragança se fundamentavam em um contrato bilateral, de que estavam totalmente desobrigados os povos da lealdade jurada, por ter tal dinastia faltado por primeiro às suas obrigações.

Simultaneamente, a este contexto revolucionário aderiram a Paraíba, o Rio Grande do Norte e o Ceará. A Bahia reagiu prendendo o Pe. Roma em 26 de março, sendo executado três dias depois no Campo da Pólvora.

A reação armada dos realistas logo se fez sentir. No final de março, o conde dos Arcos, governador da Bahia, preparou um ataque em duas frentes: por terra enviou uma tropa e por mar uma pequena frota, conseguindo esta última bloquear o porto do Recife no dia 16 de abril de 1817. Após 74 dias de duração, a república rebelde sucumbiu.

Luís do Rego Barreto (1777–1840) foi imposto como governador e capitão-geral de Pernambuco em 26 de junho de 1817 e, depois de organizar uma comissão militar presidida por ele mesmo, levou a cabo uma feroz repressão que prendeu e enviou para os cárceres de Salvador os principais envolvidos.

Ele fez executar os líderes confiscando-lhes os seus bens e realizando inumeráveis prisões. Nem mesmo os clérigos envolvidos escaparam às punições. Pe. Francisco Manoel de Barros, outro que tentara fazer insurgir o Ceará, acabou preso assim que desembarcou e, derrotada a revolução, foi enviado para o Recife de onde seguiria para as enxovias da Bahia, que eram cárceres térreos ou subterrâneos úmidos e escuros.

Na capital pernambucana, por sua vez, dentre outros, foram encarcerados o pároco do Cabo de Santo Agostinho.

Pe. Venâncio Henrique de Rezende (1784–1866), os dois vigários de Santo Antônio e da Boa Vista, o guardião do Convento de São Francisco (Frei João da Conceição Loureiro) e vários carmelitas.

Pe. Pedro de Sousa Tenório, vigário de Itamaracá, depois de destituído do sacerdócio, terminou enforcado e esquartejado no dia 10 de julho. Suas mãos, decepadas do corpo, foram pregadas num poste da Vila de Goiana; a cabeça, levada para Itamaracá; enquanto que o tronco, atado à cauda de um cavalo, foi arrastado até o cemitério da matriz do Santíssimo Sacramento.

Por sua vez, Pe. Miguelinho acabou executado a tiros de arcabuzes, na Bahia, em 12 de junho seguinte. Condenado também à pena capital, o Pe. Antônio Pereira de Albuquerque, membro do governo provisório na Paraíba, recebeu sumariamente sua execução em 6 de setembro, no Campo do Erário de Recife.

No caso do Pe. Pedro Tenório, vilipendiaram o cadáver, decepando dele as mãos e a cabeça, enviadas respectivamente para a Vila do Pilar e cidade da Paraíba (atual João Pessoa) para serem expostas em público. O tronco, arrastado pela cauda de um cavalo, chegou até a Igreja do Santíssimo Sacramento, onde recebeu sepultura.

Dois sacerdotes se suicidaram: o primeiro, Pe. Antônio José Cavalcanti Lins, enforcou-se na prisão das Cinco Pontas e o segundo, Pe. João Ribeiro, no dia 21 de maio, mediante o avanço dos realistas, optou por matar-se de modo análogo. Ele realizou tal gesto na capela do Engenho Paulista, distante três léguas de Recife.

As tropas do governo chegaram três dias depois desenterraram e esquartejaram seu cadáver, enviando as mãos para Goiana e a cabeça para Recife. Depois de um desfile macabro pelas ruas da capital da capitania, ao som de gritos insultuo-

sos, o crânio foi exposto na Praça do Comércio, para ser visto pelo povo.

A militância revolucionária do clero induziria o vice-almirante Rodrigo Lobo a expedir uma carta a Dom João VI, a fim de aconselhá-lo a não permitir que o novo bispo nomeado e ordenado assumisse a Sé vacante de Olinda. A admoestação não foi ouvida, nem atendida.

O mesmo aconteceu em relação ao protesto de José Albano Fragoso (1768–1843), nomeado Juiz das diligências por decreto de 21 de abril de 1817, em vista da obtenção de todas as circunstâncias relativas à insurreição Pernambucana. Fragoso argumentava, num documento de 19 de maio daquele ano, ser contraditório condenar à morte o Pe. Miguelinho, secretário da revolução, mas não a primeira dignidade eclesiástica da diocese.

Aludia a Dom Azeredo Coutinho que, sendo membro de “emprestada seita”, segundo ele, “esquecendo-se da supremacia do seu magistério” agira como instigador, fazendo “vacilar a crença do povo pernambucano”.

De qualquer modo, o governo se acautelou deixando fechado até 1822 o Seminário de Olinda, que teve suas portas cerradas em 20 de maio de 1817, dia em que as tropas realistas entraram vitoriosas em Recife.

Também baixou um edito por meio do qual os religiosos foram obrigados a permanecerem dentro de seus conventos. Em seguida, em 1818, por ocasião da aclamação de Dom João VI como novo soberano, um decreto no dia 6 de fevereiro ordenou o encerramento da devassa, além do perdão aos que ainda se achassem encarcerados, excetuando-se os líderes da rebelião.

Entretanto, os presos que se encontravam sob processo na Bahia não foram beneficiados e somente em 1821 foram

libertados. Foi o caso do Frei João da Conceição Loureiro, de Frei Joaquim do Amor Divino Caneca, do Pe. Francisco Muniz Tavares e outros ainda.

Contemporaneamente, tendo constatado que dos 317 réus da revolução de 1817 levados a julgamento, 62 eram acusados de serem membros da maçonaria, por meio do alvará de 30 de março de 1818, o rei proibiu as sociedades secretas.

Tais medidas foram insuficientes, até porque as causas que provocaram a insurreição pernambucana permaneceram intocadas. A Coroa portuguesa deu o assunto por encerrado, mas, o arguto e esperto inglês John Armitage (1856–1897) pode testemunhar que as pendências persistiam.

Em suma, a Revolução de 1817 só teve sucesso por se difundir em regiões mais amplas quando fez uso do aparelho eclesiástico, atingindo até mesmo os sertões por meio de fios que ligavam os vigários, as igrejas e paróquias às grandes autoridades do bispado. Os púlpitos, pastorais e até os livros de tomo das paróquias estavam impregnados pelo ideário revolucionário.

O governo provisório, por meio do clero, fez circular pastorais instruindo os fiéis a abandonarem as rivalidades que dividiam o rebanho entre brasileiros e europeus, recomendando ordem e união em benefício da revolução. Dessa forma, as pastorais, amparadas pelas explanações do clero serviram como um dos vários instrumentos políticos de doutrinação para legitimar o levante.

Havia muitos outros argumentos defendendo a mesma legitimação do governo provisório com respaldo do clero, tal como o que dizia que a revolução não era obra dos homens e sim da Providência, que destruíra impérios e levantava outros.

Enfim, o corpo eclesiástico foi fundamental para o governo provisório, pois atenuava as tensões entre brasileiros e eu-

ropeus, cimentava a adesão da população à revolução, doutrinava o povo, divulgava e propagava o ideário preconizado pelos revolucionários.

A documentação é abundante em demonstrar que o clero se empenhou em persuadir e aliciar a população a favor da revolução, consolidando conquistas e intimando indecisos e recalcitrantes. Próximos aos militares, os padres desempenharam diversos papéis nas tropas desde capitães de guerrilha até soldados. Há até casos em que alguns conventos serviram de campo de treinamento militar ou mesmo como local para alojar armas. A essa efetiva participação do clero em 1817, Antônio Jorge de Siqueira denomina de “práxis revolucionária”. E Oliveira Lima tem toda razão de chamá-la “a Revolução dos Padres”.

XIV

A REVOLUÇÃO HASTEIOU SUA BANDEIRA

*“Sem grande corte na Corte,
não se goza um bem geral;
que o corte é quem nos faz bem;
e a Corte é quem nos faz mal”.*

Manoel Caetano
(Poeta repentista revolucionário)

Bênção à Bandeira da Revolução de 1817



Fonte: Revolução Pernambucana, 2016



Desenhada pelo Pe. João Ribeiro com a ajuda do pintor fluminense Antônio Alvares e confeccionada pelo alfaiate José de O. Barbosa, capitão das milícias pardas e mestre peritíssimo, auxiliado por seu irmão Francisco Dornellas Pessoa, a bandeira revolucionária foi aprovada por Cruz Cabugá e posteriormente transportada a sua réplica, em aquarela, para Washington, capital dos Estados Unidos da América.

A bandeira da nova república de 1817 continha vários simbolismos entre eles: o arco-íris que representa a paz, a concórdia, a amizade e a união que o novo país propunha oferecer às demais nações.

As três estrelas representavam as três capitanias que formam o núcleo da confederação, a saber: Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte.

O sol significa que os habitantes de Pernambuco eram seus filhos e viviam sob sua influência e sua proteção. A cruz significando o nome pelo qual o Brasil foi batizado por ocasião de sua descoberta: Terra de Santa Cruz. Estes símbolos ostentavam um novo caminho para uma nova pátria livre e independente. Tollenare informa que a bandeira, vista por ele, somente tinha uma estrela, divergindo assim do projeto proposto.

No dia 2 de abril foi realizada com toda solenidade a bênção da bandeira revolucionária, que era de cor azul e branca. Trazia o sol, um arco-íris, três estrelas e as iniciais S.P.S.L. (*Salus populorum suprema lex est*), que significa: a salvação dos povos é a suprema lei.

A bênção do pavilhão foi dada pelo deão e patriota, vigário capitular da diocese vacante de Olinda, Cônego Dr. Bernardo Luiz Ferreira Portugal. Nesta ocasião ele proferiu a Oração da bandeira da nova República.

Há um detalhe rico na narrativa de Muniz Tavares, quando sinaliza a marca distintiva e identitária dos adereços da bandeira que demarca um novo tempo de memórias. Rico pela beleza e leveza do seu texto, carregado de profunda simbologia que é eloquente acerca desse tempo singular que afirma uma memória e confirma uma nova página, um novo capítulo da história do protagonismo pernambucano. Apreciemos:

“O altar estava voltado ao Oriente; o Sol refletindo sobre ele os seus luminosos raios, parecia ensinar aos circunstantes a recorrer ao verdadeiro Sol da Justiça, donde provém o único seguro auxílio. Ao pé do altar com devota compostura estava o Deão da Catedral revestido dos paramentos sagrados, e assistido pelo Clero da Paróquia de Santo Antônio em sobrepelez; do lado do Evangelho compareciam os cinco membros do Governo Provisório com a Câmara de Recife: a multidão do povo ocupava o resto da superfície”.

O sermão pronunciado nessa ocasião – seguindo um ritual de natureza mais religiosa do que política – começa evocando a conversão de Constantino ao cristianismo e compara a nova bandeira à Cruz de Cristo.

Inicia com a evocação fundadora da cristandade das catacumbas romanas: *“In hoc signo vinces”* (com este sinal vencerás). Um fato novo, gerador de uma ruptura, onde se evoca a insígnia das lutas e da vitória, prenunciando novos tempos de justiça e liberdade.

O corpo do sermão do Cônego Bernardo é uma evocação bíblica do profeta Samuel que, segundo a tradição bíblica narrada no livro profético, é fonte referencial para a justiça e o exercício da realeza, no governo de Israel, o povo eleito, o povo da promessa.

O sermão se divide em três partes. A primeira é a evolução dos reis iníquos que se travestem de legitimidade, mas que “não vêm da parte de Deus”. A segunda é a pedagogia das lições proféticas, onde cada um deles clamava pela desobediência aos governantes, na busca de atingir o sonho de Javé para o seu povo e se tornarem portadores do merecimento de fidelidade à aliança. Nesse momento, o orador vocifera contra o absolutismo do Antigo Regime, que ainda prospera em Portugal.

A terceira parte é uma admoestação de que a ousadia, se ela tem o preço de sofrimento, cruz e morte, tem também o sabor e a garantia da glória.

“In hoc signo vinces. O nosso Pai, que está nos céus, criou livre todos os homens; o espírito das trevas introduziu gás infernal na alma dos malvados: estes ligaram os braços dos seus irmãos, armaram-se de azorrague e chamaram-se príncipes absolutos. Desde então a criatura não pode mais erguer as mãos ao firmamento para suplicar ao Criador, a sua face contristada abaixou-se à terra, chorou. O celerado manifestou desde o príncipe a reprovada sua origem, e abertamente mostrou que era filho de satanás; reunindo a hipocrisia à iniquidade ocultou debaixo de uma coroa a marca de Caim impresta sobre a sua fronte, ungiu com o santo crisma os seus cabelos, e disse: eu venho da parte de Deus”.

Percebe-se a intenção do orador de evocar o profetismo bíblico da tirania dos reis, combatida e alertada pelo discernimento que se tem em Samuel e Isaías, os maiores expoentes do profetismo.

O segundo momento já prefigura uma memória autêntica que serve de parâmetro ético, e os padres de 1817, nesse ato solene, pregam a rebeldia, a não-aceitação, o rompimento

com a tirania do Absolutismo. E o fazem evocando a memória da fidelidade à justiça, à liberdade, à Pátria brasileira. Essa rebeldia exige coragem. Continua o Cônego Bernardo:

“Blasfêmia, o Senhor falou a Samuel: Essa será a razão do Rei: se apoderará dos vosso filhos e filhas, dos vossos campos, das vossas lavouras; e acrescentou: um dia vós gritareis por causa do vosso rei, e eu não os ouvirei porque o tendes eleito. Os escravos voluntários pesam ao mundo e a Deus. Nós não elegeremos Príncipe, nós o combateremos, o perseguiremos até que entre no Inferno, de onde o antigo inimigo do gênero humano o extraiu”.

Finalmente, neste ato solene de instauração dos signos de uma nova identidade política, os dois aspectos anteriores dessa memória-celebrativa desaguam no objetivo principal das insígnias e da solenidade cívico-comemorativa, que é o apelo à coragem para a resistência.

“Se as Províncias desse vasto continente vos abandonarem (o que o Onipotente não permita), será inteira a vossa glória; inteira a infâmia dos covardes, que vos abandonaram, e quando nos inescrutáveis arcanos da Providência fosse decretado que sucumbíssemos, será esplêndido o nosso sepulcro, porque último cedemos, porque sós ousamos resistir”.

No âmbito da insurreição, outra variável do discurso é aquela que visa garantir a sobrevivência da identidade ante a emergência niveladora do Absolutismo que, na sua expressão ilustrada de modernidade e política, continuava decidido em manter suas colônias como domínios privados.

Com isso, tentava-se agregar uma densidade de repressão e violência no esforço de reconciliação com o passado,

diante de um futuro, se não ameaçador, pelo menos desestabilizador do poder, dos valores e da ordem no Brasil Colônia.

Esse “outro”, ameaçador, desestabilizador, real ou imaginário, emergia como um novo polo de poder, portador de uma nova representação política, porta-voz de um novo discurso e de uma nova cosmovisão de mundo e que, por isso mesmo, precisava ser urgentemente sufocado.

Em momentos históricos de mudança como esses, a discussão e os debates contemplam a ruptura do presente com o passado, evocando-se a tradição e a memória históricas como reforço de sua identidade e dos seus objetivos maiores. É uma maneira de buscar sobreviver. E uma das maneiras históricas de sobrevivência é por meio da memória, porque ela tem a vicissitude de transformar os vencidos em vencedores e os criminosos em heróis, tal como o foi em 1817.

XV

PE. MIGUELINHO: secretário do governo

“E, sobremaneira, honrando esses ardorosos apóstolos – membros do governo provisório da primeira república em nossa Pátria, salientou-se, pelo talento, fino tato, extraordinária atividade, raras virtudes, ínclita coragem e inquebrantável dedicação à causa republicana, o insigne secretário do mesmo governo, Pe. Miguel Joaquim de Almeida Castro, o Miguelinho, filho imorredouro do Rio Grande do Norte”.

Dr. Meira e Sá



Pe. Miguelinho

Logo após a tomada de poder e instalação do novo governo provisório, o conselho tratou de escolher, de imediato, a figura do secretário-geral do mesmo. Alguém que seria um mentor intelectual da revolução e capaz de transmitir por meio de textos manuscritos o que propunha a equipe como estratégia articulada de uma nova república.

Como secretário do Governo Provisório, Pe. Miguelinho com “suas virtudes civis e religiosas, especial civilidade e humanidade recebera tal realce com sua nova função, que ainda não encontramos um só inimigo, nem um só coração insensível à sua lamentável tragédia, ou ilustríssimo martírio, por cujo lado vamos encará-lo”.

Na secretaria do novo Governo Provisório desempenhou as funções do cargo com a mais elevada noção de dignidade “pois sem ele, nada se fazia”.

Investido no cargo, afirma categoricamente Sousa Pinto, que ele: “elaborou com a sua bem conhecida inteligência os decretos, proclamações, ordens, ofícios e todos os demais trabalhos do gabinete, que se fizeram necessários durante a revolução”.

Sabemos ter o Pe. Miguelinho composto, na qualidade de mentor, consultor e secretário, o Governo Provisório Republicano instalado em 1817. É factível deduzir, logo, que não somente redigia, mas mantinha sob a sua guarda talvez todos os principais documentos administrativos da governadoria.

Afora, quase decerto, aqueles onde estão registrados os planos da insurreição pernambucana; ou seja, um completo e circunstanciado acervo documental demonstrativo das inúmeras providências adotadas objetivando a consecução de tais empresas, com os respectivos nomes, assinaturas e descrição das atividades e iniciativas de tantos quantos foram os seus partícipes.

É de autoria de Pe. Miguelinho a famosa e decisiva proclamação levada aos pernambucanos. Nesta redação escrita de próprio punho, ele usa uma linguagem vibrante, eloquente e expressiva na doutrina que esposava, segundo Mons. Muniz Tavares “retratou fielmente o seu doce caráter e a sua consumada prudência”.

No contexto do início da nova República, começou Domingos Martins a delinear as medidas mais urgentes e necessárias à segurança da República. Por efeito dessas medidas, postas imediatamente por obra, a anarquia de rua, que a soltura dos presos correccionais naturalmente havia agravado, começou a ser debelada, e o foi de tal forma e com tão admirável presteza, que em breve estava a cidade em perfeita tranquilidade.

Poucas horas depois, eram distribuídos por toda a cidade exemplares da proclamação do governo provisório, documento este, redigido pelo Pe. Miguelinho, e admirável programa fraternal de um governo que se inicia com a nobre esperança de enaltecer a pátria.

Eis aqui a PROCLAMAÇÃO DO POVO E PARA O POVO

“HABITANTES DE PERNAMBUCO! A Providência Divina, que, pelos seus inexcrutáveis desígnios sabe extrair das trevas a luz mais leve, e pela sua infinita bondade não permite a existência do mal senão porque sabe tirar dele maior bem, e a felicidade consentiu que alguns espíritos indiscretos e inadvertidos de que grandes incêndios se pode originar de uma pequena faísca, principiassem a espalhar algumas sementes de um mal entendido ciúme, a rivalidade, entre os filhos do Brasil, e de Portugal, habitantes desta Capital, desde a época, em que os encadeamentos dos sucessos da Europa entraram a dar ao continente

do Brasil aquela consideração, de que era digno, e para o que não concorreram nem podiam concorrer os brasileiros. Por quanto, que culpa tiveram estes de que o príncipe de Portugal sacudido da sua capital pelos ventos impetuosos de uma invasão inimiga, saindo faminto dentre os seus lusitanos, viesse achar abrigo no franco, e generoso continente do Brasil, e matar a fome, e a sede na altura de Pernambuco pela quase Divina Providência e liberalidade dos seus habitantes! Que culpa tiveram os brasileiros de que o mesmo príncipe Regente sensível à gratidão quisesse honrar a terra, que o acolhera com a sua residência, estabelecimento da sua Corte, e elevá-la à categoria de reino? Aquelas sementes da discórdia desgraçadamente frutificaram em um país, que a natureza amiga dotou de uma fertilidade ilimitada, e geral. Longe de serem extirpadas por uma mão hábil, que tinha para isso todo o poder, e sufocá-la na sua origem, foram nutridas por mútuas indiscrições dos brasileiros, e europeus; mas nunca cresceram a ponto de se não poderem extinguir, se houvesse um espírito conciliador, que se abalançasse a esta empresa, que era árdua. Mas o espírito do despotismo, e do mau conselho, recorreu às medidas mais violentas, e pérfidas que podia excogitar o demônio da perseguição. Recorreu-se ao meio tirano de perder patriotas honrados e beneméritos da Pátria, de fazê-la ensopar nas lágrimas de míseras famílias, que substituíam do trabalho, e socorros dos seus chefes, cuja perda arrastavam consigo irresistivelmente a sua total ruína. A natureza, o valor, a vista espantadora da desgraça, a defesa natural, reagiu contra a tirania, e a injustiça. A tropa inteira se opôs envolvida na ruína de alguns de seus oficiais; o grito da defesa foi geral; e ele ressoou em todos os ângulos

da povoação de Santo Antônio, o povo se tornou soldado, e protetor dos soldados porque eram brasileiros como eles. Os déspotas aterrados pelo inesperado espetáculo, e ainda no seio dos ímpios levanta o seu tribunal, dita os seus juízos, e crava os seus punhais, desampararam o lugar, donde haviam feito sair as ordens homicidas. Habitantes de Pernambuco, crede, até se haviam tomado contra os vossos compatriotas meios de assassinar indignos da honra, e da humanidade. Os patriotas no fim de duas horas acharam-se sem chefe, sem governador: era preciso precaver as desordens da anarquia no meio de uma povoação agitada e de um povo revoltado. Tudo se fez em um instante; tudo foi obra da prudência, e do patriotismo. Pernambucanos, estai tranquilos, apareci na capital, o povo está contente, já não há distinção entre brasileiros, e europeus, todos se conhecem irmãos, descendentes da mesma origem, habitantes do mesmo país, professores da mesma religião. Um governo provisório iluminado, escolhido entre todas as ordens do Estado, preside à vossa felicidade; confia no seu zelo, e no seu patriotismo. A Providência, que dirigiu a obra, a levará ao termo. Vós vereis consolidar-se a vossa fortuna, vós sereis livres do peso de enormes tributos, que gravam sobre vós; o vosso, e nosso país, subirá ao ponto de grandeza, que há muito o espera, e vós colhereis o fruto dos trabalhos, e do zelo dos vossos cidadãos. Ajudai-os com os vossos conselhos, eles serão ouvidos; com os vossos braços, a Pátria espera por eles: a vossa aplicação à agricultura, uma nação rica e uma nação poderosa. A Pátria é a nossa mãe comum, vós sois seus filhos, sois descendentes dos valorosos lusos, sois portugueses, sois americanos, sois brasileiros, sois pernambucanos.”

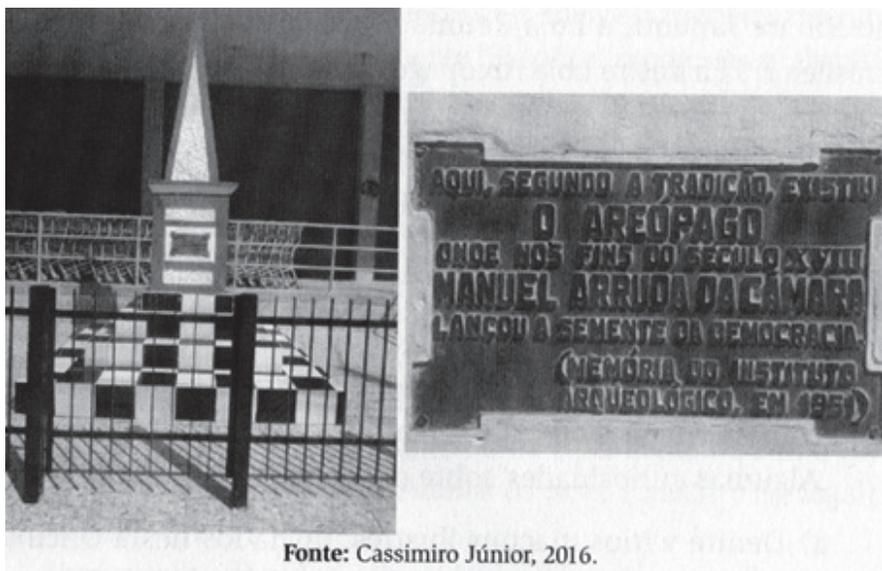
XVI

PE. MIGUELINHO E AS SOCIEDADES SECRETAS

“A prudência do Pe. Miguelinho manteve-se à Academia durante 15 anos sempre em atividade e sem despertar maiores suspeitas dos agentes da Coroa. Essa situação concorreu para a mais cômoda propagação e aceleração do movimento da liberdade pernambucana, eclodido em 1817”.

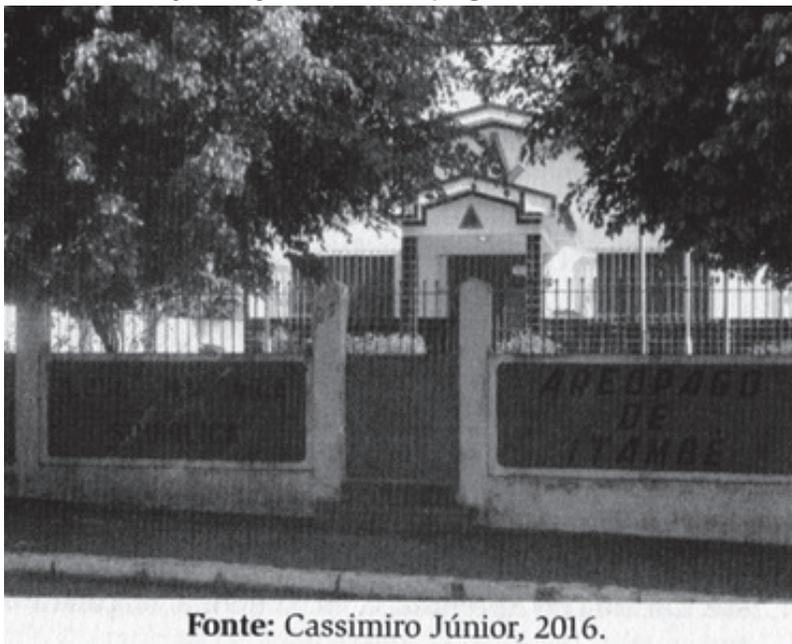
Raimundo Nonato

Obelisco e Loja Maçônica do Areópago de Itambé – PE



Fonte: Cassimiro Júnior, 2016.

Loja Maçônica “Areópago de Itambé”



O ilustre botânico paraibano, ex-carmelita, Dr. Manoel de Arruda Câmara, chegando da Europa no final do século XVIII, fundou o Areópago, de Itambé – PE, sociedade política, secreta, propositalmente estabelecida nos limites das províncias de Pernambuco e Paraíba.

Com o intuito de fazer conhecido o estado geral da Europa e quanto sob o influxo das ideias democráticas se achavam vacilantes os governos absolutos, da qual faziam parte capitão André Dias de Figueiredo e os padres: Antônio Felix Velho Cardoso, José Pereira Tinoco, Antônio de Albuquerque Montenegro e João Ribeiro Pessoa.

Dissolveu-se essa sociedade pela denúncia da conspiração de 1801 e a viagem à Lisboa de Arruda Câmara, que se correspondia com o marquês de Abrantes, substituto do Príncipe Regente no governo de Portugal, quando fugiu em 1807 para o Brasil.

Em Lisboa, recebeu do marquês de Abrantes novas instruções sobre o plano da revolução, entre as quais lhe declarava que, em situações apertadas, se entendesse com Gomes de Araújo, e, em último caso, com o conde de Linhares Dom Rodrigo.

Extinto o Areópago de Itambé, criaram-se logo no Recife duas outras associações idênticas: as academias Suassuna e Paraíso.

Tão logo Pe. Miguelinho regressou da Europa, os patriotas pernambucanos conquistaram-no, ou foram por ele conquistados, pois lhe cediam a preeminência, ouviam-no como um oráculo e depositavam nele todas as suas utopias e esperanças.

Nenhum, de quantos entraram para essa associação, ocultava os meios a investigar e os sacrifícios a fazer para que

se realizasse a emancipação e a independência do Brasil. Soube, o herói Pe. Miguel, unir tanta atividade com a mais consumada prudência: havendo já rebentado a revolução, muitas pessoas ilustres e de consideração ignoravam se Pe. Miguelinho tomara parte da mesma.

Seria covardia, estratégia ou tática para subtrair-se à responsabilidade e perigos que lhe pudessem advir? Pensá-lo somente seria um crime. Aquele caráter espartano provou que sabia morrer pela pátria e jamais “viver sem razões”.

Os jovens, que com ele se haviam instruído, abraçaram ardentemente a causa da liberdade, os discípulos seguiam ao mestre na prédica da sua evangelização político-social. Dedicadamente o auxiliavam e merece especial menção o Pe. João Ribeiro, que brilhante papel representou nesta trágico-histórica revolução; mas na reta final, desconfiando do êxito da causa, como Cláudio Manoel da Costa, em Ouro Preto, Minas Gerais, desesperadamente suicidou-se!

Associou-se logo à academia Suassuna, nome que lhe veio do engenho do notável patriota Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, seu fundador. A circunspeção, prudência, cautela e tática do Pe. Miguelinho perdurou 15 anos sem explosão, ainda mais extemporânea e fatal daquele dia 6 de março.

Era aí, nesse clube de Minerva e de Marte, que se iniciavam nos mistérios do patriotismo os discípulos e apóstolos dessa legião de mártires que se voltaram com estoica abnegação a reclamar para o Brasil o espaço, que lhe cabia, no congresso das nações como um povo livre, autônomo e independente.

Posteriormente, votou para a fundação da nova academia do Paraíso por Francisco Paes Barreto, rico morgado e capitão-mor da vila do Cabo de Santo Agostinho. Não perdia o Padre o ensejo de criar um centro de força e luz, que impelisse

o movimento democrático à consecução de seus mais nobres e elevados ideais.

Daí lhe provieram desgostos com Dom Azeredo Coutinho, que suscitou má interpretação a exclusão de seu afilhado, o ex-frade, Pe. Antônio Caetano, de administrador do Hospital do Paraíso.

O caráter altivo e nobre não faltou uma só vez, no Pe. Miguel Almeida Castro, compelindo-o a não dar satisfação ao bispo diocesano, que ferido talvez em seu melindre, se ressentisse ainda mais pela amizade que lhe dedicava. Mas o certo é que a amizade não infringiu a justiça, porque a partir da destituição que poderia destruir o amigo, medida geralmente reclamada, agiu dentro da esfera das atribuições que lhe eram próprias.

Permaneceram tensas as suas relações com o bispo, e seu irmão, Pe. Inácio Pinto, vigário de Jaboaão, chegou a ser vítima do ressentimento de Azeredo Coutinho. Aos que o aconselhavam a interceder pelo irmão, respondia cheio de brio e dignidade: *“se o bispo é justo, meu irmão não tem o que temer. Se é injusto, nem eu, nem meu irmão, temos forças para resistir-lhe”*.

Tanta nobreza de alma compeliu o virtuoso prelado a conscientizar-se de seu dever episcopal, alcunhando-o de orgulhoso e autossuficiente.

Orgulho nobre, inspirado no direito e na justiça de seu irmão, que não tomando parte na causa que ele advogava, não podia por suas faltas e falhas, se as houvesse, ser responsável por um final trágico ou heroico do martírio, que tempos depois seria glorificado pela posteridade e pela história pátria.

XVII

PE. MIGUELINHO: o revolucionário

“A memória histórica caberá não aos algozes do povo mas a seus mártires, entre os quais se contam os heroicos sacerdotes da revolução de 1817”.

Leonardo Boff, teólogo.



Reprodução do painel do artista plástico
Dorian Gray Caldas, em 1981.
Acervo da Assembleia Legislativa.

Os conflitos, na época, entre brasileiros e portugueses se acentuavam mais e mais. O contexto colonizador, composto de funcionários e parasitas, que nada faziam, ou só faziam explorar o trabalho dos nativos, por meio de impostos altíssimos, provocava uma situação inaceitável, indesejável, injusta e incômoda.

A conspiração começou, por declarar a República, cortando os laços com Portugal, abolindo a escravatura e iniciando reformas políticas, sociais, culturais e econômicas em todo o território brasileiro.

Era um ideário que se aprofundava na influência da Revolução Francesa e da Revolução Americana. De repente, por puro idealismo libertário, é proclamada a deposição do governante português, que reinava absoluto em Recife, e composto um governo provisório, do qual Miguelinho foi escolhido secretário-geral.

Foi aí que apareceu, na terra natal de Miguelinho, na capital da província do Rio Grande do Norte – Natal –, o nome deste herói André de Albuquerque Maranhão sobre o qual passaremos a dizer “quem é quem” nesta Revolução.

Contudo, a revolução de 1817 foi logo abafada e seus dirigentes presos. Entra, então, em cena, a grandeza de nosso Pe. Miguel Joaquim de Almeida Castro, Pe. Miguelinho. Enquanto os companheiros fogem, ele fica onde está, de pé, sem temer e tremer.

Em Olinda, ao encontrar sua irmã banhada em lágrimas e esta tentando convencê-lo a seguir com o exército para o interior, como uma última chance de salvar a própria pele, havia praticamente dito suas últimas palavras, como se fossem um testamento: *“Mana, nada de choros... Tenho enchido os meus dias; logo me vêm buscar para a morte: entrego-me à vontade de Deus. Nele te dou um Pai que não morre. Mas*

aproveitemos a noite; imita-me, ajudando-me a salvar a vida de milhares de desgraçados”.

Imediatamente, sem perda de tempo, entraram na sala, onde se achavam os autos e documentos mais importantes da secretaria do governo, e, aí no lar sagrado da família, os dois anjos do infortúnio trabalhavam esforçadamente pela felicidade de muitos nordestinos, brasileiros e brasileiras.

Apenas bastou toda a noite de 20 de maio para que se consumasse este ato de abnegação e heroísmo exemplar, sendo destruídos todos os papéis que fariam a desgraça de muita gente.

Se a destruição do arquivo pelo Pe. Miguelinho foi uma perda para a história, foi incontestavelmente um ato de benevolência e humanitarismo com o qual ele mais ainda realçou a sua glória de mártir da pátria.

Para ele, porém, não tinha de soar ainda a hora do seu martírio. A vítima do sacrifício só mais tarde deveria ser imolada no altar da pátria.

No dia subsequente, 21, ele e a irmã preparam-se para a separação fatal e eterna; a cada instante assustados, pois que havia indícios de que seriam assassinados, esperavam os algozes.

Nesses momentos terríveis era a oração da alma servida e procelosa que os agitava: era essa oração que todos nós sabemos no momento de suprema agonia e que nenhuma palavra, nenhuma escritura, poderiam representar. Oração que é um mistério entre Deus e o homem, e que nem os anjos compreendem: gemido inenarrável de todas as misérias humanas, cuja intensidade só a Providência que as acumula ou dissipa sabe pesar na balança da justiça, da misericórdia e da piedade divina.

Quase todo esse dia passaram em uma lenta e prolongada agonia, ansiedade e consternação profundas, num êxtase e arrebatamento do desespero, até que chegou o momento fatal da despedida e separação.

À tarde foi arrancado dos braços da desolada e entristecida irmã Clara pelos soldados do despotismo para a bordo do navio Carrasco, onde se foi juntar aos demais companheiros, e singrando os mares bravio navegou sofredamente para a Bahia.

Os tiros dos arcabuzes do Campo da Pólvora acabaram assim, de maneira bárbara, cruel e desproporcional, com esse homem doce, calmo, trabalhador, pequenino, e que só sonhava em pregar o Evangelho numa pátria livre.

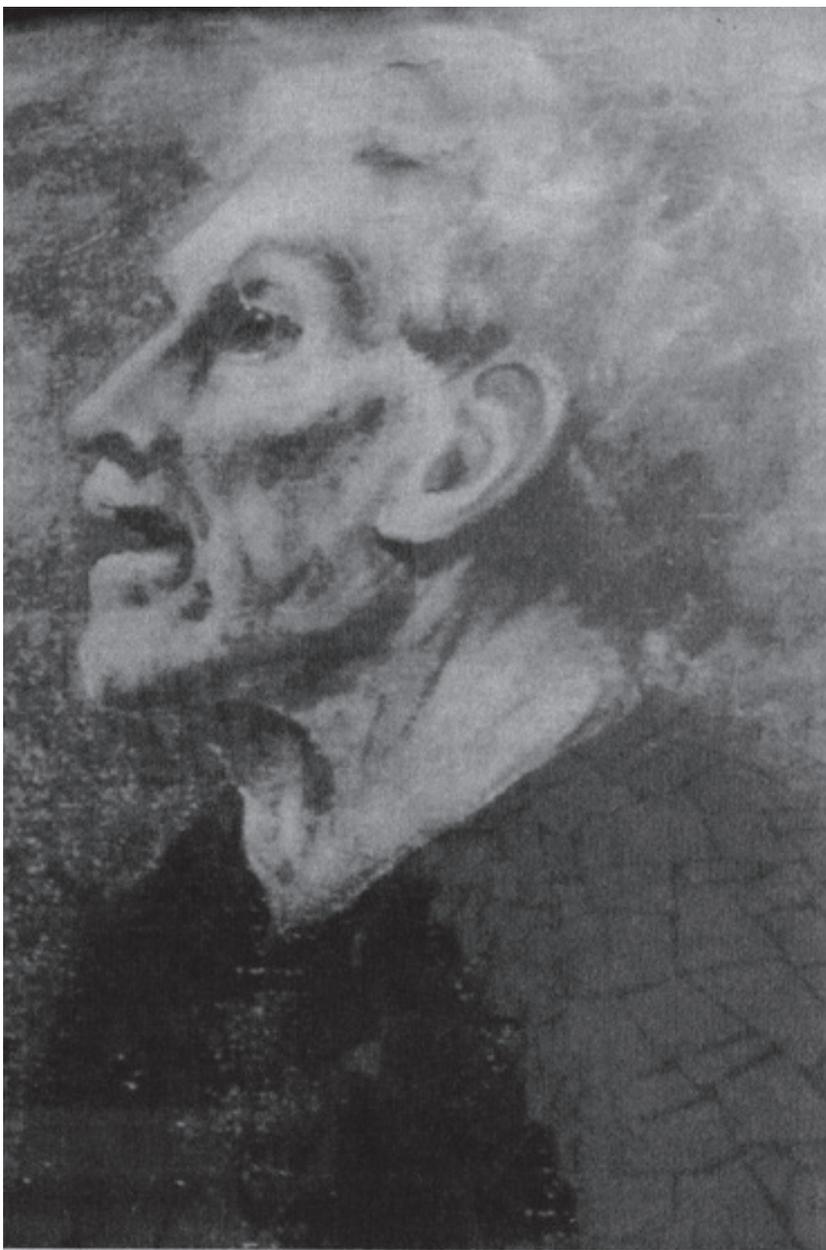
Três meses antes, no mesmo local, saindo da mesma prisão, pelas mãos das mesmas autoridades constituídas, tinha sido fuzilado o seu grande e fiel amigo: o Pe. Roma.

XVIII

PE. MIGUELINHO: silêncio e martírio

“Miguelinho foi uma das figuras mais fulgurantes de nossa história, pela sua grandeza moral, sugestiva e simpática. Não tremeu diante de seus algozes e, abraçando-se ao estandarte de sua fé, aceitou sem desfalecer a coroa do martírio”.

Augusto Tavares de Lira



Fonte: Cassimiro Júnior, 2016.

Efetivamente, a 21 de maio de 1817, Pe. Miguelinho fora arrancado de sua casa, em Olinda, conduzido atroz e radicalmente, levando pesados grilhões, para logo depois, a bordo do navio Carrasco (que até o nome assusta) e, de imediato, juntar-se as 71 vítimas e viajar com destino à Bahia, para lá ser desprezado, humilhado e torturado nos seus imundos cárceres e masmorras. Destino concluído tão somente no dia 09 de junho.

Desembarcara no porto de Salvador nas caladas da noite, para evitar o tumulto anunciado na movimentação do povo, pedindo para ver os prisioneiros. Acompanhados por uma tropa fortemente armada, descem todos os presos acorrentados, com exceção de Domingos José Martins, José Luiz de Mendonça, o Dr. Caldas, Pe. Miguelinho e o Deão de Olinda, algemados, que caminham separados para o presídio. Segundo Mons. Muniz Tavares (1884): “[...] parecia uma visão do inferno onde todas as legiões de demônios os esperavam”.

No porão, sem ver a luz do sol, conviveu com o escárnio, a degradação, a humilhação e a miséria mais absoluta, amarrado a ferros. Passa oito dias no calvário desse porão cruel, desumano, para posteriormente ser levado a julgamento.

O escritor Pereira Pinto descreve o que se passa com esses míseros prisioneiros “antes do fim”:

“[...] volviam os olhos procurando encontrar um semblante que desse ligeiro sinal de compaixão e não descobriam senão serpentes revestidas de carne humana; o carcereiro Antônio José Correia com o seu ajudante e dois negros exercitados nas funções de algoz, os recebia vomitando como os licores de que sempre se embriagavam injúrias que o mais vil arriero envergonhar-se-ia de repetir. [...] Eu sou português, sou governador deste castelo (dizia ele entre

*muitas outras sandices), e quero ser o carrasco para
enforcar hoje mesmo a vós todos infames rebeldes”*

No dia seguinte à chegada em Salvador, foram levados os cinco presos citados ao Palácio do capitão general. Lá foram julgados no dia 10 de junho. Tudo isto aconteceu de forma sumária, muito breve, para trazer a punição exemplar a todos os que ainda ousassem ferir a ordem real na Colônia.

E quem os julgara? O famoso Conde dos Arcos, governador, general português reconhecido por sua violência. Arma-se o grande instante no Campo da Pólvora de Salvador, Bahia.

O Conde dos Arcos, que condenara à morte os outros revolucionários, detém-se diante da figura de Miguelinho. E sentiu que, ali, havia uma personalidade diferente. Um instante raro de dignidade humana. Um ser original, único.

A partir desse momento os mártires da liberdade foram entregues à comissão militar. Notando-se, porém, que, desde a hora da prisão até o momento do interrogatório, o Pe. Miguelinho permaneceu em profundo silêncio, tanto que o Conde dos Arcos, admirando a sua mudez, no ato de interrogar dirigiu-se a ele, e disse: *“Padre, não cuide que somos alguns bárbaros e selvagens que somente respiram sangue e vingança; fale, diga alguma coisa em sua defesa”,* e como querendo insinuar – *“o padre não tem inimigos? Não seria possível que eles falsificassem a firma, e com ele subscrevessem todos, ou parte dos papéis que estão presentes!”*

A esta exigência não pôde resistir e o Pe. Miguel respondeu, falando pela primeira vez para confessar a verdade – *“Não, senhor, não são contrafeitas; as minhas firmas nesses papéis são todas autênticas, e por sinal que numa delas o – “o” – do meu último sobrenome Castro, ficou metade por acabar, porque faltou papel!!”* E calou-se, negando-se a outra qualquer resposta.

À vista de uma confissão tão espontânea, a comissão militar proferiu, a 11 de maio de 1817, a sentença de morrer morte natural! Ouviu ler este julgado com calma e desassombro: e sem dar o menor sinal de impaciência e aflição, encaminhou-se para o tremendo altar do sacrifício.

No dia seguinte a sentença fatal lhe foi intimada – sem embargos – e começando nessa ocasião o Dr. José Luiz de Mendonça a esbravejar contra a iniquidade da sentença: “Juizes malvados! Cegos e vis instrumentos da tirania! Eu vos emprazo para os infernos! Setenta réus de pena última tenho livrado da força sem alegar um só fato que tivesse meio peso dos muitos dos meus embargos”.

Pe. Miguel, pela segunda vez, falou para aconselhar; dirigiu-se enternecidamente aquele companheiro de infortúnio, e disse-lhe: “*querido amigo, façamos e digamos unicamente aquilo para que temos tempo*” – e logo genuflexo diante do Crucifixo, começou a repetir, com lágrimas banhando o seu rosto sofrido, o salmo – *Miserere mei Deus* – que não cessou de alternar com o célebre companheiro Dr. José Luiz.

Revestido de alva, corda ao pescoço, algemado, pés descalços, cabeça descoberta, no meio de uma escolta de soldados, caminhou com a tranquilidade de um inocente e de um invicto mártir ao Campo da Pólvora, onde, com os dois companheiros, foi arcabuzado!...

Apenas expirou, a soldadesca homicida e sanguinária entoou os vivas do estilo ao rei, em nome de quem assassinavam!!!...

No dia 12 de junho, pelas 16 horas, Miguelinho foi fuzilado sendo seu corpo tratado com maior desprezo e desumanidade. Seus restos mortais foram sepultados no mesmo Campo e seu jazigo desaparecera.

O holocausto da torpe vingança estava preparado para ele. Chegada a hora de sofrer o martírio, caminhar e subir ao monte Calvário onde seguindo os passos de Jesus Cristo daria a vida pela liberdade do seu povo. Desta forma, Miguelinho entra para a história como figura épica e legendária, representando o herói por conhecer as três maiores dores humanas: “a derrota, a prisão e a morte”. Ele, junto a outros mártires, torna-se uma bandeira para concretizar o ideal de Independência e República a partir da Revolução de 1817.

Assim, conclui-se a vida humana de uma das grandes referências da história do Brasil e também um dos poderosos atletas da liberdade, banhado no seu próprio sangue! Que na expressão de Frei Joaquim do Amor Divino Caneca, seu companheiro de luta, de ideal e líder de uma outra revolta, a Confederação do Equador, assim se expressa poeticamente:

“Tem fim a vida daquele
Que a Pátria não soube amar; A vida do patriota
Não pode o tempo acabar”

(Frei Caneca)

SENTENÇA PROFERIDA CONTRA O PADRE MIGUELINHO E COMPANHEIROS

Vendo-se nesta cidade da Bahia o processo verbal dos réus Domingos José Martins, José Luiz de Mendonça, Pe. Miguel Joaquim de Almeida Castro, Manoel José Pereira Caldas e Pe. Bernardo Luiz Ferreira Portugal; auto do corpo de delito, testemunhas sobre ele perguntadas, interrogatórios feitos aos mesmos réus: decidiu-se uniformemente, e por todos os votos, que as sobreditas culpas se achavam plenamente provadas, e os réus delas incurso nos §§ 5º e 8º, do Liv. 5, das Ordenações do Reino, e mandam que se executem nos sobreditos réus as penas do § 9º, da mesma Ordenação que diz: “e em todos estes casos e em cada um deles, e propriamente cometido o crime de lesa majestade, e havido por traidor o que o cometer, e sendo o cometedor convencido por cada um deles, será condenado que morra morte natural cruelmente, e todos os seus bens que tiver ao tempo da condenação serão confiscados para a coroa do reino, posto que tenha filhos, ou outros alguns descendentes, havidos antes ou depois de haver cometido o tal malefício. Entendem, contudo, os ministros da comissão militar que por perfeita segurança de suas consciências, devem fazer uso da permissão concedida a tais tribunais, recomendando Manoel José Pereira Caldas e Bernardo Luiz Ferreira Portugal à limitada beneficência de Sua Majestade El-Rei, nosso Senhor, em atenção a decrepitude do primeiro e circunstância de ser ele natural da Província do Minho e por isso provável a violência, que o forçará a aceder ao partido pernambucano, partido que pelos autos consta ser o único forte e supremo, e a quem convinha para seus determinados fins associar nos dias últimos de março indivíduos da Europa. Em igual atenção a corte que o segundo oferece quando assegura ter feito, ainda no calor da revolução, seu

testamento em que se declara fiel vassalo d'El-Rei, o nosso Senhor, e a que ajuntava documentos, que talvez minorem o seu crime e lhe sejam baldados pela brevidade da sentença.

Bahia, em comissão militar, 11 de junho de 1817.

Marcos, Conde dos Arcos, general e demais testemunhas.

XIX

REVOLUÇÃO DE 1817

A atuação do clero no Rio Grande do Norte

“O clero, na maioria composto de nacionais, integrado na sociedade, identificado com o país e o povo, vivendo seus problemas, conhecendo suas necessidades e inquietações, ensinou sempre o espírito do cristianismo e mostrou, na prática, como este se casava com os ideais democráticos”.

José Honório Rodrigues

O Padre Gonçalo Borges de An-
drade da Capitania do Rio Grande he
victima da vingança, e entrega do Se-
ará, accusado de ser hum dos revolucio-
narios da Serra do Martens, seductor, e
alliciador do Ceará. Attestumha a
p. 26, que abriu a scena, e que disse, que
o Peco escrevera cartas para revolucio-
nar o Ceará, que as denunciara ao Go-
vernador, nem relata hum só facto
do Peco, nem apresenta essas cartas,
que deviaõ apparecer, para se lêr o seu
conteyto, e pro var-se; quem as traviara
cripto. Attestumha p. 35 jura de au-
vir dizer, que varias pessoas projecta-
vao vir sobre o Ceará, mas declaran-
do que o Capitam Manoel da Cunha
o incumbira de espiaõ, prova, que esta-
va á disposiçao de mais inmensa
de Peco

Trecho Inicial da Defesa do Padre Gonçalo Borges



Revolução Republicana de 1817 foi um movimento articulado, propagado e disseminado prioritariamente por padres diocesanos e religiosos. Foi através deles que o grito de protesto e rebeldia partiu do Recife e foi se esparramando por todo o Nordeste brasileiro de um modo espontâneo ou por missão oficial.

Foram os padres diocesanos e os frades conventuais (o então chamado clero regular) os primeiros emissários que partiram com o compromisso de fazer o “levante” junto às vilas e cidades que compunham a província de Pernambuco e demais na região.

O Pe. João Damasceno foi quem trouxe a revolução ao Rio Grande do Norte. O subdiácono José de Alencar partiu em missão oficial para o Ceará, aí entrando pelo sul da província. Pelo norte a missão coube ao Pe. Francisco Manuel de Barros, que penetrou na província pela vila de Aracati. Alagoas e Bahia foram os territórios que permaneceram sob a responsabilidade do Pe. Roma.

Sumariamente vejamos quais foram estes padres que mais se destacaram na Revolução de 1817 na província do Rio Grande do Norte:

1. PE. ANTÔNIO DE ALBUQUERQUE MONTENEGRO.

Revolucionário em 1817, quando era vigário da Paróquia de Nossa Senhora dos Prazeres, em Goianinha. Foi um dos amigos íntimos de André de Albuquerque Maranhão. Patriota exaltado e confidente do mesmo, do qual gozava de ilimitada aproximação e ascendência, conforme salienta Mons. Manoel Muniz Tavares (História da Revolução de Pernambuco – 1817).

Foi pronunciado no dia 13 de julho de 1818. Fugiu na contra-revolução. Em 1821, ostentando galhardamente a comenda de Cavaleiro da Ordem de Cristo, ressurgiu como deputado

às Cortes de Lisboa, sendo eleito pela província do Rio Grande do Norte.

2. PE. ANTÔNIO PEREIRA DE ALBUQUERQUE AZEVEDO.

Ilustre natalense, sacerdote virtuoso, dedicado e como tal foi promovido a Grão-Mestre da Ordem de Cristo e Cavaleiro de hábito da mesma Ordem. Foi também por muitos anos vigário da Paróquia de Nossa Senhora dos Prazeres, em Goianinha.

A sua consanguinidade com André de Albuquerque, e particularmente com o visitador Pe. João Damasceno Xavier Carneiro, o impeliu, atraído pela causa da liberdade que o fez participar juntamente com os seus colegas padres da luta revolucionária em favor do povo.

Estava bastante preparado pelas orientações, iluminações e diligências de seus dois grandes mestres: Pe. João Ribeiro e Pe. Miguel Joaquim de Almeida Castro. Era membro da junta de Belém quando foi decretada a prisão do governador José Inácio Borges. Uma vez executadas as ordens, acompanhou o “herói da liberdade” em todos os passos necessários para a instauração do clima de liberdade e independência em toda a Província de Pernambuco e demais.

Foi a mais fiel testemunha do triste 25 de abril no qual foram feridas e assassinadas, também, todas as esperanças do Rio Grande do Norte. Resolvendo recolher-se, para viver melhores tempos, escondeu-se de um modo tão misterioso e oculto, que ainda hoje a história ignora o lugar do seu esconderijo! Foi pronunciado na devassa do ouvidor André Alves e procurado com o maior empenho, pelos artífices da tirania e do revanchismo.

Contudo, poupou-lhe os crimes, e as diligências em castigo por causa de sua fortuna. Proscrito pela Alçada entrou no

número dos 35 patriotas, com quem a Pátria contava para certas atitudes vingativas da sua glória sufocada. Na redenção geral das Cortes de Lisboa foi restituída a sua inocência e logo depois pode retornar aos seus patrícios, sendo por todos bem acolhido.

Na vida política, ainda foi eleito deputado pela província às mesmas Cortes, onde chegou a tempo de unir-se aos gloriosos defensores da autonomia e da liberdade, aos quais o Brasil tanto deve a sua independência, sobretudo política.

3. PE. FELICIANO JOSÉ DORNELLAS.

Era pernambucano de Recife, nascido em 1752. Foi ordenado sacerdote pelo bispo de Olinda, Dom Fr. Diogo de Jesus Jardim. Não temos a data de sua ordenação, mas, em 1789, quando foi criada a Paróquia de Santo Antônio no Recife, pelo mesmo bispo Dom Diogo, foi o Pe. Feliciano José Dornellas o seu primeiro vigário.

Nomeado vigário de Nossa Senhora da Apresentação, em Natal, tomou posse a 15 de maio de 1796 por procuração passada ao Pe. Inácio Pinto de Almeida Castro, irmão do Pe. Miguelinho. O Pe. Dornellas só chegou à sede da paróquia no final de 1796, em dezembro, quando começou a assinar nos livros paroquiais os termos de batismo e matrimônio.

Pouco tempo depois fez concurso para a mesma paróquia, tornando-se vigário colado e permanecendo aí por 42 anos. Era, em Natal, uma figura de destaque, homem bem relacionado e querido pelos paroquianos.

No entanto, em setembro de 1806, o capitão-mor do Rio Grande do Norte, José Francisco de Paula Cavalcanti, escreveu ao Príncipe Regente denunciando as desordens na capitania e queixando-se da atuação do vigário da cidade do Natal,

o Pe. Feliciano. A denúncia foi apurada pelo Desembargador João Severiano Maciel, da Paraíba.

Tomando parte na revolução de 1817, como membro do governo revolucionário de André de Albuquerque, foi preso a 23 de dezembro. Conduzido a Pernambuco onde a Alçada mandou-o aos cárceres da Bahia, tendo sido pronunciado a 13 de dezembro de 1818 e retornando depois ao seu rebanho fiel, ordeiro e muito querido.

Após a Independência, exerceu cargos eleitorais.

Administrou a Paróquia até 4 de maio de 1836. Faleceu vítima de um incêndio em sua residência, no seu quarto de dormir, no dia 5 de abril de 1839, com 86 anos. Seus restos mortais jazem na capela-mor da Matriz da Apresentação aguardando a ressurreição dos mortos.

4. PE. GONÇALO BORGES DE ANDRADE.

Era natural da Serra dos Martins-RN, onde nasceu em 1778. Filho de Vicente Borges de Andrade e Maria de Jesus Martins. Na sua família havia também outros dois sacerdotes: Cosme Damião Fernandes Pimenta, natural de Martins que fora vigário em Açu, e João Francisco Pimenta, irmão de Maria de Jesus, sua mãe.

Fora ordenado sacerdote em 1815, porém não consta em documentos que tenha exercido o ministério paroquial, pois o seu nome não figura em paróquia alguma e, sim, como simples capelão da vila de Martins, antes da mesma tornar-se paróquia por ato de criação da Lei Provincial nº 52/1840 de 2 de novembro de 1840.

Aderiu ao movimento republicano de 1817, em Portalegre, permanecendo com residência em Martins. Denunciada sua participação na revolução e sabendo que seria preso, fugiu

rumo à província da Paraíba, sendo alcançado na vila de Sousa, quando teve ordem de prisão a 13 de junho do mesmo ano.

Conduzido aos cárceres da Bahia a 6 de março de 1818, foi pronunciado a 13 de setembro. Na hora da sua defesa, a 6 de março de 1819, negou tudo, inocentando-se e para isso alegou que desde 1817 estava ausente de Martins, com permanência na fazenda do seu amigo Pe. Antônio José Alves, distante da vila de Martins 48km.

Foi perdoado a 6 de fevereiro de 1818, porém a comunicação só chegou as suas mãos a 2 de outubro de 1820, permanecendo prisioneiro até 17 de novembro do mesmo ano, quando foi libertado.

Candidatou-se a Deputado às Cortes de Lisboa, na eleição de 2 de dezembro de 1821, realizada na Matriz de Nossa Senhora da Apresentação, em Natal, tendo por companheiros o Pe. Montenegro, de Goianinha, e Afonso de Albuquerque Maranhão.

O Pe. Gonçalo Borges foi eleito suplente, mas nenhum dos três candidatos chegara a ser empossado, por desistência do cargo. Não sabemos a data do seu falecimento, pois o fato não consta no Conselho Geral do Governo do qual era membro.

5. PE. JOÃO BARBOSA CORDEIRO.

Natural de Goiana-PE, nascido a 6 de junho de 1792. Era filho legítimo do casal Manoel Barbosa Cordeiro e Maria José de Menezes Cordeiro.

Depois que foi ordenado sacerdote, em 1817, recebeu nomeação de vigário da Paróquia de Portalegre no Rio Grande do Norte, quando estourou a Revolução Republicana preparada em Recife e com ramificação nas províncias da Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará.

Preso por conivência com a revolução, tomou parte ativa nesse movimento, sendo membro do governo provisório instalado em 10 de maio de 1817 na vila de Portalegre. Em 1819, vitoriosa a contrarrevolução, o Pe. João Barbosa Cordeiro fugiu, com outros implicados, para o interior da Paraíba. Lá foi preso e conduzido ao Recife e daí para os cárceres da Bahia, em cujas prisões permanecera até o indulto geral em 1821.

Participou igualmente da Revolução de 1824 (Confederação do Equador), sendo, por isso, novamente preso. Todavia, achando-se enfermo no Hospital Militar, pôde daí evadir-se, adentrando sertões a fora, onde se dedicou ao magistério da instrução secundária.

Anistiado mais tarde, foi nomeado vigário de Granja, no Ceará, paróquia que administrou até 1848. Algum tempo depois permutou com a Paróquia de Nossa Senhora dos Prazeres, em Maceió-AL. Era cônego honorário da capela Imperial e Cavaleiro da Ordem de Cristo. Faleceu em Maceió-AL, em 1864.

Tinha a alcunha de “padre bússola”, apelido oriundo de seu trabalho junto ao jornal “Bússola da Liberdade”, no Rio de Janeiro e no Nordeste.

Sua ilustração é atestada através dos seus escritos em diferentes épocas, destacando-se os textos que escrevera para o periódico “Bússola da Liberdade” do qual fora o seu redator-chefe no Rio de Janeiro, em 1834, e no ano seguinte, em Pernambuco. Era sua epígrafe:

*“Da liberdade o norte mostrarei
A despeito de tudo quanto é vão,
Ou com ela vencer como Aristides,
Ou com ela morrer como Catão.”*

Era cheio de ardor pela causa que defendia, conquistando muitos prosélitos entre os seus paroquianos. Por causa da liberdade proclamada no dia 6 de março de 1817, sofreu

tormentos e a história dos mártires pernambucanos o coloca como uma das vítimas jogadas aos cárceres da Bahia, dos quais saiu pela anistia das Cortes de Lisboa, em 1821.

Sacerdote respeitável pelos seus conhecimentos, dando sobejas provas de sua erudição e gênio poético. Durante o ostracismo que suportou na Bahia e mesmo nos cárceres de Pernambuco, mostrava a facilidade do seu talento, no improvisado das belas produções e glosas, como atestam alguns dos seus companheiros de infortúnio.

Por conta dos seus relevantes serviços prestados, merecera a condecoração do hábito de Cristo; e por causa de sua capacidade literária conquistara os sufrágios de seus concidadãos, que o fizeram tomar assento na câmara temporária. Como representante da nação, correspondeu à confiança, que nele se depositava, e nesse espaço parlamentar, deu provas de seu talento e liderança.

Dedicado ao ministério presbiteral, desempenhou com inteireza suas funções paroquiais, erguendo sua voz pela imprensa, quando julgava necessário colocar-se em defesa dos interesses da Igreja de Jesus Cristo.

Seus belos e eloquentes escritos achavam-se estampados nas colunas do jornal “Propugnador Católico” publicado desde o ano de 1852, em Maceió-AL. Tratava-se de uma folha de temática religiosa, por ele redigida, e generosamente sustentada pelo apoio que recebia do clero diocesano e dos amigos.

Após ter presidido a Sociedade Federal, em 1833, o Pe. João Barbosa Cordeiro funda a Sociedade Anti-restauradora em Goiana, ampliando a atividade de uma associação criada com os mesmos propósitos em Recife.

Além da redação de jornais, o Pe. João Barbosa também publicou e traduziu inúmeras obras, entre as quais, o es-

critico político dirigido a José Pereira Figueirosa, Imploração paraibana. Ceará: Tipografia Nacional, 1824; Lógica popular (traduzido por A. D. Leconte), extraída da Biblioteca popular. Ceará: Tipografia de J. A. d'Oliveira, 1847; Arte de falar e escrever, ou Tratado de Retórica Geral (traduzido por Augusto Husson). Pernambuco, 1848; Arco Verde ou a glória dos Tabajares: drama histórico-nacional, 1850; Crônica escandalosa do Sr. D. João da Purificação Marques Perdigão, desde a sua cega nomeação para bispo de Pernambuco em 1829 até o presente. Recife, 1862.

Todas estas obras lhe dão verdadeiro e merecidamente renome, destaque, elogio e glória.

6. PE. JOÃO DAMASCENO XAVIER CARNEIRO.

Nasceu na Paraíba, sendo filho do provedor Antônio Carneiro de Albuquerque e Inês Rita de Melo Monteiro. Casou-se com Ana Maria da Conceição em 1780. Era parente de Pe. Miguelinho.

Teve dois filhos: Joaquim Manuel e Ana Joana. Foi escrivão em São José de Mipibu, sendo proprietário de sítios, é o que afirma Luís da Câmara Cascudo (História do Rio Grande do Norte). Enviuvando, ordenou-se padre. Tornando-se vigário em São José de Mipibu. Foi depois transferido para a Paróquia de Una-PE e, posteriormente visitador do Rio Grande do Norte e Ceará.

Encontrava-se em Recife quando se precipitaram os acontecimentos revolucionários (março de 1817), sendo designado como um dos emissários enviados às capitânias vizinhas, com objetivo de melhor assegurar adesões. Coube a ele o Rio Grande do Norte.

Após o seu encontro com André de Albuquerque, este não teve mais vacilações (Tavares de Lira, História do Rio Grande

do Norte). Foi preso na contra revolução de 25 de abril permanecendo em Natal até meados de julho do mesmo ano.

Sendo recambiado para a Bahia na escuna (antiga embarcação, pequena, de dois mastros e vela latina-quadrangular) “Foguete” que, num determinado momento da viagem, apresentou problemas de navegação na altura da praia de Pititinga (dia 18), onde ancorou por alguns dias. Ali faleceu Pe. João Damasceno, após sete dias.

Posteriormente, o Pe. Joaquim Manuel de Albuquerque Melo, seu filho, então vigário em Extremoz, exumou o cadáver do seu pai na praia (que pertencia àquela jurisdição) e deu-lhe sepultura digna na capela-mor da Igreja Matriz de São Miguel.

Segundo o historiador Luís da Câmara Cascudo, o Pe. Damasceno era, realmente, a alma da revolução, o agente de ligação, determinador de atitudes subseqüentes no Rio Grande do Norte.

Quando as tropas da monarquia invadiram o Palácio do governo revolucionário e mataram o governador André de Albuquerque, apenas o Pe. Damasceno lá se encontrava, “fiel, impassível... ao lado”, sem temor e tremor.

Difícilmente teria escapado à força, se a morte não o acolhesse antes. A Alçada já o tinha classificado como “réu em pena de morte natural”, bem antes de ser embarcado e transportado para Recife, onde seria julgado “pelo horroroso e manifesto crime de usurpação da real soberania”. Por aí se vê como eram julgados e condenados aqueles que caíam no desagrado da “paternal doçura do governo d’El-Rei”.

Não consta que o Pe. Damasceno tenha pegado em armas ou dirigido tropas. Sua missão foi sempre a de um diplomata e de um articulador. Era vigário de Una, em PE, quando foi eleito visitador episcopal para a província do Rio Grande do Norte.

Veio para cá em companhia do Pe. Francisco de Barros e por serem ambos considerados pelos revolucionários os mais “sedutores catequistas” foram incumbidos de dupla missão: ao mesmo tempo que faziam a visita canônica, tratavam de trazer André de Albuquerque Maranhão para a causa. “Catequistas aliás muito afortunados; porque com pouco trabalho e tempo desempenharam plenamente sua missão”. Não foi difícil convencer André de Albuquerque, ou foram convincentes demais os argumentos dos dois padres.

O Pe. Barros seguiu para o Ceará e Pe. Damasceno permaneceu em Natal, como conselheiro e preceptor junto ao Governo Provisório. Foi tão grande a sua influência, que nela se fundamentou o processo de sua condenação.

Na “Memória” que enviou a El-Rei sobre os acontecimentos de 1817, em Natal, o governador legalista acusa o Pe. Damasceno de ter “convertido” André de Albuquerque, acrescentando que este “começou a governar segundo as insinuações de seu preceptor, Pe. João Damasceno Xavier”.

7. PE. MANUEL GONÇALVES FONTES.

Era natural do Recife e foi batizado a 13 de março de 1713, sendo filho legítimo de Antônio de Araújo Lopes e Ana Maria Feliz. Como vigário colado de Pau dos Ferros, Paróquia de Nossa Senhora da Conceição, na Província do Rio Grande do Norte, era Cavaleiro da Ordem de Cristo.

Adepto dos “mistérios democráticos”, leu e persuadiu do púlpito as proclamações do governo provisório, pregando doutrina revolucionária e auxiliando o quanto pôde a malograda expedição do Rio do Peixe, na Paraíba.

Com tanta adesão se consagrou ao patriótico dia 6 de março de 1817, e com tamanho entusiasmo abraçou a causa da liberdade, que do mesmo púlpito (tal era a veemência e o

calor, que o dominava) lia as proclamações do governo e persuadia seus paroquianos a abraçarem tão heroico movimento.

Foi aprisionado, e como uma das vítimas da Revolução foi encaminhado à Alçada de Pernambuco, e logo enviado aos cárceres da Bahia. Ali penou e esperou até o ano de 1820 para poder usufruir novamente da liberdade. Retornando à sua Paróquia, aonde voltou a cuidar de seu rebanho até o fim dos seus dias.

8. PE. FRANCISCO MANOEL DE BARROS.

Era natural de Recife, onde nasceu e aí fizera seus estudos regulares, até ser ordenado presbítero pela diocese de Olinda-PE.

Na revolução do dia 6 de março de 1817, deu exuberantes provas de seu patriotismo instruindo os seus amigos e fazendo sentir os benefícios que deviam resultar de tão nobre causa. Seu caráter sincero, sua maneira afável, lhe granjearam confiança da parte dos chefes regeneradores.

Foi escolhido para uma missão junto às províncias e próximo ao grande apóstolo da liberdade, Pe. João Damasceno Xavier, foi visitador do Ceará. Desbravou sertões a dentro. Efetivamente, com ele, chegou ao Rio Grande do Norte, e aí com zelo patriótico, alçando sua eloquente voz, colheu belos e gloriosos sucessos na luta pela libertação do seu povo, a quem tanto amava.

Recebendo elogios por desempenhar tão bem essa importante missão, o visitador Pe. João Damasceno fizera com que ele seguisse para o Ceará, a fim de desempenhar outras importantes tarefas que lhe foram confiadas.

Partindo para terras alencarinhas, não teve ali feliz resultado, porque sendo denunciado ao governador Sampaio, foi preso tão logo desembarcara e imediatamente encarcerado e colocado na cadeia pública.

Remetido à província de Pernambuco, foi pronunciado pela Alçada, e em seguida conduzido às enxovias da Bahia. Contudo, uma terrível enfermidade o deixara à beira da morte. Foi obrigado a permanecer no Hospital militar do Carmo, de onde saiu anistiado pelas Cortes de Lisboa, em 1821.

TABELA

Fontes e relação nominal dos padres envolvidos na Revolução Pernambucana que atuaram na Província do Rio Grande do Norte

Nomes dos Padres envolvidos	Autos Devassa	Aj. Melo (Mario Melo)	Dias Martins
Antônio Pereira de Albuquerque Azevedo	X	X	X
Antônio Albuquerque Montenegro	X		
Feliciano José Dornellas	X		X
Francisco Manoel de Barros	X	X	X
Gonçalo Borges de Andrade	X		X
João Barbosa Cordeiro	X	X	X
João Damasceno Xavier Carneiro	X		X
Manoel Gonçalves Fontes	X	X	X
Miguel Joaquim de A. Castro	X	X	X

Fontes:

Coleção “Documentos Históricos” da Biblioteca Nacional e “Autos de Devassa da Revolução Pernambucana de 1817” do Arquivo Nacional; “Mártires Pernambucanos”, do padre Dias Martins, e a obra compilada por Mário Melo, “A Maçonaria e a revolução pernambucana de 1817”.

XX

REVOLUÇÃO DE 1817
A atuação dos leigos no
Rio Grande do Norte

“Governe quem governar, seja nobre ou mecânico, rico ou pobre, sábio ou ignorante, da praça ou do mato, branco ou preto, pardo ou caboclo, só há um partido: que é o da liberdade civil e da felicidade do povo; e tudo o que não for isso há de ser repulsado a ferro e a fogo”.

Frei Joaquim do Amor Divino Caneca,
OC.



Execução de Pe. Miguelinho – Arquivo: Diário de Natal



Além dos padres, foram muitos os leigos que participaram da Revolução de 1817 na capitania do Rio Grande do Norte. Impossibilitado de elencar historicamente o nome de todos e de cada um, aleatoriamente, destacarei alguns que marcaram presença em nossa província nesta refrega.

1. JOÃO RIBEIRO DE SIQUEIRA ARAGÃO.

Era morador da cidade de Natal e sargento-mor de milícias na mesma cidade, quando André de Albuquerque Maranhão nela proclamou a liberdade em 25 de março. A ela se entregou com tanto ardor, entusiasmo e coragem que por merecimento foi eleito como um dos 5 membros do governo provisório.

Respondeu a esta missão até à cruel catástrofe, na qual foram assassinadas não apenas pessoas humanas, mas também a liberdade, a pátria e a esperança. Foi preso nessa mesma hecatombe em 25 de abril, honrado com os ultrajes da farsa vitoriosa; e a seu tempo embarcando na praia de Pititinga ainda no litoral do Rio Grande do Norte.

Chegou às garras da Alçada em Pernambuco, de onde fora logo encaminhado para os cárceres da Bahia. Neles foi torturado até esperar o dia da redenção geral vinda das Cortes de Lisboa em 1821. Foi restituído à liberdade e à pátria, como digno cidadão, que sempre fora, sem jamais se deixar trair, sendo fiel e perseverante até o final dos seus dias.

2. JOAQUIM JOSÉ DO REGO BARROS.

Natural de Natal. Era um nobre e opulento proprietário que, por suas virtudes, fora amado e respeitado em toda a província. Estimado pelos seus superiores, foi promovido à patente de coronel de milícias, e a dignidade de Cavaleiro do hábito da Ordem de Cristo.

Fora sempre empolgado com a liberdade do seu povo e da pátria. Amigo preferido de André de Albuquerque, dedicou-se generosamente junto a ele a ponto de oferecer sua vida pelo ideal da liberdade. Foi um dos convocados pelo governador José Inácio Borges, para na assembleia geral, dar o seu voto decisivo se devia ou não aceitar a causa revolucionária.

Acolheu e aplaudiu voluntariamente o plano do Engenho de Belém. Preso o governador, foi proclamada a liberdade. No mesmo dia, por seu ardente patriotismo, foi eleito para ser um dos cinco, que deveriam dirigir a marcha vitoriosa em favor da nova república.

Os fatos subsequentes mostram que a opinião pública acertara na eleição desta ilustre figura. Contudo, a fatalidade acarretou mil incidentes imprevistos, que apressaram a catástrofe de 25 de abril, na qual foi preso por seu colega, o traidor Antônio Germano e por ele foi obrigado a embarcar na praia de Pititinga para terras baianas onde seria julgado.

A Alçada o despachou para a Bahia, onde constantemente ameaçado de execução, sofreu o longo martírio de 3 anos, até que pelas Cortes de Lisboa lhe foi restituída a honra, a pátria e a liberdade.

3. LUIS JOSÉ DA EXPECTAÇÃO.

Natalense, era lavrador em Goianinha, quando, em 25 de março, surgiu a revolução pernambucana. Tendo aderido a mesma, foi comandado pelo seu vigário Pe. Antônio de Albuquerque Azevedo e na invasão dos adversários, desapareceu com ele, o que o fez incluí-lo na lista dos 35 proscritos. A anistia das Cortes de Lisboa em 1821 o restituiu a sua pátria.

4. MANOEL JOAQUIM PEREIRA.

Era natalense, morava em Goianinha e era paroquiano do Pe. Antônio de Albuquerque Azevedo, a quem o seguiu radi-

calmente, servindo à causa da liberdade. Acompanhou-o igualmente no seu impenetrável esconderijo, salvando-se, com a mesma sorte e fortuna, das garras da Alçada, merecendo, por isso, ser incluído na lista dos 35 proscritos.

5. JOSÉ INÁCIO MARINHO.

Residia na Paróquia de Goianinha e nela se tornou capitão de milícias. Quando irrompeu a revolução pernambucana, acompanhou seu vigário em todas as expedições que fez à Natal, a fim de proclamar a liberdade.

Na queda do ideal libertário esteve sempre ao lado do seu fiel amigo e com ele se escondeu impenetravelmente! A Alçada de Pernambuco colocou-o na lista dos 35 proscritos.

6. JOSÉ VITAL SILVA.

Era natural de São José de Mipibu, quando foi proclamada na capital a revolução pernambucana. A ela aderiu com entusiasmo, mas salvou a sua pele de uma punição carcerária, por acompanhar o insigne Pe. Antônio de Albuquerque Azevedo.

7. DAVID LEOPOLDO TARGINI.

Natural de Apodi, é o que se presume. Foi revolucionário em 1817. Havia sido enviado por correligionários da Paraíba para difundir e implantar o movimento em Portalegre.

Sendo apoiado pelo Pe. João Barbosa Cordeiro, um revolucionário que atuava como vigário na Paróquia, publicou instruções das quais era portador e organizou, em seguida, um governo provisório integrado pelo pároco e pelos militares: Leandro Bessa, Manoel Joaquim Palácio, Felipe Bandeira de Moura e Vieira de Barros.

Esse governo foi dissolvido a 19 de maio, dez dias após ser instalado, com a prisão e fuga dos seus membros.

Passados poucos dias, David fora preso na Paraíba e encarcerado na Fortaleza de Barbalho, na Bahia, onde viria a falecer em 1820.

8. JOSÉ FRANCISCO VIEIRA DE BARROS.

Morador na Vila de Portalegre, e nela se distinguiu pelas suas virtudes e posto de sargento-mor da Cavalaria miliciana. Declarou-se decisivamente pela liberdade já proclamada na cidade do Natal, por André de Albuquerque, de quem era amigo íntimo e fiel colaborador.

Foi preso por ordem do governador Sampaio e remetido ao governador José Inácio Borges, o qual, entre opróbrios, o remeteu para os cárceres da Bahia, onde esteve até a anistia geral das Cortes de Lisboa, que o restituíram à pátria, libertando-o em 1821.

9. LEANDRO FRANCISCO BESSA.

Natural e morador na Vila de Portalegre, tenente-coronel da Cavalaria miliciana da mesma vila. Aderiu à causa da liberdade, com toda a corporação da qual ele era digno chefe. Na queda da liberdade e vitória dos tiranos, foi preso pelo exército do Ceará e remetido à capital da província, de onde, entre tormentos e impropérios, foi parar nas garras impiedosas da Alçada da Bahia.

Sofreu nos cárceres daquela província até a anistia geral das Cortes de Lisboa em 1821.

10. FELIPE BANDEIRA.

Morador da vila de Portalegre, capitão da cavalaria miliciana da mesma vila, e nela distintamente estimado e apoiado pelo povo. Abraçou a causa da liberdade e prestou relevantes serviços à mesma.

Na queda da liberdade, sofreu os mais injustos horrores de multiplicados grilhões e cárceres, até que foi parar na enxovia da Bahia, onde permaneceu até a redenção geral das Cortes de Lisboa em 1821.

11. FELIPE BANDEIRA FILHO.

Morador na vila de Portalegre, tenente da Companhia de seu distinto pai, capitão Felipe Bandeira, a quem na causa da liberdade de 1817 seguiu em todos os movimentos e destinos, até aportar ao cárcere da Bahia, de onde saiu na anistia geral das Cortes de Lisboa em 1821.

Além destes, a história registra muitos outros nomes de pessoas acusadas de terem participado de forma direta ou indiretamente na rebelião de 1817, ocorrida em solo potiguar. Acrescentamos mais alguns nomes que compõem esta lista muito embora incompleta:

- Agostinho Pinto de Queiroz: capitão de milícias, residente em Martins, que aderiu ao movimento em Portalegre;
- André de Albuquerque Maranhão: capitão-mor de Vila Flor/Arês, primo e cunhado do líder rebelde e senhor do Engenho Estivas;
- Antônio Ferreira Cavalcanti: capitão-mor da Vila de Portalegre;
- Antônio Germano Cavalcanti de Albuquerque: capitão-comandante da companhia de 1ª linha, membro do

governo provisório e um dos líderes da contrarrevolução realista. Era primo de André de Albuquerque Maranhão;

- Antônio Rocha Bezerra: capitão de milícias e membro do governo provisório;
- Guilherme dos Santos Sazes: escrivão na vila de Extremoz e exercendo a função de secretário da junta do governo provisório;
- João de Albuquerque Maranhão: capitão-mor da Paraíba. Colaborou com as tropas de André de Albuquerque na conquista da capital potiguar. Posteriormente, conduziu o governador deposto como prisioneiro, José Inácio Borges, até a capitania de Pernambuco (Recife);
- João Saraiva de Moura: residente em Martins. Era membro do governo provisório em Portalegre;
- José de Holanda de Albuquerque Maranhão: capitão do regimento de André de Albuquerque, sendo primo do mesmo;
- José de Sá Cavalcanti: alferes da cavalaria miliciana do regimento em Portalegre;
- José Inácio de Albuquerque Maranhão: tenente-coronel, primo, cunhado de André de Albuquerque e domiciliado no Engenho Belém;
- José Manuel da Paixão: tenente do regimento de cavalaria miliciana chefiado por André de Albuquerque Maranhão;
- José Peregrino Xavier de Carvalho: coronel e comandante das tropas enviadas pela capitania da Paraíba para dar suporte às forças potiguares chefiadas por André de Albuquerque;

- Lourenço Mendes de Andrade: amigo e correligionário de André de Albuquerque;
- Luís de Albuquerque Maranhão: coronel do regimento de cavalaria de Natal/São José do Mipibu e senhor do Engenho Belém;
- Luís Manuel de Albuquerque Maranhão: alferes e filho de Luís de Albuquerque Maranhão, senhor do Engenho Belém;
- Luís Pinheiro de Oliveira: ajudante do regimento de cavalaria miliciana;
- Manoel Antônio Moreira: sargento-mor do regimento de cavalaria miliciana em Natal;
- Manoel Joaquim Palácio: europeu, português, residente em Martins e membro do governo provisório em Portalegre;
- Manuel da Natividade Victor: escrivão, residindo em Vila Flor;
- Manuel Inácio Pereira do Lago: tenente-coronel de milícias e provedor da Real Fazenda. Morava na capital da província, em Natal;
- Manuel Rodrigues de Mendonça: soldado do regimento de artilharia em Recife;
- Pedro Leite da Silva: natural de Martins e capitão de milícias em Portalegre;
- Ricardo Urchel: natural e residente em Natal, filho de ingleses. Foi preso por se negar, na queda da república, a ovacionar junto à multidão gritos de “morra a liberdade”.

TABELA

Relação nominal de vilas e cidades na então província do Rio Grande do Norte onde os seus leigos tiveram atuação direta na revolução de 1817.

APODI (Governo Provisório)
ARÊZ
CANGUARETAMA (Engenho Belém)
GOIANINHA (Engenho Estivas)
EXTREMOZ
MARTINS (Governo provisório)
NATAL (Capital da província)
NÍSIA FLORESTA (Antiga Papary)
PAU DOS FERROS
PORTALEGRE (Governo provisório)
SÃO JOSÉ DE MIPIBU
VILA FLOR

XXI

QUEM FOI ANDRÉ DE ALBUQUERQUE NESTA HISTÓRIA?

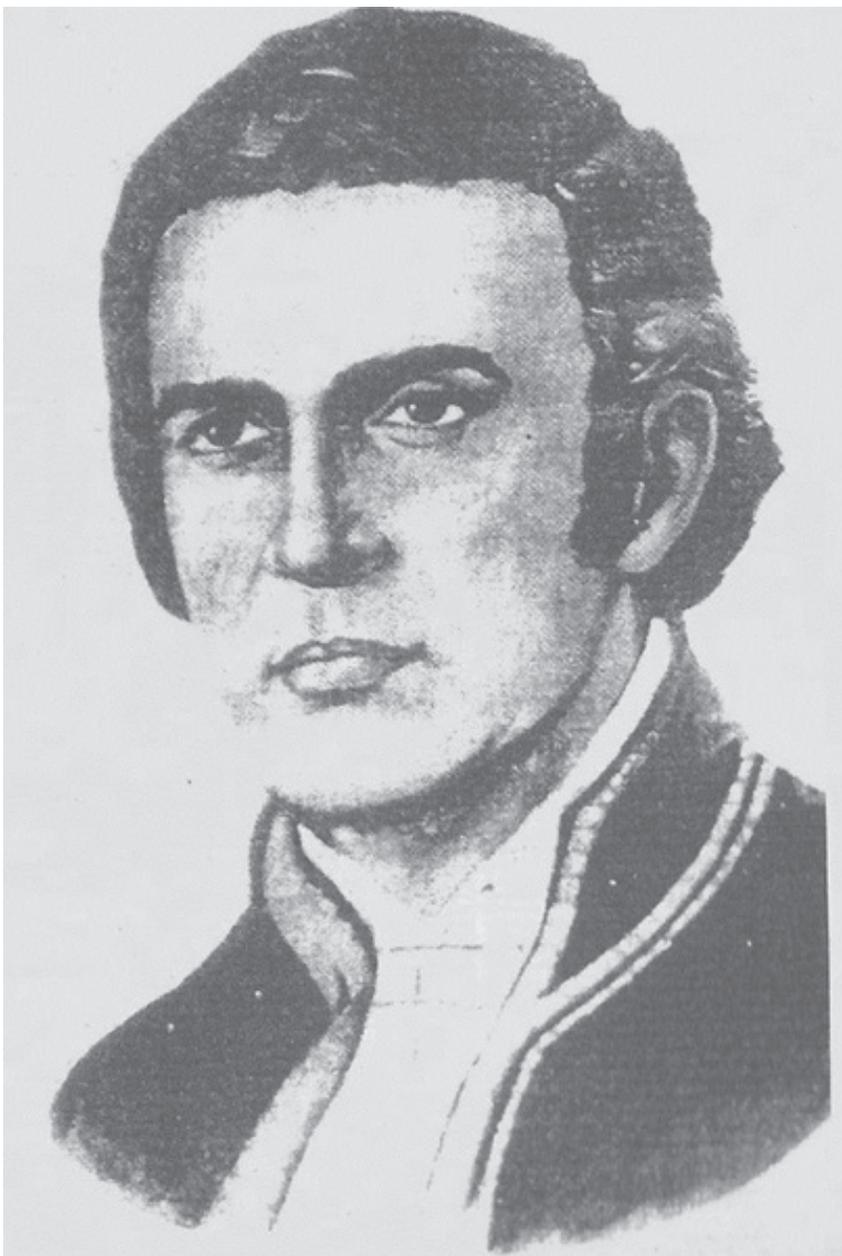
“Morreu o Pai André

Ali no jereré

Ali no jereré

Morreu o Pai André!”

Canção infanto-juvenil cantada no cortejo
fúnebre de André de Albuquerque



André de Albuquerque Maranhão

Senhor de engenho, coronel de milícias e chefe do movimento republicano de 1817, na capitania do Rio Grande do Norte. Nasceu em Canguaretama, em 1773, era filho legítimo do casal André de Albuquerque Maranhão e D. Antônia Josefa do Espírito Santo Ribeiro.

Estudou em Natal, viajou ao Rio de Janeiro e Lisboa, filgo Cavaleiro da Casa Real, por patente de 22 de agosto de 1811, e Cavaleiro da Ordem de Cristo, tendo sido rico proprietário de vastos domínios. Era comandante do regimento de cavalaria miliciana quando foi deflagrada a rebelião em Recife em março de 1817, a ela aderiu com todo o seu ardor.

Na província do Rio Grande do Norte, diante dos rumores de simpatias ao movimento pernambucano, o então governador José Inácio Borges, pessoa reconhecida como de espírito culto, em 11 de março decidiu ter um encontro com o coronel de cavalaria miliciana e grande proprietário de engenhos André de Albuquerque Maranhão no Engenho Belém (de propriedade de Luiz Albuquerque), até então seu aliado e em lugar bem próximo de Papary (Nísia Floresta) e depois com passagem pelos engenhos Cunhaú, de André de Albuquerque, em Goianinha e Estivas de outro André, primo do primeiro, tentando reforçar a reação aos revoltosos, mas não recebendo nenhum apoio para tal missão-tarefa.

Após tal atitude, movido por um “acesso de fúria” do vigário de Goianinha, Pe. Antônio de Albuquerque Montenegro, que atribui gesto de covardia a André de Albuquerque, foi este compelido a empreender busca e efetuar a prisão do governador.

Era o dia 28 de março e André de Albuquerque assumia o Governo Provisório, no dia seguinte, a saber dia 29, se instalando no prédio da Provedoria da Fazenda (hoje Memorial Câmara Cascudo), mas sem nenhum respaldo da população, pouco conectada aos acontecimentos políticos.

Para garantir a sublevação contra a coroa, o novo governador contava com algumas pessoas de grande influência como os padres João Damasceno Xavier Carneiro, Antônio de Albuquerque Montenegro, Feliciano José Dornellas e demais membros dos núcleos de Martins, Portalegre e Apodi, com os quais também fizera instalar seu governo republicano no período entre 10 a 19 de maio.

Na verdade, a força maior que encorajou a instalação do governo republicano no Rio Grande do Norte foi a seleção de 16 oficiais de milícia, alguns parentes do novo mandatário e outros vindos da Paraíba, liderados pelo jovem miliciano coronel José Peregrino Xavier de Carvalho, a quem alguns historiadores se referem como mártir revolucionário potiguar, mas sendo mais provável haver nascido em terras paraibanas.

Foi considerado pessoa simpática e heroica, verdadeiro escudeiro de confiança, tanto que, ao ser convocado no dia 24 a retornar à Paraíba houve um fato ocorrido na Matriz da Apresentação quando o sino tocava 9 badaladas, explicitava uma senha contra a revolta e a retomada do poder, deixando sem proteção e defesa o então governante.

André estava no Palácio despachando quando foi surpreendido por um grupo que vinha destituí-lo, era o dia 25 de abril. Nesse exato momento, recebeu uma perfuração com um sabre e foi conduzido preso para a Fortaleza dos Reis Magos, onde veio a falecer no dia seguinte (26).

Atribuiu-se o gesto mortal ao capitão ou cadete português Antônio José Leite de Pinho, que obteve vantagens pessoais em razão do fato. Contudo, testemunhas da época atribuem como verdadeiro agente do delito o miliciano Francisco Felipe da Fonseca Pinto.

Muitos correligionários negaram a participação e até houve reação negativa no contexto revolucionário de quem ainda tramava contra os revoltosos. É o caso do Pe. Feliciano José

Dornellas, que foi membro do governo provisório, mas resolveu mudar de postura política.

Enquanto outros eram perseguidos como o Pe. Pinto (Manuel Pinto de Almeida Castro), irmão de Miguelinho e duas mulheres, possivelmente as primeiras presas políticas da nossa história pátria, Bárbara de Alencar, pernambucana e residente no Ceará, mãe do Pe. José Martiniano de Alencar e avó do escritor José de Alencar, e Clara Joaquina de Almeida Castro, irmã do Pe. Miguelinho e sua aliada em ações revolucionárias.

Registram-se, com o acontecimento fatídico, atitudes marcantes na história, quando a Senhora Ritinha Coelho, num gesto de respeito, mandou que parassem o séquito que conduzia o corpo do governador deposto e sobre o cadáver coloca uma esteira nova para servir de mortalha.

O Pe. Simão Judas Tadeu presidira a encomendação, mas o miliciano João Alves do Quental, em pleno espaço no qual seria sepultado, tripudiou o corpo inerte, fincando sobre ele com esporas. O sepultamento aconteceu na Matriz de Nossa Senhora da Apresentação.

Termina assim o efêmero e breve governo republicano na capitania do Rio Grande do Norte, deixando rastros de heroísmo e espírito cívico se comparado a outros nem tanto significativos.

Durante a reforma do prédio da referida Igreja Matriz de Nossa Senhora da Apresentação, em fevereiro de 1995 (178 anos após o acontecimento), seus restos mortais foram exumados e depositados em uma nova urna funerária e mais uma vez sepultados no mesmo local, segundo os cânones cristãos permitem.

**CERTIDÃO DE ÓBITO DE ANDRÉ DE
ALBUQUERQUE MARANHÃO**



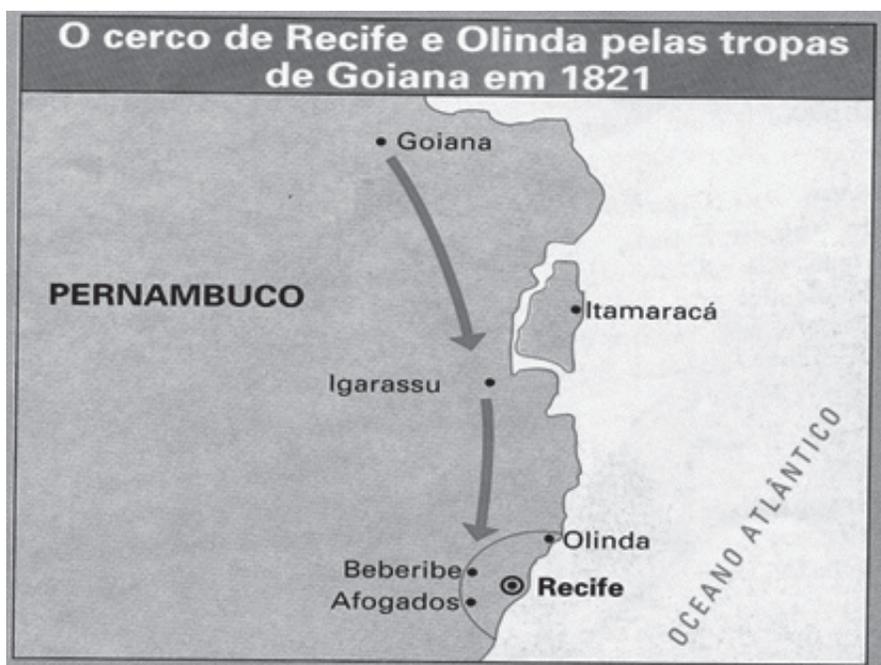
“Aos vinte e seis de abril de mil oitocentos e dezessete, faleceu da vida presente nesta Freguesia, tendo recebido os Sacramentos da Penitência e Unção, o Coronel André de Albuquerque Maranhão, branco, solteiro, com idade de quarenta anos, pouco mais ou menos. Foi sepultado nesta Matriz, envolto em uma esteira, depois de ser encomendado pelo Revmo. Coadjutor Simão Judas Tadeu, de minha licença. E para constar fiz esse assento, que assino Feliciano José Dornellas, Vigário Colado”.

XXII

RESSONÂNCIAS DE UMA REVOLUÇÃO

“Não fora a revolução um plano bem combinado para simultaneamente rebentar em outras capitanias, não possuía elementos materiais e morais para vingar, nem em número de soldados, nem em universalidade de convicção e não passou de uma explosão frenética do sentimento nacional desdenhado, brotada de cérebros exaltados pelo sucesso da Revolução Francesa, afervorados em seus sonhos por uma misteriosa solidariedade e ansiosos pela integração da liberdade americana”.

Oliveira Lima



Centro do Recife em meados do século XIX

O sistema de colonização português, apesar dos pesares, favoreceu a formação da nacionalidade brasileira. Ao contrário dos americanos, que repeliram o gentio, o português a ele se aliou, misturando-se o sangue das duas raças, surgindo o aborígene, com a epopeia de Caramuru, o valor de Camarão, a graça de Paraguaçu, nos acontecimentos mais notáveis da nossa história pátria.

O negro vindo para cá devido à escravização de várias tribos da África, vinculou-se ao solo, ligando-se aos povoadores e contribuindo na formação da raça, surgindo daí o tipo brasileiro, preso à terra do seu berço por laços indefiníveis que só o amor-pátrio sabe explicar.

No Brasil-Colônia só permanecia português de coração o funcionário público ou o soldado que vinha para o Brasil a serviço da Mãe-Pátria. O colono, o homem de negócios, ligando-se ao índio e ao negro por relações sexuais ou conveniências de trabalho, tornava-se automaticamente “brasileiro”.

Pouco a pouco, as distâncias diminuían os laços que prendiam a colônia à metrópole; a pátria livre e independente se tornou a maior aspiração dos brasileiros – desde a expulsão dos holandeses que lhes dera a consciência de sua força, concretizada na guerra dos Mascates (1710); na Inconfidência Mineira (1789), a célebre revolução, sonho dos poetas, que levou à forca o mártir Tiradentes; no projeto da república dos irmãos Suassuna, em Recife (1800); na revolução de 1817; no grito do Ipiranga a 7 de setembro de 1822.

Foi lento o percurso dos brasileiros na sua aspiração emancipacionista, o que se explica pela disseminação da população num imenso território, de comunicações difíceis, pela indolência do povo e pela sujeição às antigas leis e regulamentos coloniais.

A mudança da Corte portuguesa para o Brasil Colônia (1808) muito influenciou no intuito autonomista e libertário dos bra-

sileiros, que acalentaram a esperança de se tornarem independentes sem a agitação revolucionária.

Para o Brasil foi vantajosa a vinda da Corte, em consequência das novas relações que adquiriu a Colônia, aberta ao convívio internacional, e pela posição em que os acontecimentos a colocaram, em nível muitas vezes superior à Mãe-Pátria.

Segundo Henry Koster, a chegada de D. João VI despertou o desejo de competição entre os brasileiros entregues a indolência e aumentou a atividade de outros que aguardavam com paciência ocasião para evidenciá-la. Os brasileiros sentem que já se tornaram uma nação, a sua terra natal dita leis à Pátria-Mãe.

D. João VI, sob aparência de covardia, era um hábil político. Fugindo à invasão napoleônica, poupou sua autoridade às humilhações porque passaram as cortes europeias, e, chegando ao Brasil, concebeu o “plano ardiloso de resistência, que consistiu em conceder à colônia o máximo das franquias econômicas para garantir o mínimo das cedências políticas”, afirma Oliveira Lima.

Os brasileiros logo compreenderam que da corte portuguesa nenhum benefício lhes podia vir, uma vez que todos estavam destinados a servir de “bestas de carga” para saciar a ganância da corte ociosa e faminta que acompanhara D. João VI e se apoderara de todas as posições, de todos os cargos, e de todos os empregos, excluindo acintosamente os nativos.

Torna-se intenso, como um fogo subterrâneo, o espírito de discórdia e rivalidade entre brasileiros e portugueses, o que fazia com que uns e outros provocassem um clima de inquietação.

No Rio de Janeiro, D. João VI, tranquilo com a rapidez da supressão da revolta, não autorizou grandes manifestações de

vitória. “Correu sangue dos meus vassalos”, disse para aplacar os festejos.

Mas outra festa se fez. Meio ano depois da aniquilação da República pernambucana, em 28 de janeiro de 1818, foi publicado um decreto marcando o dia 6 de fevereiro seguinte para a cerimônia de aclamação de D. João VI. Receberia o pomposo título de rei de Portugal, Brasil e Algarves, d’Aquém e de Além-Mar em África, Senhor da Guiné e da Conquista, Navegação e Comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia e Índia.

Foi o primeiro e último. Aproveitou pouco tempo desse título. Do outro lado do Atlântico, não tardaram a chegar sombrias notícias. Cansados de viverem sem rei nem lei, os portugueses insurgiram-se contra a ausência de D. João VI e a presença inoportuna dos ingleses – que dominavam a economia e as forças militares.

Através da Revolta Liberal do Porto (1820), forçaram o fim do regime absolutista. Para não perder o reino de Portugal, D. João VI foi obrigado a abandonar, a contragosto, o continente sul-americano no ano seguinte, abrindo as portas à Independência do Brasil pelas mãos de seu filho D. Pedro.

Alguns dos republicanos pernambucanos, perdoados por D. João VI, não viriam a abraçar com entusiasmo o grito do Ipiranga em 1822. Pelo contrário, em 2 de junho de 1824, após meses de agitação política, Paes de Andrade – que tomara ilegalmente o cargo de governador de Pernambuco – proclamou a independência da região sob a denominação de Confederação do Equador.

Idealizada por dois clérigos – Frei Caneca e Pe. Mororó –, esta nação previa anexar também as regiões do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Alagoas, Sergipe e Paraíba. Contudo, com pouco apoio, mesmo em Pernambuco, e recebendo adesão de algumas vilas do Ceará e da Paraíba, tudo se tornou

um pesadelo; as tropas do Imperador D. Pedro I sufocaram à força o sonho de independência em setembro daquele ano.

Como Brasil independente, o processo judicial para castigar os líderes independentistas de Pernambuco estendeu-se até abril de 1825. A morte de 15 envolvidos acabou sendo decretada, entre eles Frei Caneca e o Pe. Mororó. A execução destes dois clérigos – o primeiro em Recife, em janeiro, e o segundo, em Fortaleza, três meses depois, não foi pacífica. Como os carrascos se recusaram a enforcá-los, tiveram de ser fuzilados.

O líder político da revolta, Paes de Andrade, conseguiu fugir para a Inglaterra, antes dos confrontos militares. Repetiu, o que fizera na insurreição de 1817, com a diferença de que, daquela vez, escapara para os Estados Unidos da América.

Em todo o caso, parece não ter sido coerente em seus princípios, já que, após a abdicação de D. Pedro I, regressou ao Brasil e tornou-se, durante meses, entre 1834 e 1835, governador monárquico de Pernambuco. E depois ainda foi senador do Império do Brasil até 1855, ano de sua morte, esquecendo suas ideias separatistas.

Não foi o único pernambucano a abraçar a monarquia. Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, irmão de José Bonifácio de Andrada e Silva, que também participara na insurreição de 1817 – chegou a ser preso por 4 anos –, entrou em colisão com D. Pedro I antes da criação da Confederação do Equador. Exilado na França até 1828, voltou ao Brasil, sendo eleito deputado e senador.

Defensor do fim do Período Regencial, que desencadearia na coroação de D. Pedro II, ocupou o cargo de ministro dos negócios do Império do Brasil – equivalente a 1º ministro – de julho de 1840 a março de 1841.

Em suma, a Revolução de 1817 teve grande importância para Pernambuco, para o nordeste e para o Brasil. Através dela aprendemos que a formação da nossa unidade político-territorial, a partir de identidades locais e regionais, foi lenta e difícil.

Como já acontecera na Inconfidência Mineira (1789) e na Conjuração Baiana (1798), também em 1817 os interesses regionais prevaleciam sobre os nacionais. Pernambucanos, mineiros, baianos, paulistas, etc. pensavam mais nos interesses de suas províncias do que no Brasil como um todo.

Ela mostrou outra grande dificuldade do processo de formação da unidade nacional: a definição do regime político brasileiro após a separação de Portugal – monarquia ou república.

O movimento revolucionário de 1817 foi o primeiro a estabelecer um governo republicano no Brasil. E apesar de sua fragilidade político-militar e de suas limitações ideológicas, foi uma experiência que incomodou o governo central e as forças políticas das províncias do sul.

Pernambuco acabou derrotado, duramente castigado. O ímpeto reformador e republicano viria à tona ainda outras vezes. E a República aconteceu.

XXIII

UMA CIDADE CHAMADA FREI MIGUELINHO

“Apelo para os habitantes da minha terra comemorarem com alegria o dia 17 de setembro, que marca o aniversário de nascimento de Frei Miguelinho, e lembrem com respeito o dia 12 de junho, data em que o frade passou para a imortalidade”.

Severino Rodrigues de Moura



Visão panorâmica da cidade de Frei Miguelinho-PE



Encravada no coração do Nordeste brasileiro, mais precisamente no atual Estado de Pernambuco, encontra-se a simpática, acolhedora e agradável cidade de Frei Miguelinho.

Localidade que outrora era chamada de Olho d'Água da Onça, a terra dos Mouras e do pioneiro Tomé José, falecido com 110 anos de idade.

Esta cidade vem de terras de sesmarias doadas pelo Imperador D. João VI a dona Maria Ferraz de Brito, dona de Taquaritinga do Norte, concedidas no século XVIII em local onde havia uma fonte de águas cristalinas nas proximidades do Riacho Topada que é afluente do rio Capibaribe, o antigo rio das Capivaras.

Durante as lutas libertárias de Pernambuco – tanto no movimento revolucionário de 6 de março de 1817, quanto nas pendengas advindas da Confederação do Equador, em 1824, Olho d'Água da Onça serviu de cenário para algumas de suas escaramuças e aventuras.

Muitos líderes revolucionários separatistas e ao mesmo tempo republicanos transitaram por seus difíceis caminhos, abrigaram-se em suas matas, pelejaram em suas terras, foram perseguidos nas suas fronteiras.

E assim acontecendo, Olho d'Água da Onça entrou para a história de Pernambuco, do Nordeste e por que não dizer do Brasil? Entre os heroicos líderes que palmilharam o solo de Olho d'Água, no 1º quartel do século XIX, destacaram-se dois frades carmelitas notáveis: Frei Miguel Joaquim de Almeida Castro (Frei Miguelinho), em 1817 e Frei Caneca, em 1824.

Frei Miguelinho permanece como o atual nome do antigo povoado de Olho d'Água da Onça por sugestão feita em 1939 pelo historiador Mário Melo, *in memoriam*. Trata-se de uma das mais justas homenagens ao grande vulto do nosso

passado histórico a quem Pernambuco quis destacar dando nome a um dos seus municípios.

Naquele mesmo ano de 1939, Dr. Mário Melo escreveu, com ênfase, uma crônica divulgando que o Frade estivera na fonte (Olho d'Água da Onça) acompanhado de vários companheiros revolucionários em 1817, acossado pelas forças do governo. Em condições precárias, mandou abater alguns animais para saciar a fome da tropa, ficando sem possibilidades de transportar um dos canhões.

Disse ainda o Dr. Mário Melo que o frade havia ordenado abrir uma vala na areia da Serra da Onça, próxima à fonte, e ali enterrou a peça bélica.

Isso criou, tempos depois, motivos de discussões entre os habitantes da localidade, a ponto de alguns proprietários abrirem valas em diversas direções, na tentativa de encontrar o canhão que alguns ainda julgavam estar enterrado.

A referida crônica depois virou história mitológica para o povo da região. No começo do século XIX, o espaço geográfico ainda era quase desabitado. A estrada mais próxima era a que passava em direção a Bezerras. Como poderia uma tropa transportar carretões, puxando canhões, em tais condições?

Talvez o frade nem sabia que os irmãos Moura estavam abrindo os primeiros campos para criação de gado, onde hoje está encravada a sede do município, com seus quinze mil habitantes.

Os comentários, que foram passando de geração a geração, dizem que em 1824 o Frei Caneca, percorrendo parte do Nordeste, perseguido pelas forças do governo, seguindo por estradas precárias, margeando o rio Capibaribe, chegou até o povoado de Capivara.

Quando estava acampado, foi surpreendido pelas tropas do governo, havendo um entrechoque onde morreram

vários revolucionários, sendo todos sepultados no mesmo local, cujo acontecimento ocorreu quando já haviam passados sete anos do fuzilamento de Frei Miguelinho e seus outros companheiros de ideal, na cidade de São Salvador–BA.

Frei Miguelinho é também a terra onde reinaram cangaceiros, entre eles Antônio Silvino, que em 1914 seria dominado pelas forças militares do sertanejo Teófanos Fernandes em terras de Olho d'Água da Onça.

É o espaço geográfico no qual também transitou por um bom tempo um outro heroico personagem da história do Brasil, tenente Valdemar Lima, da revolta de 1926, companheiro de Cleto Campelo na campanha tenentista terminada vitoriosa com a Revolução de 1930.

Quando em marcha para juntar-se à Coluna Prestes, o tenente Valdemar Lima teria sido morto em terras de Olho d'Água da Onça, exatamente no povoado Topada, que atualmente se chama Valdemar Lima, em sua homenagem.

Em suma, o município de Frei Miguelinho, antigo “Olho d'Água da Onça”, situado no agreste setentrional pernambucano com uma distância de 146km da capital do Estado de Pernambuco, apresenta um clima semiárido, com excelentes terras para a agricultura e pecuária.

Tem como limites geográficos uma vizinhança constituída dos seguintes municípios: ao norte: Santa Maria do Cambucá; ao sul: Caruaru e Riacho das Almas; a leste: Surubim; a oeste: Vertentes. Todas estas cidades, fazendo parte do Estado de Pernambuco.

Trata-se de uma área plana e suave destacando-se apenas as elevações das serras que embelezam a paisagem. Destas terras férteis sente-se a euforia dos lucros agrícolas por todo o ano na Serra de Taquaritinga, verdadeiro oásis e o

clamor ressequido dos limites da Paraíba com suas caatingas características de um sol causticante, inclemente e implacável.



XXIV

MIGUELINHO: a homenagem do povo potiguar

“O povo do Rio Grande do Norte, em comemoração cívica ao octogésimo nono aniversário de sua morte gloriosa, ufana-se de perpetuar, nesta lápide, solenemente posta no próprio lugar em que nasceste, teu nome imortal de herói e mártir”.

Augusto Tavares de Lira



Instituto Pe. Miguelinho



Inauguração do Grupo Escolar Frei Miguelinho – Arq.
Diário de Natal



Praça André de Albuquerque
(Obelisco em homenagem aos revolucionários de 1817)

Corria o ano de 1906, a Intendência Municipal de Natal, por resolução do dia 11 de junho do ano em curso, denominou a rua onde nascera o ilustre norte-rio-grandense de “Frei Miguelinho”. Na mesma data inaugurou uma placa de bronze no edifício-sede do 5º Distrito de Portos, rio e canais (onde se localizara a sua casa), homenageando-o no 89º aniversário do seu martírio.

A sua estola, com mais de dois séculos, símbolo do poder-serviço sacerdotal, de cor vermelha evocando o sangue dos mártires (uma relíquia preservada), encontra-se seguramente conservada em relicário no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte.

No antigo Palácio Potengi, atualmente Palácio da Cultura, um quadro numa bela moldura presta-lhe uma homenagem póstuma com a cena do seu julgamento. Trata-se de uma pintura a óleo sobre tela do pintor Antônio Diogo da Silva Parreiras, datada de 1918.

Em 1912, pelo Decreto nº 277-B, de 28 de novembro, foi criado um grupo escolar no bairro do Alecrim, por iniciativa de Cândido Medeiros (que, segundo Nestor dos Santos Lima, era o “desdobramento de sua escola dos pobres de São Vicente de Paulo”) e por indicação do próprio Nestor Lima, o governador da época, Alberto Maranhão, deu à esta nova escola o nome do sacerdote norte-rio-grandense, Frei Miguelinho.

Depois, bem mais tarde, quando o grupo se transformou em escola de primeiro e segundo graus, passou a se chamar com o nome que perdura até hoje, Instituto Pe. Miguelinho, corrigindo o erro inicial.

Por meio da Lei Estadual nº 2.880, de 4 de abril de 1963, publicada no Diário Oficial do Estado, edição de 20 de abril de 1963, foi criado o Instituto Pe. Miguelinho, o qual absorveu o velho grupo escolar ali existente.

O Instituto que ainda mantém o nome de Pe. Miguelinho funciona no mesmo endereço desde sua criação, ou seja, na rua Fonseca e Silva, nº 1.103, no popular bairro do Alecrim, em Natal-RN.

O Decreto-Lei estadual nº 268, de 30 de dezembro de 1943, determinou que o município de Santo Antônio do Salto da Onça, desmembrado de Goianinha em 1892, passasse a se chamar “Padre Miguelinho”. Cinco anos depois, em 1948, a cidade voltaria à denominação original, cujo o nome se conserva até hoje.

No dia 7 de setembro de 1953, data cívica alusiva à Independência do Brasil, foi fundada a loja maçônica Pe. Miguelinho. Era o nome escolhido para homenagear o herói da revolução pernambucana de 1817. Pe. Miguel Joaquim de Almeida Castro, o potiguar que aparece na nossa história como um dos líderes que sonhava em ver a Pátria independente e a fundação de uma república. Pelo ideal de querer uma nação livre e justa acabou sendo condenado à morte e fuzilado no dia 12 de junho de 1817.

A Câmara Municipal de Vereadores de Natal leva o nome de Palácio Pe. Miguelinho, numa justa homenagem ao grande herói de nosso chão potiguar.

Não podemos esquecer que a Academia Norte Riograndense de Letras o tem como patrono da cadeira nº 1, sendo seu primeiro fundador ocupante Adauto Miranda Raposo da Câmara (1898–1952). Sendo os seus sucessores Raimundo Nonato da Silva, Sylvio Pedroza e Claudio Emerenciano (atual).

Pe. Miguelinho foi justamente homenageado pelo Brasil a fora, recebendo o nome de um município pernambucano, bem como de um grande número de prédios, avenidas e ruas, espalhadas por todo o Brasil, de Norte a Sul em cidades tais como: Recife, Rio de Janeiro, Fortaleza, Florianópolis, Feira de Santana, São Paulo, Caruaru, Natal, Mossoró e muitas outras.

Em suma, o seu nome no conjunto destas instituições e iniciativas guarda, conserva, preserva e resgata à comunidade potiguar à memória de um dos mais dignos dos seus filhos ilustres.

Em Madureira, Rio de Janeiro, discursando como padrinho do avião “Frei Miguelinho”, o Dr. José Augusto Bezerra de Medeiros, em outubro de 1943, assim se expressou. Eis aqui alguns tópicos da sua alocução: “A população de Madureira e os condutores da Campanha Nacional de Aviação, ao darem o nome de Frei Miguelinho ao avião que ora se batiza e ao me indicarem para ser seu paraninfo, certamente visaram uma particular homenagem ao meu Rio Grande do Norte. Estado que por motivos de ordem histórica e geográfica está intimamente ligado às origens e ao progresso da navegação aérea do Brasil. Miguelinho figura por títulos incontestáveis entre os maiores vultos fornecidos pelo pequeno estado nordestino a serviço da emancipação pátria e dos princípios de liberdade que são a constante da nossa evolução histórica. E eu sou um potiguar, mais de três vezes centenário, tendo um dos meus ancestrais, João Lostau Navarro, mártir da hecatombe de Uruaçu, em 1645, chegado ao Rio Grande do Norte, com os seus povoadores iniciais, com Jerônimo de Albuquerque Maranhão e Mascarenhas Homem”, primeiros construtores da nossa história.

O Rio Grande do Norte começou em tempos de antanho o mais destacado preito de homenagem merecida, devida e justa à memória de Pe. Miguelinho, contemplando o dia do seu martírio entre os feriados do Estado e celebrando, há alguns anos atrás, o aniversário de sua morte com uma imponente festa cívica. Porém estes tempos já passaram.

O seu autêntico exemplo foi fecundo e a liberdade republicana, sonhada pelo herói em 1817, frutificou e corporificou-se na República de 15 de novembro de 1889.

A vida e o martírio de Pe. Miguelinho serão uma referência e um ensinamento profícuo para guiar os construtores

da nossa pátria brasileira nesse trabalho de reconstrução, que ainda não está terminado, porque, se nós brasileiros e brasileiras, nordestinos e norte-rio-grandenses devemos um culto à memória de Miguelinho, “a veneração pelos grandes homens prova-se menos pela admiração inútil do que pela continuação da sua obra”.

No monumento que a cidade de Natal construiu em homenagem ao Pe. Miguelinho, está escrito:

MICHAELI J. DE ALMEIDA CASTRO ET
ANDRAE DE ALBUQUERQUE MARANHÃO
MULTA PRO PATRIA LIBERTATE PASSIS
QUAM ET FORTITER MORIENDI EXTULERUNT
CONCIVES SUI
CENTESIMO OCCURRENTE ANNO
HOC MONUMENTUM
POSTERIS COLENDUM
EREXERE

– No lado direito:

O escudo do Rio Grande do Norte.

– No lado oposto:

XVII – XII – MDXCVII
EXPUGNATORUM HUC
DUCE E. MASCARENHAS HOMEM
APULLIT CLASSIS
QUI HANC PRIMI
REGIONEM OCCUPARUNT

– No lado esquerdo:

As bandeiras da Revolução de 1817 e da República brasileira, entrelaçadas, com as legendas; 6. III. 1817-15. XI. 1889

(Tradução)

A Miguel Joaquim de Almeida Castro e André de Albuquerque Maranhão que muito sofreram pela liberdade da Pátria.

Pela qual, morrendo valorosamente, exaltaram, seus concidadãos erigiram este monumento para ser venerado pela posteridade.



Palácio Pe. Miguelinho – Câmara Municipal de Natal



Comenda Padre Miguelinho

XXV

ORAÇÃO ACADÊMICA: introdução

“Quando vossos filhos, vossos vindouros, vossos netos perguntarem: que quer dizer esse templo, essa casa? Respondei: essas pedras são a obra da pública utilidade onde os nossos filhos aprendem a ser sábios e virtuosos, fiéis a Deus e ao Príncipe, úteis à Igreja e à sociedade, cidadãos e católicos”.

Oração Acadêmica pronunciada pelo Pe. Miguelinho, na solene abertura do Seminário de Olinda, no ano de 1800



O Seminário de Olinda

“Lapis et pariete clamabit. Estas pedras mesmo, estas paredes, este Seminário, tomará uma muda, mas eloquente linguagem, que fará sempre imortal a sua memória”.

Pe. Miguelinho – Oração Acadêmica



As frases laudatórias da famosa Oração Acadêmica do Pe. Miguelinho ao bispo de Olinda, Azevedo Coutinho, foram sendo omitidas ao longo dos tempos. No ano de 1800, início do século XIX, o estilo da época pedia um início pomposo e eloquente e um final cansativo e retumbante para qualquer discurso, sermão, homilia ou prédica.

Busquei cópia do mesmo manuscrito como se procura uma agulha no palheiro e só pude consegui-la no Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, através da sua revista publicada periodicamente, vol. XXXV, 1937–1938, que veio ao grande público no ano de 1941 sob a batuta do diretor responsável do mesmo, Dr. Mário Melo.

Miguelinho pronunciou sua Oração como se ele soubesse tudo de cor. Vagaroso e sorridente, instalou-se na cátedra (púlpito) que dava visibilidade ao seletto auditório para que o mesmo pudesse contemplar, ver, ouvir e aplaudir o mais renomado orador sacro de então.

Encarou a assembleia silenciosamente. De repente, não mais que de repente, com sua voz cativante iniciou a recitação do discurso. Ele o fez num tom contido e numa dicção perfeita, audível.

Pe. Miguel iniciou sua fala sem fazer nenhuma referência ao bispo ou demais autoridades ali presentes. Pouco a pouco foi fazendo todos entenderem que não teriam sido as invasões bárbaras a razão da decadência do Império greco-romano. Ao contrário, sua decadência foi provocada pelo apreço à luxúria e descuido com o estudo das Ciências e das Artes.

A sua voz poderosa e sibilante dominou todo o auditório. Miguelinho transparecia estar satisfeito e feliz. Contudo, não deixava de disfarçar sua justa arrogância.

Sarcástico ao extremo, elevou o tom de voz, alongando os braços em gestos amplos e sinuosos. Soava em sua voz um tom profético e genuinamente messiânico.

Paulatinamente como se doutrinasse catecismo às crianças, foi dedilhando sua teoria, explicando tudo, repetindo conceitos essenciais. Dizem os cronistas da época que num dado momento ele tirou de dentro de seu bolso um lenço branco e com ele começou a enxugar lentamente os olhos.

Para reforçar a beleza da sua concepção de organização social perfeita, fruto das Ciências e das Artes, o orador fez um verdadeiro panegírico em torno dela. Voltava a falar sobre a decadência de antigas civilizações. Neste momento, Miguelinho se mostrava altamente erudito, descrevendo o Estado Romano decadente por falta de sabedoria e dominado pela corrupção. Quanta atualidade!

Num reforço de linguagem, segue alternando descrições dos horrores da decadência com elogios a seu estado ideal. Subitamente substitui o tema pela denúncia clara, dura e firme do abuso das novas luzes que cedem lugar à libertinagem e outras formas de corrupção ainda mais perigosas.

O orador faz uma crítica severa, séria e correta aos exageros da Revolução Francesa. Encaminha uma tomada de posição em relação à conturbada política europeia. Fazia, aí, o protocolar elogio ao gabinete do rei, pronunciado com modesta seriedade.

Comentando as reformas religiosas em curso, ele foi terrível e temível. Parecia decidido a assombrar o sonho de tantos. Isto sem abrir mão da exibição de seus conhecimentos sobre a história religiosa. Discorreu, sem hesitação, sobre o Concílio de Frankfurt ocorrido no reino de Carlos Magno.

Miguelinho prossegue conduzindo suas ideias enriquecendo-as com embasamento bíblico, a partir daí, foi chegando

ao momento final desta peça literária, esplêndida, com referência explícita ao bispo Azeredo Coutinho e à fundação do Seminário Episcopal, Nossa Senhora da Graça de Olinda.

A conclusão desta bela, cativante e histórica Oração Acadêmica surpreendeu a todos que o escutavam. Foi dita em tom amortecedor porque o orador demonstrava já estar bastante cansado. Pe. Miguelinho já discursava há uma hora e meia.

O tom sem graça ou a ausência de brilho no final do discurso talvez se devesse ao fato de que Azeredo Coutinho, segundo os que o conheceram, era a negação viva de todas as teorias e idealizações contidas na Oração que acabava de proclamar.

É claro que o bispo também acreditava no papel da educação na estruturação de uma sociedade justa e fraterna. Era culto, amante das letras e cumpridor de suas obrigações, muito embora politicamente fosse um desastre. Para o Pe. João Ribeiro, Azeredo Coutinho era culto mas não era sábio. Um homem que não fazia o perfil que pudesse corresponder às propostas educacionais do século das Luzes.

Nesta grande noite, os corredores do velho casarão do Seminário de Olinda foram invadidos por curumins. Dançaram de mãos dadas. Os jesuítas falavam em latim e sorriam brandamente. De repente, uma névoa esbranquiçada invadiu todo o prédio do antigo colégio dos jesuítas, e os sinos da Igreja de Nossa Senhora da Graça badalavam festivamente. Estava inaugurada a casa de formação dos futuros padres do Nordeste brasileiro.

POSFÁCIO

A pergunta inicial, formulada com o título desta obra: *Miguelinho: padre, herói, revolucionário. Quem o conhece?* talvez seja respondida por muitos, terminada a leitura atenta deste livro de Padre José Freitas Campos.

Tivemos como professor na Universidade de Louvain (Bélgica), o perito conciliar, Monsenhor Gustave Thils, que, em talentoso e substancial trabalho, discorreu sobre “*A imanência e transcendência da Igreja*”. De igual modo, outros teólogos (Gérard Philips, De Lubac, Chénu e Congar, dentre tantos) refletiram sobre a Igreja, sacramento do Verbo Encarnado. Todos partiram da frase do Evangelho, quando assevera que o *Verbo de Deus se fez carne e habitou entre nós* (Jo 1, 14). A Igreja, presença visível de Cristo, apesar de divina, é plantada no tempo e na história. Uma Igreja assim concebida levou Padre Miguelinho à doação de sua vida em prol da sua fé e da pátria. É evidente que o sacrifício e a imolação crucial do Salvador do mundo partiam de uma motivação visceralmente espiritual. Mas, o Mestre da Galileia não se eximiu de lutar contra a opressão de seu povo, vivenciando o que se lê no Êxodo: *Ouvi o clamor de minha gente* (Ex 3, 7). O cristianismo é simultaneamente divino e humano. Espiritual e igualmente temporal. O Filho de Deus não desejou uma Igreja alienada e distante dos irmãos. Desse modo, o Papa Francisco vem pregando que *os pastores devem ter o cheiro do seu rebanho*.

Este estudo histórico de Padre Campos, musicista, compositor, pesquisador e escritor sobre a atividade política de Padre Miguelinho, nosso conterrâneo potiguar, ilustra o quanto os sacerdotes no Brasil estiveram comprometidos com o destino do seu povo. Tal envolvimento se explica pelo fato de que muitos presbíteros, durante os Períodos Colonial e Imperial, esti-

veram bem próximos de seu rebanho e identificados com suas causas. Por isso, sempre houve eclesiásticos que se manifestaram como seus representantes políticos, recebendo conseqüentemente do povo, sua confiança e voto. Como sublinha e demonstra o pesquisador Padre Campos, o clero colonial e imperial, especialmente o nordestino, se mostrou preparado para exercer a atividade política, tanto em termos de cultura como de moralidade.

Os propósitos que levaram os padres a entrarem na política (neste caso, Padre Miguelinho) eram elevados. O mandato político dos presbíteros acabava favorecendo os interesses do povo e não os de seu detentor.

Padre Miguelinho, professor do vetusto casarão de Azevedo Coutinho (Seminário de Olinda), viveu a realidade de uma Igreja refém das algemas da Concordata e do Padroado. A sua luta era primeiramente pela liberdade da Igreja contra o braço temporal do Estado. Este fez inúmeras vítimas e dentre elas, no Período Imperial, Dom Frei Vital Maria Gonçalves, condenado e feito prisioneiro no exercício de seu pastoreio, como bispo de Olinda, diocese que, à época, compreendia Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte.

Por outro lado, cabe afirmar que uma parcela do clero da época era burguesa, funcionária do Estado, braço da Inquisição, executora das ordens reais e imperiais, coadjuvante da espoliação das cortes. Cristo também lutou pelo seu povo. Doou sua vida pela libertação de sua gente e também condenou a exploração pelo Império Romano. Padeceu até a morte em razão de seu engajamento pela liberdade de sua nação ocupada e subjugada por estrangeiros e interesses alheios à causa de seus compatriotas. Situação análoga viveu Padre Miguelinho. Ao lutar por sua Igreja, fazia-o também pela Pátria. Uma Igreja que prega justiça e liberdade não podia se calar diante de um estado opressor e distante da população. Como

Tiradentes, Padre Miguelinho é mártir da pátria e por que não dizer do cristianismo? É inegável seu desejo de ver uma sociedade mais justa, humana e fraterna, segundo o Evangelho de Jesus Cristo.

Pergunta-se por que a militância política do clero brasileiro, nos séculos XVIII e XIX? Observa-se uma ressonância da situação nacional e especialmente da realidade advinda do Padroado. O papel da Igreja estava estrangulado pelo poder civil. Ela não detinha autonomia para a criação de paróquias e dioceses, nomeação de titulares etc. Assim, era natural a reação dos padres, que mergulharam na vida política para defender os interesses das paróquias, capelanias, dioceses e sobretudo de seus fiéis. Como ilustração, pode-se notar no cenário político do Brasil Imperial a presença de doze eclesiásticos, dos quais três bispos, participando da Assembleia Geral Legislativa, no período de 1838–1841; de oito clérigos na de 1850–1852 e sete padres (e sete sacerdotes suplentes) na de 1857 a 1860.

Durante a época do Brasil Colonial e Imperial, os sacerdotes contestavam o poder divino dos governantes. Muitos padres beberam da seiva de Santo Tomás de Aquino, especialmente, quando afirma no *De Regno*, capítulo VIII, 20:

A oposição aos governantes é necessária, se eles não atendem ao bem comum. Não será um ato de rebeldia ou infidelidade. Ao povo, unido em comunidades, compete ajudar e aconselhar os seus governantes de todas as maneiras para que não andem pelas trilhas dos tiranos e irresponsáveis. Se não obtiver êxito com suas admoestações, cabe destituir os governantes.

Importa reconhecer que a contribuição política do clero à sociedade não se restringe à atividade partidária, mas inclui trabalhos no vasto campo do social. Nessa área, a Igreja do Nordeste – e em especial, a Rio Grande do Norte – esteve

na vanguarda histórica. É digno de nota o compromisso, no século passado, com o trabalho das escolas radiofônicas e da sindicalização rural, a criação das comunidades eclesiais de base (CEBs), bem como a luta pela água dos quais o saudoso Monsenhor Expedito Sobral de Medeiros, pároco de São Paulo do Potengi, foi um dos grandes baluartes.

É louvável registrar a luta de Padre Miguelinho tão bem narrada, com profundidade de conteúdo, riqueza de dados e beleza literária pelo Padre Campos. Com este trabalho nosso colega e amigo escreve mais um capítulo da História Eclesiástica do Nordeste, em especial do nosso Rio Grande do Norte. Brinde-nos sempre com pesquisas preciosas, resgatando a história de nossa terra e de nossos sacerdotes!

Recanto Santa Marta, em Emaús (Parnamirim),
em 15 de agosto de 2019.

PADRE JOÃO MEDEIROS FILHO

Membro da Academia Norte-rio-grandense de Letras – ANRL

ANEXOS

ANEXO I
POEMAS PARA O
PE. MIGUELINHO

SETE CAVALEIROS NEGROS

Cavaleiros
em sete cavalos negros
vão levar a notícia
da sentença de Miguelinho.
Nos sete cavalos negros
sete cavaleiros
cavalgam noite e dia pelos montes
pelas serras pelas matas
vão levar a notícia
da morte
próxima chegada de Miguelinho.
Sete cavaleiros negros
sem rosto sem nome
apontam suas armas gritam suas notícias.
Espalham os favores do Reino
e a piedade
para com os prisioneiros.
São espectros são vassalos
do mesmo crime. Sete cavaleiros sem nome
noite e dia cavalgam errantes
nesses montes.

Dorian Gray Caldas

INVOCAÇÃO A MIGUELINHO

Quereis saber quem foi o padre Miguelinho?
Transponde o Cabugi e devassai-lhe o ninho.
Entrai nas catedrais da vasta humanidade,
Vereis nos corações dos nobres potiguares

Um vulcão consagrado em rútilos altares
O vinho do direito e o pão da liberdade.
Quem afronta o tufão não foge da batalha...
É mais nobre fazer da hora uma mortalha,

Quem aceitar do carrasco a humilde compaixão;
Há no riso do algoz o fel da hipocrisia...
Quando a taça contém o travo da ironia,
Uma bala é melhor que o beijo do perdão.

Segundo Wanderley

INVOCAÇÃO **À memória de Miguelinho**

Berço pendente ao sol puríssimo do norte,
Terra cheia de luz, de bondade e carinho,
Já tingiram teu seio os negros da sorte,
Já mancharam de sangue o teu longo caminho.

Berço cheio de amor, terra de Miguelinho,
Seio imenso de mãe, consolador e forte,
Que lhe deste a beber o generoso vinho
Da virtude e da fé para enfrentar a morte.

Dá-me a triste visão do calvário bendito!
A tirania humana em face do infinito
E o sereno perfil do grande fuzilado.

Morreu, dentro da luz de um pensamento novo...
E é preciso guardar no coração do povo
O valor dos heróis e as glórias do passado

Francisco Palma

IMORTAL!

No monumento a Miguelinho

Padre, tu que surgiste aureolado da luz
Que o futuro desvenda, o passado redime...
E, entre rubros clarões, a tu´alma conduz
A bendita visão do teu bendito crime...

Padre, tu que aprendeste os mistérios da cruz,
Fonte augusta do amor redivivo e sublime
E, entre palmas triunfais, disseste ao teu Jesus:
“À bendita visão do teu bendito crime”.

Padre, tu que afrontaste os peloiros da sorte,
Sem curvares o joelho às leis do despotismo,
Na vida foste herói e foste herói na morte.

Morreste sem morrer, e altivo e sobranceiro,
No zimbório da fé, na torre do civismo,
Legaste um nobre exemplo ao povo brasileiro!

Ezequiel Wanderley

**HINO OFICIAL DO ESTADO DO RIO
GRANDE DO NORTE**
Uma referência ao Pe. Miguelinho

I

Rio Grande do Norte esplendente
Indomado guerreiro e gentil,
Nem tua alma domina o insolente,
Nem o alarde o teu peito viril!
Na vanguarda, na fúria da guerra
Já domaste o astuto holandês!
E nos pampas distantes quem erra,
Ninguém ousa afrontar-te outra vez!
Da tua alma nasceu *Miguelinho*,
Nós, como ele, nascemos também,
Do civismo no rude caminho,
Sua glória nos leva e sustém!

ESTRIBILHO:

A tua alma transborda de glória!
No teu peito transborda o valor!
Nos arcanos revoltos da história
Potiguar é o povo senhor!

II

Foi de ti que o caminho encantado
Da Amazônia Caldeira encontrou,
Foi contigo o mistério escalado,
Foi por ti que o Brasil acordou!
Da conquista formaste a vanguarda
Tua glória flutua em Belém!
Teu esforço o mistério inda o guarda
Mas não pode negá-lo a ninguém!
É por ti que teus filhos descantam,
Nem te esquecem, distante, jamais!
Nem os bravos seus feitos suplantam
Nem teus filhos suspeitam rivais!

III

Terra filha do sol deslumbrante,
És o peito da Pátria e de um mundo!
A teus pés derramar, trepidante,
Vem Atlante o seu canto profundo!
Linda aurora que incende o teu seio,
Se recama florida e em par,
Lembra uma harpa, é um salmo, um gorjeio,
Uma orquestra de luz sobre o mar!
Tuas noites profundas, tão belas,
Enchem a alma de funda emoção,

Quanto sonho na luz das estrelas,
Quanto adejo no teu coração.

Letra: José Augusto Meira Dantas
Música: José Domingos Brandão

AO PE. MIGUELINHO

Meus ternos pensamentos, que sagrados
Me fostes, quase a par da liberdade,
Em vós não tem poder a iniquidade;
Para a Esposa voai, narraí meus fados.

Dizei-lhe que nos transes apertados,
Ao passar desta vida à eternidade,
Ela d´alma reinava na metade,
E com a Pátria partia-lhe os cuidados.

A Pátria foi o meu númen primeiro,
Foi a esposa depois o mais querido
Objeto de desvelo verdadeiro;

E na morte, entre as duas repartido,
Será de uma o suspiro derradeiro
Será da outra o último gemido.

Soneto escrito, na prisão, por Domingos
José Martins, fuzilado juntamente com
o Pe. Miguelinho

PARA DEFENDER A PÁTRIA

Para defender a pátria
Menino homem se faz,
Em dando a vida por ela;
Morrendo, não peno mais.

De que me serve viver
Entre suspiros e ais?
Se vivo, vivo penando;
Morrendo, não peno mais.

Inda que eu queira, não posso
Existir entre os mortais.
A morte serve de alívio;
Morrendo, não peno mais.

Oh! morte, por que não vens
Findar meus dias fatais?
Se vivo, vivo penando;
Morrendo, não peno mais.

Frei Joaquim do Amor Divino Caneca

CANÇÃO PERNAMBUCANA

Cidadãos pernambucanos
Sigamos de marte a lida;
É triste acabar no ócio,
Morrer pela pátria é vida.

Quando a voz da pátria chama
Tudo deve obedecer;
Por ela a morte é suave,
Por ela cumpre a morrer.

O patriota não morre,
Vive além da eternidade;
Sua glória, seu renome
São troféus da humanidade.

Frei Caneca

A VELHA FORTALEZA DO BRUM

As armas, filhos meus, a Pátria brada;
As armas concorrei; morra o tirano;
Reverdeça o valor pernambucano
A glória que em Tabocas foi ganhada.

De Vieira e Vidal a dura espada
Não puna só o batavo inumano,
Vosso esforço tão bem que é mais que humano
Aos vindouros da glória ensine a estrada.

É teatro de heróis mavórcia lida;
Na campina de Marte e peito forte
Consegue o loiro, a palma florescida.

Vinde, o céu vos oferece ilustre sorte;
É viver oprimido infausta vida
É morrer pela Pátria honrosa morte.

Amaro Soares de Avellar Originário da
Baía da Traição-PB e descendente próximo
dos índios Potiguares

POEMA A MIGUELINHO

A letra é minha disseste.
A que faltara é certo
Cresce em seu nome
Mais que ele todo o sobrenome
Uma letra apenas resume
Toda a fibra de um povo
É a ideia que não morre
Uma letra cresce como uma rosa

Como uma rosa desse hemisfério sul
Uma rosa transcendental
Toma esta sala de julgamento
Mais evidente que a reunião desses tenentes
Maior que a afirmação do Conde dos Arcos
De que a letra não era dele
A rosa-ideia de sua mão
É desmedida a afirmação

Alcança as margens transborda os rios
Caminha pelas estradas deste Brasil
Aponta erros e omissões
Faz mais digno o nosso irmão
Da execução fez-se o pranto
Da morte fez-se o grito

Da exceção fez-se o crime
Fique transcendente este registro
Da dor fez-se o lamento
E mais que o lamento
Fez-se visível a verdade
E a necessária liberdade
Com sua bandeira sua arma
A palavra fez-se aos surdos e aos cegos
A máscara dos opressores
Caiu mais uma vez multiplicada

A flor da verdade abriu no peito
Uma luz transfigurada
Nascida da dor e submissa
Que o reino e a fúria dos dragões acentuava
O crime fez-se história, fez-se legado
Em sangue tanto derramado, fez-se pátria alevantada
O ouro ser contido e o sangue ingênito
Fez-se rio profundo nas veias do homem brasileiro

Pedro Velho de Albuquerque Maranhão

HINO DO FREI MIGUELINHO

Surja em paz da penumbra da história
Do futuro ao sonoro clamor
Surja em paz sob as asas da glória
Quem da morte se fez vencedor

Simbolizas o bem nesta terra
E o civismo dos nossos avós
É teu nome um sussurro de guerra
São teus feitos lampejos de sóis

Salve sim, grande mártir!
Sorrindo Tu fizeste da vida um vulcão
Cuja lava acabou consumindo
Devorando-te o audaz coração

Sob o pé num altar os direitos do povo
Noutro altar a bandeira da fé
Foi tua vida um sacrário
Um sonho cheio de luz

Padre subiste o calvário
Herói e tiveste uma cruz
Paire um hino de amor paire um canto
De saudade, de luz sobre ti

REFRÃO: Como outrora o teu vulto de santo Refletia no
azul Potengi

Letra: Henrique Castriciano de Souza

Música: Luigi Maria Smido

HINO DO FREI MIGUELINHO

Solo de Soprano ou Tenor

Sur-ja em paz da pe-num-bra da His-to-ria do Fu-
Syn-bo-li - - - sas o bem'n'es-ta ter - - ra eo el-

a tempo

- tu - ro so so - no - ro - clam - gor Sur-ja em paz sob as a - zas da
- vis - mo dos nos - sos - a - vós É teu no - - mo um sus - sur - ro de

ff Metas *p*

Glo - - ria Quem da mor - te - se fez ven - ce - dor *ten* *p* Sal - ve
guer - - ra São seus fei - tos - lam - pe - jos de aóes Sob o

ten.

sim, gran - de Mar - tyr! Sor - rin - do tu fi - zes - te da vi - da um val -
 tem - plo de a - mor sem - pre no - vo du - as oren - ças con - du - zes de

p

un poco trattenuto

- cão Cu - ja la - va a - ca - bou con - su - min - - do De - vo -
 pé N'um al - tar oa di - rei - tos do po - - vo N'ou - tro al -

B
CÔRO de Senhoras
mf

- ran - do, te oam - das co - ra - ção.
 - tar a ban - dei - ra da Fé. Foi tua vi - - da um sa - ora - - rio um

f *mf* *B*

Arquivo de Leide Câmara Membro da Academia Norte Rio-grandense de Letras – ANRL

II
A ESTOLA DO PE.
MIGUELINHO



Miguel Joaquim de Almeida Castro

"Frei Miguelinho" (bico de pena
de Angelo Meyer)

A estola vermelha do Pe. Miguel Joaquim de Almeida Castro, Frei Miguelinho até 1800 e Pe. Miguelinho daí por diante, está no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte – IHGRN.

Há cinquenta anos recebeu o Instituto a doação dessa relíquia que ficará em exposição aos olhos brasileiros que desejam encontrar um elemento das vestes litúrgicas do Pe. Miguelinho, pousando nos seus ombros no cerimonial católico.

A estola pertencia a um sobrinho neto do Pe. Miguelinho, que usava todo o seu nome, o Dr. Miguel Joaquim de Almeida Castro, cearense, que foi nosso Deputado Federal ainda pelo Rio Grande do Norte na Assembleia constituinte da República.

O avô do Dr. Miguel Joaquim de Almeida Castro, Francisco Pinheiro Teixeira, era irmão do Pe. Miguelinho.

Em junho de 1906, 89º aniversário do fuzilamento, o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, por proposta do poeta Henrique Castriciano, promoveu uma série de homenagens de alta repercussão social. Veja o texto na República que apresenta o registro pormenorizado dos festejos cívicos que tanta impressão causaram em Natal e arredores.

Terminou o programa com uma sessão solene no então Teatro Carlos Gomes, atualmente Teatro Alberto Maranhão, na noite de 12 de junho de 1906.

Discursos, Segundo Wanderley declamou um poema entusiástico e um coro feminino cantou o “Hino de Miguelinho”, letra de Henrique Castriciano e música de Luigi Maria Smido.

Informavam os jornais da cidade e a Revista do Instituto Histórico (vol. IV, 339):

“Numa espécie de nicho arranjado no palco do Teatro Carlos Gomes estava em exposição a estola de Miguelinho, de damasco encarnado relíquia que

é carinhosamente guardada pela família Castro, de Mossoró, a quem pertencia o grande mártir!"

Mostrava ao Pe. José Calasans Pinheiro.

Na sessão de 5 de junho de 1910, o presidente do Instituto Histórico, Dr. Vicente de Lemos, comunicava uma carta de dona Rosa Maria Antunes de Almeida Castro, viúva do Dr. Miguel Castro, datada do Recife, 4 de maio de 1910, fazendo doação da estola em nome da família.

O presidente determinou que a estola fosse exposta ao público no dia 12 de junho, aniversário, o 93º, do fuzilamento do Pe. Miguelinho no Campo da Pólvora, na cidade de Salvador-BA.

Uma comissão encarregou-se do cerimonial. Foram Luís Emídio, Tomás Landim, Francisco Câmara, Luís Tavares de Lira e Nestor dos Santos Lima. Vive, graças a Deus, o Desembargador Luís Tavares de Lira, dos membros dessa comissão em 1910.

De 13h às 15h e das 18h às 21h o Instituto Histórico foi visitado por notável concorrência de pessoas, conforme as assinaturas registradas no livro de presenças.

Cinquenta anos depois a estola de damasco do Pe. Miguelinho será apresentada ao público por determinação do Dr. Aldo Fernandes Raposo de Melo, presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, desejando que essa peça legitimíssima do nosso patrimônio histórico e emocional, seja conhecida por quantos possam ter interesse nos assuntos da tradição e do patriotismo brasileiro.

Luís da Câmara Cascudo Natal,
10 de junho de 1960

III

ORAÇÃO ACADÊMICA

QUE NA ABERTURA DO SEMINÁRIO EPISCOPAL DE OLINDA, PERNAMBUCO, RECITOU O REVERENDÍSSIMO PE. MIGUEL JOAQUIM DE ALMEIDA CASTRO, NATURAL DA CIDADE DE NATAL, PROVÍNCIA DO RIO GRANDE DO NORTE, PROFESSOR DE RETÓRICA E POÉTICA DO MESMO SEMINÁRIO, NO DIA 16 DE FEVEREIRO DE 1800.



Seminário de Olinda

ORAÇÃO ACADÊMICA

Sim, senhores, é hoje que consumados em parte os grandes trabalhos do Sr. Dom José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho, nosso muito digno pontífice, se levantam das ruínas de um antigo edifício um novo templo para as ciências, um novo panteão para as musas e um eterno monumento para a sua glória. Sem se poupar às fadigas e cuidados, roubando aos contínuos trabalhos a que o conduz o Governo Civil desta vasta Capitania, tão dignamente confiada a sua atividade e política, suas horas de aplicação para promover os conhecimentos literários dos seus súditos, que fazem a mais delicada porção do seu ministério pastoral, oferecem hoje ao seu bispado uma porta franca e comum para entrarem no luminoso pretório das Ciências e das Artes. Mecenas ao pé de Augusto no século ditoso da literatura romana, Colbert ao pé de Luís XIV na época feliz do restabelecimento das letras na França não fizeram mais do que ele junto ao grande Príncipe, que nos governa, a fim de estabelecer, afirmar, em Pernambuco, a proveitosa cultura das Ciências.

Ele bem sabe que são elas as que formam a verdadeira glória dos povos, que apertam os claros indissolúveis da sociedade que nos mostram os direitos inalienáveis de Deus e de César, e que constituem e firmam os grandes fundamentos da Religião e do Estado, do sacerdócio e do Império. Ele sabe que sem as ciências, perdida a força das leis, alterados os direitos, confundidos os poderes, e arruinadas as bases da República, caminha tudo a submergir-se nenhum horroroso caos, nenhuma anarquia funesta, nenhum despotismo insuportável, nenhuma liberdade perniciosa, e finalalmente nenhum precipício inevitável. Isto não são, meus senhores, pinturas pitorescas de uma imaginação esquentada, são efeitos já tristemente

observados, de que achamos indubitáveis monumentos na história dos passados séculos.

Estes pensamentos, portanto, que dirigiram as vistas do nosso sábio Prelado no estabelecimento deste Seminário destinado à cultura das Ciências e das Artes, e a educação da mocidade, devem também animar-vos, ó nobres candidatos ao estudo e aplicação delas a fim de colheres os saborosos frutos que ele vos promete.

Eu vou, portanto, mostrar a utilidade das Ciências e das Artes ao cidadão e ao cristão; vou fazer ver que elas conduzem para o bem da sociedade e da Religião, e quanto, por consequência, são indispensáveis para a felicidade comum dos povos, dos soberanos, dos cidadãos, e dos monarcas, do rei, e dos vassalos. Santa verdade, desce dos céus e inspira-me: deposita em meus lábios tua força irresistível, e já que meu fraco entendimento não é capaz de ornar-te daquelas graças externas, que argumentam tua beleza, aparece em todo o teu esplendor, vem mesmo na tua augusta simplicidade, e dirige a minha oração. E vós, respeitável assembleia, diante de quem tenho a honra de levantar minha fraca voz, ouvi-me benignos. Para falar dignamente das ciências é necessário ser verdadeiramente sábio e eu que estou infinitamente distante deste alto posto, devo, necessariamente, balbuciar no estilo de uma oração acadêmica de que não tenho uso, e voz, pela vossa civilidade e benevolência, deveis suprir com as vossas luzes tudo o que falta ao meu rasteiro e mal ordenado discurso.

Para nós persuadirmos vivamente, senhores, que são as Ciências e as Artes as que consolidam os fundamentos da sociedade, estreitam os dourados laços do direito social, basta atendermos um pouco com reflexão sobre o que a nossa mesma razão nos dita e o que uma continuada experiência nos demonstra. A razão convincente nos faz ver a indispensável necessidade das Ciências para o estabelecimento fir-

me dos Estados, e a experiência depositada nos grandes fatos da História venerável, nos vem dar a última confirmação desta verdade. Sim, respeitáveis ouvintes, são as Ciências as que fazem dissiparem e fazem desaparecer diante de seu luminoso clarão às escuras, densíssimas trevas da ignorância e do erro. Seus raios fulgentes e puros formam a brilhante aurora, que anuncia a um povo o formoso dia da sua glória, da sua grandeza, da sua felicidade.

Elas são as que corrigem a aspereza desse natural grosseiro e agreste caráter de independência, que nasce com o homem, e as que nos fazem gostar os doces vínculos da dependência mútua e da sociedade civil.

É verdade, senhores, a natureza quer que os homens parem os inconstantes dias de sua carreira mortal, unidos entre si mutuamente, entre os carinhosos braços da paz, e da sociedade, é a mesma natureza que lhes inspira os primeiros sentimentos da união, quem os faz aborrecer, como um estado quase de morte, os tristes horrores de uma vida isolada, e quem, finalmente, lhes grava no fundo do coração as fortes sementes das paixões, que são os meios ordinários que esta mãe comum emprega para reunir seus filhos debaixo dos suaves prazeres da vida social. Os laços, porém, da sociedade (reflete o sábio Lacombe) são duros, a maior parte dos povos os sofrem com impaciência. Os homens na sociedade podem se representar como leões raivosos, sujeitos debaixo do mesmo jugo, e sempre dispostos a romper os ferros que os captavam e oprimem.

A ambição e o interesse, que são os mais poderosos motivos da união, se tornam ao mesmo tempo a origem de todos os seus crimes e desordens, um império ainda não polido pelas Ciências e pelas Artes está sempre em uma situação crítica. A política dos grandes consiste em oprimir os fracos; e a política destes em arruinar o duro despotismo dos grandes

que sobre eles incomodamente grava e pesa. Todas as ordens de cidadãos estão ali sempre em uma fermentação violenta: o menor sinal de rebelião basta para alterar e destruir totalmente a antiga construção do governo e olhando-se o poder do mais forte como um legítimo poder, digo, direito, cada um não quer obedecer quando se julga nas circunstâncias de poder mandar.

Só às Ciências e Belas Artes é que pertencem ensinar aos homens o que eles devem ser; elas os unem, elas lhes fazem conhecer os prazeres, e declinar da paz, levam luz a todas as ordens, prescrevem a cada um os seus direitos, e os seus deveres, riscam-lhes a esfera impreterível em que se devem conter, e formam de uma nação uma assembleia de filósofos, que têm aprendido como deixar as suas paixões, e a viverem felizes em uma comum unidade doce e pacífica, onde não são admitidos, nem lícitos senão inocentes combates de uma emulação louvável, onde a vitória só aqueles se concede, que têm com maiores fadigas e mais ativo zelo trabalhado para a felicidade pública dos seus amados concidadãos.

Esta, unicamente a causa para que pela mudança do gosto nas Ciências, e nas Artes, senhores, podem-se muito bem assegurar a evolução dos povos, nos costumes, e no governo, e igualmente pelas mudanças de governo e dos costumes se podem prever os funestos golpes que vêm ameaçar às ciências. Debaixo dos maiores príncipes (diz Voltaire) é que as Artes têm sempre florescido, e a sua decadência é muitas vezes a época da decadência de um Estado.

A África antigamente tão fértil em grandes homens, e em espíritos raros, pelo esquecimento terrível das Ciências, caiu miseravelmente nas trevas da barbaridade, que hoje vemos envolver seu férvido e estéril continente. O Egito, em outro tempo olhado como o país gerador de todas as Ciências, decaído depois, insensivelmente, de sua aptidão e cultura, é hoje um torrão inculto, inundado dos terríveis efeitos da barbárie,

cheio de ignorância e de nós esquecido. Pelo contrário os povos do setentrião e do ocidente, representados nos primeiros tempos como grosseiros e bárbaros, apenas abriram os olhos às letras brilhantes das Ciências, e das belas Letras, e as deixaram penetrar seus obscuros países, têm chegado mesmo a igualar e talvez exceder em todos os ramos da literatura tudo que as outras nações tinham sabido produzir de mais sólido, de mais belo, de mais profundo, e de mais sublime. A Grécia, antiquíssima escola do universo, apenas vê aniquilar-se nos seus países a cultura das Ciências pela desolação medonha das guerras, e pela desenfreada crueldade dos sucessores de Alexandre, vê ao mesmo tempo escurecer-se toda sua grandeza e glória.

Atenas não foi mais o asilo dos sábios. Os oráculos do areópago se tornaram mudos; e os grandes gênios da academia, e do pórtico, resfriados no meio do desprezo e da perseguição, cederam ao último golpe fatal que os conduziu à aniquilação. Roma nos memoráveis dias de sua exaltação, senhora e mestra do universo, que tinha fechado dentro de suas muralhas a vitória, e a sabedoria, apenas corrompida pelo luxo, e pelas riquezas, entregue aos braços lânguidos da moleza, despreza o estudo das letras, desterra os sábios, e os filósofos, e teme que as penetrantes luzes dos espíritos, que corrigem seus erros, perde todo o seu esplendor, e magnificência, seu próprio peso oprime, e ela mesma sucumbe a força irresistível da corrupção e da desordem. As Ciências e as Artes sempre errantes, e perseguidas, vendo-se obrigadas a fugir diante dessas falanges vitoriosas de bárbaros, que como túrbidas e tumultuosas torrentes inundaram as deliciosas províncias do Império romano, e que respirando combates, e roubos, procuravam um céu mais temperado, e terras mais férteis e alegres que os seus incultos matos, sem maior direito que o da espada, que eles exercitavam sem remorsos, as ciências, digo, e as Artes assim banidas, e expulsas de seus antigos

assentos, bateram suas douradas asas, e no seu voo rápido conduzindo consigo o bom gosto, e as luzes radiosas da razão, deixaram a Itália na obscuridade e no erro, e foram iluminar países onde firmaram seu doce e delicioso império. Entrando então em seu lugar a ignorância, a barbaridade, a força, e o despotismo, aquele povo rei, que tinha feito respeitar até as suas injustiças, e cuja tirania mesma era revestida de um certo caráter brilhante de majestade foi o ludíbrio de uma chusma de bárbaros desconhecidos que dos fundos gelados do setentrião, empurrando uns aos outros pela sua inumerável multidão, fizeram escurecer em pouco tempo todo o esplendor daquela “grande obra de tantos séculos” de tantos heróis, e de imortais engenhos. Roma, sem o auxílio das Ciências é uma outra Roma: um senado vil, magistrados sem autoridade, ou sem honra, tropas desenfreadas, um povo covarde e insolente aqui o que fazia a grande sociedade desta antiga capital do universo. A realeza perdida, a sabedoria que é a mais sólida base que a sustenta contra os terríveis ataques de uma liberdade ilegal, se torna um fantasma de autoridade, que é a cada passo insultado. No estreito círculo de 50 anos (como reflete um grande historiador. Depois de Alexandre Severo, mais de 50 césares são aclamados, e degolados pela licença militar, tão pronta para as rebeliões e regicídios, como indiferente para a glória e para o bem de Estado. O reino da ignorância devia infelizmente ser acompanhado do reino da barbaridade. Nos ditosos Estados, pelo contrário, onde o pacífico domínio das Ciências dirige e governa a par do trono, e onde a cultura delas é com cuidado e zelo promovida, que diversos, que risonhos aspectos se observam e contemplam! Cada um dos cidadãos advertidos por meio de seus documentos, e vivamente convencido de seus impreteríveis deveres para consigo, para com a sociedade, e para com o príncipe, reúnem-se todos debaixo de interesses mútuos, e se conhecem obrigados a sa-

crificar o bem particular ao bem comum, o precioso tesouro da vida, a conservação da pátria, e cada cidadão é um herói.

Uma legislação sábia vem harmonizar, dirigir a um centro comum todas as ordens da sociedade, e faz conter pela força severa das penas o vício, e o crime obrigando-os a fugir enfiados e cheios de confusão para os seus lugares tenebrosos, que só são dignos deles. A agricultura e comércio, esses dois grandes canais, por onde entram em um estado as riquezas, e as substâncias, levados até o último grão de perfeição, vêm acabar a grande obra da felicidade pública, e um povo feliz a sombra do trono, que o protege, e no profundo descanso da paz, que o afaga e acaricia, goza as agradáveis doçuras da sociedade, e os frutos deliciosos e suaves, que a sabedoria e a virtude derramam em seus pacíficos regaços.

No seio desta paz ditosa, e entre os braços carinhosos da abundância, as belas Artes entram a cantar tranquila à sombra dos loureiros, o poder do soberano, a felicidade de um tal povo, e os doces prazeres que sobre passos voam. Elas põem à lume a magnificência do império, anunciam ao universo em produções sublimes o alto ponto da sua elevação e coroam de um certo modo o magnífico aparato dos seus triunfos. Sabedoria! Digna filha dos céus! Mãe da virtude, e da humanidade, doce fruto dos nossos trabalhos, e das nossas fadigas, és tu? Sim: és tu mesma, a que fazes a glória do príncipe, que te protege, do povo que te cultiva, és tu a que estreitas os laços da sociedade, a que promoves a felicidade do Estado, e a que formas o verdadeiro cidadão.

Em vão, senhores, os inimigos das Ciências, e das Artes, nos convidam indiscretamente a deixá-las, ou ao menos nos querem fazer envergonhar do seu estudo, apontando-nos os abusos lastimosos que delas se têm feito no meio das nações mais cultas. Eu apelo, senhores, para o incorrupto tribunal da razão, e da experiência. Por ventura os espetáculos deliciosos

de um povo pacífico, descansado à sombra da sabedoria, serão mais horrorosos, ou farão mais corrupção nos costumes, e dão-nos no Estado, do que os da desenfreada liberdade e as tristes cenas da devastadora guerra? Serão mais para se temerem os sábios, e os artistas, do que esses homens fogosos e bárbaros, que não conhecem mais direito, que o do ferro, e não tem outra profissão mais que a de tudo reduzir a fogo e sangue? A ambição de um príncipe, que cultiva as Artes será mais perigosa que a de um déspota, que sacrifica tudo aos seus interesses e faz do seu estado o vergonhoso teatro das suas extravagâncias e paixões?

Os raciocínios, os sofismas mesmos de um filósofo corrompido, e libertino, a liberdade de pensar, as mesmas blasfêmias de um espírito forte dos do nosso século serão acaso mais perniciosos à religião e ao Estado, do que o cego fanatismo da ignorância, que tem produzido os maiores crimes, as mais horrorosas desordens na Igreja e no Império? A mesma França, a quem com justíssimas razões se repreende o abuso fatal que tem feito das Ciências e Artes, tem visto porventura, neste século de anarquia e de libertinismo, cenas mais horrorosas e sanguinárias do que nos séculos escuros da ignorância e do fanatismo? Luís XVI debaixo do ferro da guilhotina depois de ser sacrilegamente sentenciado pelo corpo da nação será capaz de nos inspirar mais horror do que os infelizes filhos de Clodomiro, filho imediato de Clovis, que tinha firmado apenas os primeiros fundamentos da monarquia francesa, mortos apunhalados clandestinamente e feitos miseráveis vítimas das ambições de seu tio? Luís XVI debaixo do ferro da guilhotina é um espetáculo mais horroroso do que 10 reis sucessivamente sacrificados à fúria da ímpia e infernal Brunehaut, que encheu em outro tempo a França de horrores e foi a autora de mil crimes igualmente funestos ao povo francês, que a real família de Clovis? Luís XVI finalmente, debaixo do ferro da guilhotina é capaz de nos inspirar mais horror do que Henrique III, assas-

sinado pelas mãos parricidas de um dominico? As interpresas e roubos da Assembleia Nacional contra a casa de Bourbon foram mais ilegais, mais injustas, mais tiranas do que os procedimentos e atentados dos antigos Mayres do povo contra a casa merovingiana? As mortes, os incêndios, as profanações destes dias funestíssimos, que tem visto Paris, têm sido mais horrorosos, e exiliais do que os da tenebrosíssima na noite de S. Bartolomeu? Mas que, meus senhores, sou eu porventura apologista desses insensatos Monarcas, inimigos dos reis e da pátria, das leis e da sociedade? Não, senhores, confesso os seus crimes; a crua barbaridade; o seu erro; a sua doutrina; e sentimentos incendiários; porém, crimes, barbaridades e erros, doutrina e sentimentos, menos cheios de horror do que esses que inspira a ignorância e o fanatismo.

Pode-se abusar das Ciências; é verdade, mas esse mesmo abuso é menos pernicioso e criminal do que os efeitos tristíssimos de uma ignorância cega. A sabedoria ainda no ponto de seu maior abuso só chega até dar ao vício as cores aparentes da virtude, desmascarar os mais feios atentados contra o rei e contra a pátria, com o véu especioso (e enganador) de liberdade e patriotismo; mas essa mesma necessidade em que às luzes da razão tem posto os criminosos e os malvados de ocultarem o seu negro carácter debaixo de imagens impostoras, serve de maior elogio as mesmas Ciências, e a verdade. E se a França libertina e escandalosa tem aprendido a arte detestável de abusar das grandes luzes das Ciências, e das Artes, o nosso Portugal, a Inglaterra, e o império, armados da verdadeira sabedoria e da sã política não tem sido as firmes muralhas de bronze onde se tem vindo desfazer todos os seus planos revolucionários? Se em outro século menos iluminado do que o nosso tivesse levantado o negro estandarte da anarquia e da rebelião, não teria chegado a seduzir os povos, e não teria assustado o universo com as suas vitórias e progressos? O falso profeta de Meca, plantando uma doutrina mais absurda, e me-

nos especiosa foi visto tristemente subjugar uma grande parte do globo, a França que sabe cavilosamente mascarar os seus erros e crimes debaixo dos sedutores nomes de liberdade, e de igualdade, que fez a detestável descoberta de uma doutrina, que reúne tudo quanto é capaz de favorecer e lisonjear as paixões com quanto é necessário para iludir a razão, não teria feito gemer todo o universo, e estendido os infectos ramos da árvore da liberdade sobre toda a terra se as luzes da Ciência lhe não tivessem obstado? Os planos e doutrinas dos Mirabeaux, dos Chabots, e dos Condorcets teriam infeccionado a Europa toda, se hoje os Rodrigues no ministério de Portugal, os Pitts, no gabinete de S. Jaime, e os Barões de Shugut no conselho de Viena os não tivesse transtornado, desfeito, confundido. Apesar, pois, do pernicioso abuso que das Ciências e das Artes possam fazer os homens criminosos, são elas verdadeiramente as que reúnem os povos na união da verdadeira fraternidade.

Às que adoram o caráter duro e agreste da natureza, as que ilustram os seus entendimentos, pulam os seus costumes, mostram-lhe os seus deveres, e os fazem gostar os deliciosos prazeres da vida social, como bons cidadãos: elas fazem também o verdadeiro católico. Temos visto como elas promovem a felicidade do estado, passemos a ver como elas firmam, e enobrecem a verdadeira religião.

As escuras e densas trevas, que nos dias caliginosos da ignorância ofuscaram o esplendor da religião; que a denegriaram e fizeram decair daquela sublimidade ilustre, como a tinha firmado o seu divino instituidor, e que se principiaram logo a dissipar ao primeiro clarão que trouxe ao nosso hemisfério a feliz restauração das letras, bem como os primeiros raios do astro do dia se dissolvem e desmancham esses negros vapores, que levanta a terra são um argumento o mais incontestável de quanto é prejudicial à religião a mesma ignorância, e do

quanto contribuem para o seu esplendor e aumento a cultura inestimável das Ciências. Séculos obscuros da ignorância de nossos país, vossa memória devia ser eternamente riscada das páginas da nossa história, e apagados para sempre a nossa vista os monumentos vergonhosos da vossa barbaridade! Eu não intento hoje, meus senhores, fazer deles menção a fim de cobrir de confusão, e de vergonha, os nossos antepassados; renovarei a sua triste lembrança para fazer ver unicamente aos meus coetâneos a que excessos, e prejuízos, conduz a ignorância a uma alma despida das luzes, e dos raios brilhantes da sabedoria nos necessários conhecimentos e prática da verdadeira religião. Sim, foi a ignorância a que abortou nos tristíssimos dias de nossos maiores e seus dias horrendos, informes monstros do satanismo, e da superstição, que tanto tempo enlutaram o brilhante esplendor da religião, e subministraram aos seus inimigos ocasiões para bem fundadas queixas contra o cristianismo, quando, já firmado nos corações humanos com as mais profundas raízes, devia fazer mais doce e aprazível o seu delicioso império. O Clero mesmo, a quem o senhor tinha confiado as chaves do reino dos céus, e entre cujas mãos tinha depositado o supremo poder espiritual, sepultado nas trevas obscuras da mais cerrada ignorância, foi o que primeiro corrompeu os seus caminhos, e abusou do supremo poder, que lhe fora confiado, da simplicidade, ignorância e credulidade dos povos, e enfim da piedade e devoção das potências do século. Em uns tempos calamitosos, em que para se ascender ao sacerdócio não era preciso mais que saber ler, escrever e entender a oração dominical, que golpes fatais não recebeu a religião! Desprezada a teologia revelada, e as fontes puras da antiguidade e da tradição, fascinados com os capciosos sofismas de uma leitura corrupta comunicada pelos arábicos, entregando-se todos aquele espirito contencioso reprovado por S. Paulo e que só seria capaz de fazer a ruina total da Igreja, se

o braço invencível do onipotente a não sustentasse contra os terríveis ataques das portas do inferno.

As seitas multiplicaram-se e combateram umas contra as outras, cada uma louvava seus apóstolos, cada uma vendia os seus sonhos e extravagâncias, como dogmas de fé, afetando ser a depositária da verdadeira doutrina! Os prelados excomungavam uns aos outros, e os soberanos temporais fazendo substituir a violência aos argumentos deram, quase sem querer, o último tom à infelicidade da religião e dos estados. O sacerdócio e o Império, senhores, a Igreja e o Estado, o altar e o trono, têm interesses tão mútuos e recíprocos que os golpes vibrados contra um vão diretamente descarregar contra o outro. Escurecida a religião, não podiam deixar de vacilar os tronos. Então foi que o feio monstro da discórdia batendo as negras asas lá do tenebroso lugar, da sua triste morada, envenenando os ares, por onde passava, com o corrupto hálito de sua respiração pestífera veio habitar no meio do império e aí acendendo a fumegante faixa no fogo betuminoso dos infernos, inflamou a redondeza dele com o funestíssimo incêndio dos cismas e das divisões. Aqueles ânimos tão cheios antigamente de fervor e de zelo para com os interesses públicos, não respiravam mais que disputas teológicas, e um espírito de partido em matérias de religião, que veio inteiramente sufocar os doces sentimentos do patriotismo. Cuidava-se e com todo cuidado se cuidava em ser ariano ou donatista, pelagiano ou priscilianista, maniqueu ou monotelita, e não se cuidava em ser cidadão.

Que exótico espetáculo não é ver a Carlos Magno metido sempre a teólogo, sentado em um trono, fazendo a abertura solene do Concílio de Frankfurt, propondo em termos decisivos, com um tom dogmático e magistral a condenação de Felis Urgel e de Elipando de Toledo, e escrevendo sem hesitar as Igrejas de Espanha (são estas as duas palavras) para que eu mesmo julgasse; assim o fiz; assisti como auditor e como árbitro no Con-

cílio dos bispos; temos visto e temos determinado o que se deve crer, vê-lo condenar de própria autoridade o segundo Concílio niceno, publicar os célebres livros carolinos contra o respeitável culto das imagens, e sustentando como doutor da Igreja, a palavra FELIO que adicionada ao símbolo de Niceia em uma carta dogmática que remeteu ao Papa Leão III! O espírito de partido, senhores, que fazia então odioso o império de Constantinopla, fez dissimular todos estes procedimentos e Carlos Magno é ainda hoje elogiado. Quando, porém, os sentimentos eram opostos ao partido dominante, que diferente conduta, que diferentes cenas. A arma invencível da excomunhão (diz um célebre escritor) chegou a ser um instrumento de guerras e de sanguinosas revoluções. As mãos sagradas e respeitáveis que o Senhor tinha destinado para abençoar o seu povo, não se ocupavam senão em amaldiçoar. Excomungou-se a satisfação da política e da vingança, excomungaram-se os grandes, excomungaram-se os mesmos soberanos. A história daqueles séculos de ignorância é o opróbrio, a confusão da razão humana. A mesma religião ficaria desonrada se lhe pudesse imputar o que ela condena. A ignorância era unicamente o monstro abominável que como mãe fecunda produzia estes absurdos e horrores. Debaxo de seu negro império é que foi visto um vão flagelo e terror dos sarracenos, vestido de um hábito de penitente ser excluído do seu trono para o ceder ao ímpio e façanhoso hereges, que tinha tido a audácia de o envenenar. Então é que foi visto um Imperador como Luís, o benigno, primeiramente recluso em um mosteiro; estendido depois sobre um cilício, despido de talabarte e vestes régias, vestido de um saco, ser encerrado em uma cela, pelos inauditos crimes de ter mandado marchar tropas no tempo da Quaresma, de ter convocado uma junta em Quinta-feira Santa e de se ter armado contra seus filhos rebeldes. Então é que se ouviu argumentar, quando se quiseram reunir no império os dois irmãos de Constantino Pogonato, que deviam ser três os imperadores, porque as pessoas da Santíssima Trindade eram

três. Então é que apareceu um novo caso de consciência, para se decidir a quem se devia dar o título de rei, se a um príncipe incapaz do governo ou a Childerico, um ministro depositário da autoridade régia, que a exercia com honra e foi decidido a favor do ambicioso vassalo contra o soberano legítimo. Então é que se forjaram esses cânones, que ainda hoje lidos nos encham de vergonha e confusão. Então é que se discutiram as célebres questões sobre o uso, que deviam fazer os cristãos das carnes das gralhas, ceguinhas, lebres e outras; sobre o modo de ser tratado o toucinho para poder servir ao uso comum. Então é que se inventaram essas escrupulosas provas para suprirem as judiciais, como o duelo, a que chamavam o juízo de Deus, os elementos, a cruz, a água benta, e a mesma Eucaristia. Então é que no testamento de Carlos Magno, assinado pelos grandes do estado e da Igreja, e pelo mesmo Papa, se dá a atendível precaução a respeito do trono, que no caso de discórdia entre os 3 filhos, seria rei aquele que mais tempo se conservasse com os braços em cruz. Nesse funesto tempo, senhores, do reino tenebroso da ignorância, é que se disputam as curiosas questões sobre a digestão da Eucaristia, sobre o parto da Virgem, e outras que se não podem tratar sem se profanarem os adoráveis mistérios da religião. Então é que se divulgaram os falsos milagres, as falsas relíquias, que se publicaram as atas falsas dos mártires, as supostas decretais do mercador e essas fraudes pias, e fábulas religiosas: Então é que se espalhou esse chuveiro de devoções ociosas, e indiferentes, que foram preferidas as verdadeiras obrigações do Evangelho, e que facilmente se simpatizam com os vícios e com os crimes mais feios. Então é que se pensou satisfazer à justiça divina com doações pias, e com riquezas amontoadas às Igrejas, como se a ambição pudesse ser um atributo da divindade.

Então finalmente... porém, senhores, para que mais cansar? Luzes brilhantes da sabedoria e da verdade vinde dissipar este negro caos de erros, e de superstições, de crimes, e de

fanatismo. Sim, respeitáveis ouvintes, renovam-se os estudos, cultuam-se as ciências, estuda-se a antiguidade, leem-se os padres, consulta-se o Evangelho. A verdade, a virtude. Religião, até tornam ao seu primitivo esplendor. Segunda vez o SENHOR diz que a luz se faça e a luz é feita. Conhece-se que o reino de Jesus Cristo não é deste mundo; que todo o poder vem de Deus; que o mesmo Senhor que disse aos pontífices sumos na pessoa de Pedro “Tu és Pedro, e sobre esta pedra hei de edificar a minha Igreja, e as portas do inferno jamais prevalecerão contra ela”. Disse também aos reis na pessoa de Davi “Eu te ungi rei sobre este povo, ao império de tua voz obedecerá todo ele”. Os dois poderes se harmonizam sem se confundirem; dar-se a Deus o que é de Deus; e a César o que é de César. Conhece-se que o criador deve ser adorado em espírito e verdade; que as práticas verdadeiras do cristianismo são a humildade, a penitência, a obrigação de si próprio, a caridade: que a religião não carece de fábulas, e imposturas para se defender e subsistir; e que finalmente não se deve saber mais do que importa saber.

Segunda vez agora vos desafio, inimigos das Ciências e das Letras, que imputais a sua cultura e estudos os golpes fatais que em nossos dias tem cabido sobre a religião. Eu penso seria ingrato à Providência, que me fez nascer neste século, justamente chamado o filosófico, o século das Ciências e das Letras, se não tomasse a empresa de fazer a sua apologia. Ouvi, insensatos que dizes que antes vos jureis ignorantes do que hereges e libertinos. Vistes um século, em que menos grassa-se o demônio da heresia? Esse monstro horroroso que tanto vexou a Igreja nos tempos de nossos pais não geme hoje aferrolhado nos abismos do Cócito? Um pequeno número de libertinos, e de espíritos fortes, que tem abusado das luzes do nosso século, por que enfim o espírito do homem de tudo sabe abusar, que tem atacado a religião ainda que em vão, não é infinitamente contrabalançado por essa nuvem imensa de sábios, de religiosos, de corifeus e apologistas da fé, que

ontem desferiu acumulado? Aparece um só argumento, não disse bem, algum sofisma nos seus monstruosos escritos, infelizes Artes que acordaram seus corrompidos engenhos, que não seja inteiramente desfeito, resolvido, reduzido a nada? A máscara especiosa de sua refinada hipocrisia não tem sido tantas vezes arrancada, rasgada? O mesmo libertinismo, que hoje existe escondido, e desvariado não é um resto de ignorância? Não observais, e ao mesmo tempo vós não encheis de consolação vendo que esses inimigos da religião são ao mesmo tempo jurados inimigos da probidade, da virtude, e da verdadeira sabedoria? Contais, no seu vergonhoso catálogo um só homem verdadeiramente sábio, um homem só de probidade, de bem? Eles não são o objeto desprezível da execração pública? O seu ímpio chefe banido, e proscrito de sua própria pátria, vagabundo e fugitivo, como outro Caim sobre a face da terra, aborrecido de todos os povos cultos, que o reputavam como um peso insuportável, que sobre eles gravava, não vai passar seus tristes dias entre as emaranhadas silvas do bosque negro? É verdade, meus senhores, no nosso século ditoso é libertino só quem quer sê-lo: fracos e baixos espíritos fecham os olhos a luz brilhante, que os circunda, estudam a religião pela superfície, e passam a blasfemar daquilo mesmo que ignoram. Outros ainda mais ignorantes e cegos afetam libertinismo, sem que sejam libertinos, nem o saibam ser, são como os ateus, quero dizer, são libertinos de obra não de entendimento. Deliciosa aplicação das ciências, frutuoso estudo das letras, verdadeira sabedoria és tu que os confundis, que os pisas, que os fazes vomitar aos pés da religião o mortal veneno, que seus pleitos calam, e os obrigas a confessar “Há um Deus; há uma fé, há uma religião que o mesmo Deus revelou; a Igreja católica é depositária dela: ela é santa, é pura, ela é verdadeira”.

Debaixo destes ditames da verdade, da sabedoria e da religião, li que quer ver instruído o seu clero o Sr. Dom José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho. Para este fim é que

ele patenteia hoje e abre francamente as portas deste Seminário, destinado a formar homens dignos da Igreja e do Estado, cidadãos e católicos.

Novo Moisés, capitão e Pontífice; Novo Neemias, que sabe ligar os deveres mais delicados da política com os interesses mais importantes da religião, é hoje um novo Zorobabel que dos ruinosos restos deste antigo edifício faz surgir um edifício novo destinando-o para ditosa habitação das Ciências e das letras, das musas e das artes. A sábia providência, senhores, do ente supremo, que nos governa, reserva para certos heróis a glória imortal de certas ações. Davi, o mais religioso dos reis de Judá, tendo arrancado das mãos profanas do Jebuseu, cidadela de Sião, estabelecendo nela os fundamentos do seu trono, repreendendo-se de habitar debaixo de soberbos tetos de cedro, ao mesmo tempo que a arca do Senhor habitava sob tendas comuns e portáteis, e o Deus forte, que tinha humilhado, debaixo do seu poder, a arrogância dos seus inimigos, não tinha morada fixa em Israel, empreende a obra famosa do templo, estava, porém, reservada para Salomão a glória da sua fábrica. Muitos pontífices zelosos desta antiga diocese tinham intentado já erigir um Seminário para educação da mocidade pernambucana, que se destina ao sacerdócio; porém, inúteis esforços! Estava reservada ao Sr. Dom José Joaquim a glória desta grande obra. Glorioso destino do nosso século! Eis aqui a época ditosa da restauração das letras, um príncipe benéfico e amável, recordado da grande proteção, que deram as ciências, seus augustos maiores, e que se fizeram ainda uma honra e uma glória de aliviar os pesados trabalhos do centro e da coroa, com a cultura e aplicação delas; recordado de que a sociedade das gentes de letras é um eficaz incentivo de emulação, que inspira o gosto e o prazer dos estudos; que seu Augusto avô, e Sr. Dom João III, destituído desde a infância daquela natural inclinação, que nos torna doce, e plausível a laboriosa carreira das ciências, tornando inúteis todos os esfor-

ços que seu digno pai empregava para o fazer gostar a literatura e sabedoria, foi, enfim, sábio e amigo dos sábios, pelo amor que ele lhe soube inspirar para as letras, por meio da sociedade de outros mancebos nobres, que fez vir continuamente para sua companhia; recordado, enfim, de que Portugal nunca fora mais feliz do que nos séculos ditosos em que viveu debaixo do pacífico império das ciências, anuindo ás súplicas do nosso digno, e zeloso pastor, que procura propagar nas suas colônias o estudo delas, vos abre hoje, ó nobres candidatos, um novo princípio de instrução, reunindo-vos em um ministério em que incitados do agudo espírito e do exemplo possais chegar ao gosto completo e perfeita cultura das ciências.

Vós pois, ó novos samueis, destinados a fazer um dia o esplendor do tabernáculo, e que fazeis hoje a mais doce esperança da Igreja pernambucana, entrai neste novo santuário da sabedoria, e da virtude, desempenhai as vistas que tem sobre vós o Exmo. prelado, que nos rege, correspondei aos seus desígnios, fazei-vos dignos de sua acepção, fazendo-vos verdadeiramente sábios. Lembrai-vos que os antigos romanos quando se propunham ascender aos cargos e dignidades da república, vestidos de uma toga branca, que os distinguia do resto do povo, e pela qual eram olhados com circunspeção pelos queridos observadores dos seus costumes e conduta, trabalhavam para se fazerem irrepreensíveis e dignos dos votos e aprovação dos padres conscritos e do povo. Vós que não sois hoje ornados desses distintivos hábitos senão para vos lembrares continuamente que viveis debaixo dos olhos perspicazes do público, que tem um tribunal inflexível e que o povo tem sobre vós fixas as vistas, vistas penetrantes, que sabem notar e sem compaixão repreender os mais pequenos defeitos que talvez em si não distingue, desempenhai a vossa vocação, tornai-vos irrepreensíveis as vossas ações e conduta, fazei-vos dignos dos seus votos da sua aprovação, dignos de que, apontando-vos com o dedo, digam cheios de consolação “Eis

ali os nobres candidatos, que hão de ser um dia os sucessores dos nossos prelados, as colunas da fé, os intérpretes da lei, o arrimo dos nossos trabalhos, os nossos consoladores, os anjos da paz, os nossos guias os nossos pastores: eles são dignos de sê-lo. Bem-aventurado o sábio pontífice que os congregou, que lhes deu as leis, que os formou tais quais eles são. Sim, ó pernambucanos, meus caros patrícios, eis aqui um espetáculo digno de nossa memória e da nossa consolação!"

Um novo Moisés no meio de Israel: ele implora para a construção da arca e do tabernáculo os subsídios voluntários de um povo caritativo. *"Omnis voluntarius, et prono animo offera"*.

O Sr. Dom José Joaquim quer erigir em Pernambuco este novo Seminário, eterno monumento do seu zelo e do seu cuidado pastoral. Que fervor, Senhores, que liberalidade. *"Filii Israel voluntaria dedicaverunt"*. Almas generosas, abrasadas no vivo ardor do patriotismo mais puro, ajudam com pias e largas contribuições os seus intentos; a obra é principiada, promovida, completa.

Pernambucanos, vinde ler sobre estes mármores os memoráveis monumentos de sua liberalidade e munificência; vinde ler ao mesmo tempo os puros sentimentos de beneficência, de amor, e de zelo, que inflama a grande alma do vosso pontífice. Santos efeitos da bondade e da beneficência, não serão ainda suficientes para vos convencer da pureza de sua alma, da candura de seu coração, da justiça de suas intenções, da retidão das suas providências? Sereis sempre, como o frenético enfermo que, costumado às tiranias dos que o tratam, assusta-se e grita as impressões das mãos benéficas que o vem curar, e derramar sobre suas chagas o saudável bálsamo, pensando que elas vêm argumentar o volume das suas dores? *"Acervus testimonii"* diz a Sagrada Escritura falando das pedras, que Jacó ajuntou para servirem de título subsistente da

aliança, que ele contratou. Eis aqui um testemunho autêntico, um montão de testemunhas da sua ternura, do seu amor, do seu zelo, da sua bondade, da sua beneficência, da sua caridade. Quando *“interrogaverint vos, filii vos tri dicentes, quid sibi volun Lapidis iste?”* Quando vossos filhos, vossos vindouros, vossos netos, perguntarem que quer dizer este templo, esta casa? *Iduris positi sunt Lapidis iste in monumentum Joseph in aeternum.* Estas pedras, respondi, são a obra da pública utilidade, onde nossos filhos aprendem a ser sábios e virtuosos, fiéis a Deus e ao príncipe, úteis a Igreja e a sociedade, cidadãos e católicos. José, o benfeitor, o pai da pátria, o justo, o pio, o sábio, foi quem a consagrou.

Ela conserva e conservará para sempre o seu nome imortal e respeitável, gravado com letras de ouro sobre o mármore e sobre o cobre, pelas mãos do reconhecimento e da gratidão. Vossos netos lerão sua memória sobre estes mármores eternos: e já velhos banhados de lágrimas de prazer apontarão ainda aos seus filhos com o dedo *“Eis ali os monumentos eternos da beneficência, do zelo, do amor, do imortal José”*. *In monumentum Joseph in aeternum.* Mas, quando a memória dos homens, sujeita ao dente gastador do tempo, ou por ingratidão ou por esquecimento não continue a tradição de suas virtudes pastorais: *Lapis et pariete clamabit.* Estas pedras mesmo, estas paredes, este Seminário, tomará uma muda, mas eloquente linguagem, que fará sempre imortal a sua memória

O seu nome será eternamente gravado com caracteres indelévels nos fastos da nossa história, escrita sobre estas pedras com um estilo de ferro, assim como hoje o é no fundo dos corações sensíveis.

Memória lisonjeira, que nos recordará eternamente o nome imortal do Sr. Dom José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho, o benfeitor, o pai da pátria, o justo, o pio, o sábio, o

benigno, o amador da sabedoria, o protetor dos sábios, o restaurador das letras.

DICE

REFERÊNCIAS

ABREU, Capistrano de. **Capítulos de história colonial – 1500-1800**, Brasília: Editora do Senado Federal, 1998.

AGUIAR, Luiz Antonio. **Frei Liberdade – sonhos e lutas da independência**. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2006.

ALGRANTI, Leila M. D. **João VI: os bastidores da Independência**. São Paulo: Ática, 1987.

ALBUQUERQUE, Maria Cristina Cavalcanti de. **O Seminário**. Recife-PE: Bagaço, 2015.

1. _____. **Olhos Negros: o romance de 1817**. 3. ed. Recife-PE: Bagaço, 2017.

ALBUQUERQUE, A. Tenório. **A maçonaria e as revoluções pernambucanas**. Editora Aurora, Ltda, 1970.

ALVES, Gilberto Luiz. **O pensamento burguês no Seminário de Olinda 1800–1836**. Campo Grande-MS: Editora UFMS, 2001.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A revolução pernambucana de 1817**. São Paulo-SP: Editora Ática, 1995.

_____. **Movimentos nativistas em Pernambuco – Setembrizada e Novembrada**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1971.

ARARIPE. J. C. Alencar. Alencar – **O Padre rebelde**. 2. ed. Fortaleza: Casa de José de Alencar. Programa Editorial, 1996.

Assembleia Legislativa do Estado do Ceará. **Os clérigos católicos na Assembleia Provincial do Ceará. 1834–1889**. Fortaleza, 2015.

BAHIENSE, Norbertino. **Domingos Martins e a revolução pernambucana de 1817**. Belo Horizonte: Editora Littera Maciel, Ltda, 1974.

BESEN. Pe. José Artulino. **História da Igreja no Brasil**. Florianópolis: Ed. Mundo e Missão. 2012.

BERNARDES, Denis A. de Mendonça. **O patriotismo constitucional: Pernambuco, 1810–1822**. São Paulo: Hucitec: Fapesp; Recife, PE: UFPE, 2006.

BEZERRA, Mons. Severino. **Os levitas do Senhor**. Vol. I. Natal: Fundação José Augusto – CERN, 1985.

BARATTA, Côn. José do Carmo. **Escola de heróis: o Colégio de N. S. da Graça e o Seminário de Olinda**. 2. ed. Recife: Comissão Estadual das Comemorações do Sesquicentenário da Independência, 1972.

BRITO, Raimundo Soares. **O Padre Miguelinho e outros temas cascudianos, Coleção Centenário de Luís da Câmara Cascudo**, vol. 5, Fundação Vingt-un Rosado, Coleção Mossoroense, série “C”, vol. 947, ano 1997.

CARRATO, José Ferreira. **Igreja, iluminismo e escolas mineiras coloniais**. Brasiliana, vol. 334. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1967.

CARVALHO, Gilberto Vilar de. **A liderança do clero nas revoluções republicanas, 1817 – 1824**. Petrópolis Vozes, 1980.

CARVALHO, Cônego José Geraldo Vidigal de. **Ideologia e raízes do clero da conjuração – século XVIII**. Minas Gerais, Viçosa Imprensa Universitária, 1978.

CARVALHO, Assis. **ITAMBÉ – Berço heroico da Maçonaria no Brasil**, Editora Maçônica A Trolha, 1. ed. 1996.

CASCUDO, Luís da Câmara. **A Casa de Cunhaú**. Brasília-DF: Edições do Senado Federal. vol. 45. 2008.

_____. **História da Cidade do Natal**. 3. ed. Natal-RN: IHG-RN, 1999.c

_____. **História do Rio Grande do Norte**. Rio de Janeiro: MEC, 1995.

_____. **O Livro das Velhas Figuras**, vols. III e VI, editados pelo Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, nos anos 1977 e 1989.

CHIAVENATO, Júlio José. **As lutas do povo brasileiro: do “descobrimento” a Canudos**. São Paulo: Moderna, 1988.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia?**, 18. ed. São Paulo: editora Brasiliense, 1984.

COSTA, F. A. Pereira da. **A Ordem carmelita em Pernambuco**. Recife: Arquivo Público Estadual, 1976.

FAORO, Raimundo. **Os donos do poder; formação do patronato político brasileiro**. 2. ed. Porto Alegre. São Paulo, Globo/Edusp, 1975.

FERNANDES, Florestan. **Revolução burguesa no Brasil: ensaio e interpretação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar. 1975.

FERRAZ, Socorro. **Frei Caneca – acusação e defesa**. Recife: Editora Universitária da UFPE. 2000.

_____, **Liberais & Liberais – Guerras Civis em Pernambuco no Século XIX**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1996.

FILHO, Carlos Studart. **A Revolução de 1817 no Ceará**. Revista do Instituto do Ceará, 1960.

FILHO, Olavo de Medeiros. **Aconteceu na capitania do Rio Grande do Norte**. Natal-RN: Departamento Estadual de Imprensa, 1997.

GOMES, Laurentino. **Como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil**. Planeta, 2007.

_____. **1822**, Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2010.

HOBSBAWM, Eric. **A Era das Revoluções: 1789–1848**. 36. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RN. Edição histórica. Aniversário de 115 anos, Natal-RN, 2017.

JANCSÓ, István (org.) **Independência: a história e historiografia**. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2005, p. 300.

JÚNIOR, Cassimiro. **A participação da capitania do Rio Grande do Norte e de mações potiguares na Revolução Pernambucana de 1817**. 1. ed. Natal-RN: Offset Editora, 2016.

JÚNIOR, Manoel Onofre. **Martins: a cidade e a serra**. 3. edição. Natal-RN: Sebo Vermelho, 2005.

KNAUSS, Paulo e CEZAR, Temístocles. Prefácio. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Lima Salgado. **Historiografia e Nação no Brasil (1838–1857)**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2011.

KOSTER, Henry. **Viagem no Nordeste do Brasil**. São Paulo: Nacional. 1942.

LEAL, Teófilo. **Frei Miguelinho ou aspectos políticos e morais do tempo de D. João VI**. Pap Americana, Rio de Janeiro, 1931.

LEITE, Glacyra Lazzari. **Pernambuco 1817: estrutura e comportamentos sociais**. Recife: Fundação Massangana, 1988.

_____. **A insurreição pernambucana de 1817**. Recife: Editora Massangana, 1988.

LEMONS, Vicente de; MEDEIROS, Tarcísio. **Capitães-mores e governadores do Rio Grande do Norte**. Natal: Editora Cern. v. 2:1701 – 1822.

Edição do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. Natal: [s.n.], 1980.

LIMA, Manoel Jácome de. Martins. Coleção Humanas Letras. Natal: Coleção Mossoroense – vol. 852. CCHLA/UFRN – , 1995.

LIMA, Oliveira. **Pernambuco e seu desenvolvimento histórico**. Leipzig F. A. Brockhaus, 1985.

LINS, Rachel Caldas. **O cabo e as revoluções pernambucanas**. Ciência & Trópico, vol. 9, nº 1. Recife: Editora Massangana / Fundação Joaquim Nabuco, 1981.

LIRA, Augusto Tavares de. **História do Rio Grande do Norte**. Brasília: Senado Federal, 2012.

LOPES, José Sávio. **Dezessete**. 1. ed. Natal-RN: Oito editora, 2017.

LOPES, Eliane Marta Santos Teixeira. **Origens da educação pública: a instrução na Revolução Burguesa do século XVIII**. São Paulo: Loyola, 1981.

LUNA, Pe. Lino do Monte Carmello. **Memória histórica e biográfica do clero pernambucano**. Recife-PE: Secretaria de Educação e Cultura, 1976.

MARINHO, Francisco Fernandes. **O Rio Grande do Norte sob o olhar dos bispos de Olinda**. Natal-RN: Nordeste, 2006.

MARTINS, Joaquim Dias. **Os mártires pernambucanos: vítimas da liberdade nas duas revoluções ensaiadas em 1710 e 1817**. 2. ed. Recife: Tip. de F. G. de Lemos e Silva, 1853/1854. Edição fac-similar. Recife: s/ed., 1974.

MATOS, Henrique Cristiano José. **Nossa História – 500 anos de presença da Igreja Católica no Brasil**. São Paulo: Paulinas, 3. ed., 2011.

MEDEIROS. Tarcísio. **Estudos da História do Rio Grande do Norte**. Natal: Tipografia Santa Cruz, 2001.

MELLO, Evaldo Cabral de. **A outra independência: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824**. São Paulo: Editora 34, 2004.

MELLO NETO, José Antônio Gonsalves de. **Manuel Arruda Câmara – Obras Reunidas**. Recife: Fundação de Cultura da cidade do Recife, 1982.

_____. **Rubro veio: o imaginário da restauração pernambucana**. 3. ed. São Paulo: Alameda, 2008.

MELLO, José Octávio de Arruda. **História da Paraíba: lutas e resistência**. 2. ed. João Pessoa: EdUEPB, 1995.

MELQUÍADES, José. **Padre Francisco de Brito Guerra, um Senador do Império**. 2. ed. Natal, RN: Fundação José Augusto, 1969.

MONTEIRO, Denize Mattos. **Introdução à história do Rio Grande do Norte**. Natal: EDUFRN, 2000.

MONTENEGRO, João Alfredo de Sousa. **Evolução do catolicismo no Brasil**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1972.

MOREIRA, Keila Cruz. **Padre Miguelinho: O intelectual, o professor, o revolucionário – vozes que se fazem ouvir**. Dissertação de Mestrado, Natal-RN, 2005, catalogação da publicação na fonte, Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN/Biblioteca Central Zila Mamede.

MOTA, Carlos Guilherme. **Nordeste, 1817**. São Paulo: Edusp/Pioneira, 1972.

_____, **Ideia de revolução no Brasil (1789–1801)**. São Paulo: 3. ed. Cortez, 1989.

MOURA, Severino Rodrigues de. **História de Frei Miguelinho**. Recife: FIAM/Centro de Estudos de História Municipal, 1982.

MOURÃO, Gonçalo de Barros Carvalho e Mello. **A revolução de 1817 e a história do Brasil**. Brasília: Funag, 2. ed. 2009.

NOBRE, Manoel Ferreira. **Breve notícia sobre a província do Rio Grande do Norte**. Natal-RN: Sebo Vermelho, 2011.

NOGUEIRA, Mons. Severino Leite. **O Seminário de Olinda e seu fundador o Bispo Azeredo Coutinho**. Recife: FUNDARPE, 1985.

NONATO, Raimundo. **Presença norte-riograndense na alçada pernambucana**. Rio de Janeiro: Pongetti. 1971.

NOVAIS, Fernando. **Portugal e o Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777–1808)**. São Paulo: Hucitec, 1979.

OLIVEIRA, Paulo Santos de. **A noiva da revolução – o romance da República de 1817**, 2. ed. Comunigraf Editora, 2006.

PAGANO, Sebastião. **O Conde dos Arcos e a Revolução de 1817**. São Paulo: Nacional, 1938.

PEREIRA, F. A. da Costa. **Dicionário biográfico de pernambucanos célebres**. Recife: Fundação de Cultura da Cidade de Recife, 1981.

PESSOA, Reynaldo C. (org.). **A ideia republicana no Brasil através dos documentos**. São Paulo: Alfa-Omega, 1973.

PINTO, Francisco das Chagas Souza. **Frei Miguelinho**. Rio de Janeiro-RJ: F. Briguiet & Cia, 1928.

PRIORE, Mary del. **Religião e religiosidade no Brasil colonial**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1995.

PRUDÊNCIO, Ivo. **Heróis da Solidão: províncias do norte 1817 a 1824**. Fortaleza: Edição do autor, 2011.

QUINTAS, Amaro Soares. **A revolução de 1817**. Rio de Janeiro: J. Olympio; Recife: Fundarpe, 1985.

RESENDE, Antônio Paulo (org.). **Recife: que história é essa?** Recife: Fundação de Cultura do Recife, 1987.

Revista comemorativa do bi-centenário da Paróquia e centenário do município de Pau dos Ferros (1756-1856-1956). Natal: Sebo Vermelho Edições. 2015.

Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano. Pernambuco: Orasam Academica, v. XXXV, 1937-1938, p. 172-174, 1941.

RODRIGUES, André Figueiredo. **O clero e a Conjuração Mineira**. São Paulo, Humanitas/FFLCH/USP, 2002.

ROSAS, Tarcísio. **Personalidades históricas do Rio Grande do Norte (séc. XVI a XIX)**. Fundação José Augusto – CEPEJUL, 1999.

RUBERT, Arlindo. **A Igreja no Brasil – Expansão territorial e absolutismo estatal (1700–1822)** Santa Maria-RS: Vol. III. Pallotti., 1988.

SANTANA, Andresa Bezerra de. **Silêncio no centro do Recife: as práticas urbanísticas e o calar de um monumento no período do Estado Novista**. UCPE [2012].

SILVA, Dom Duarte Leopoldo e. **O Clero e a Independência**. São Paulo-SP: Edições Paulinas, 1972.

SILVA, Tito Lívio Cabral Renovato. **A revolução de 1817 e o primeiro modelo de Constituição no Brasil: uma análise histórica e jurídica do movimento à luz da teoria do poder constituinte**. Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará, Fortaleza-CE: vol. 35, nº 2, 2014.

SILVA, João Manoel Pereira da. **História da Fundação do Império Brasileiro**. Rio de Janeiro: Baptiste-Louis Garnier, 1864.

SIQUEIRA, Antônio Jorge de. **Os Padres e a Teologia da Ilustração**. Recife-PE: Editora Universitária, 2009.

STUDART, C. Filho. **O Padre Gomes de Araújo e a Revolução de 1817 no Ceará**. Fortaleza: Tip. Minerva, 1962.

SUASSUNA, Luiz Eduardo Brandão; MARIZ, Marlene da Silva. **História do Rio Grande do Norte Colonial: 1597-1822**. Natal: Natal Editora, 1997.

TAVARES, Mons. Manoel Muniz. **História da Revolução de Pernambuco 1817**. 4. ed. Recife: Governo do Estado, Casa Civil de Pernambuco, 1969. (Nota XXIII – Oliveira Lima).

TEIXEIRA, Francisco M. P.; DANTAS, José. **História do Brasil: da Colônia à República**. São Paulo: Moderna, 1986.

TITO, Frei. **Frei Caneca – vida e escritos**. Recife: Cepe Editora, 2017.

TOLLENARE, Louis François de. **Notas dominicais tomadas durante uma residência em Portugal e no Brasil**. Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1978.

TRINDADE, Sérgio Luiz Bezerra. **Introdução à História do Rio Grande do Norte**. Natal: Sebo Vermelho, 2007.

VERAS, George. **Patronos Escolares**. Alexandria-RN: Gráfica RN Econômico, 2012.

VIEIRA, Dilermando Ramos. **História do catolicismo no Brasil (1500–1889)**: volume I – Aparecida, SP: Editora Santuário, 2016.

VIEIRA, Pedro Almeida. **Assim se pariu o Brasil**. Rio de Janeiro: Sextante, 2016.

VILLALTA, Luiz Carlos. **O Brasil e a crise do Antigo Regime Português (1788–1822)**. Rio de Janeiro: FGV, 2016.

VIOTTI, Emília da Costa. **Da monarquia à República – momentos decisivos**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

WEINSTEIN, Flávio Teixeira e outros. **1817 e outros ensaios**. Recife: Cepe Editora. 2017.

Secretaria de Editoração
e Publicações



A Insurreição Pernambucana de 1817 costuma ser rotulada de “revolução dos padres”. Sua leitura explica que isso se deu porque cerca de 70 sacerdotes integraram suas fileiras, sendo que alguns deles chegaram a se envolver em ações militares, como fizeram o Pe. Antônio do Souto Maior Bezerra de Meneses, vigário de Goiana, e os padres João Gomes de Lima e Francisco de São Pedro, o “Cachico”.

Mais chocantes ainda são os detalhes relatados sobre o martírio de muitos desses padres insurretos, como o Pe. Pedro de Souza Tenório (vigário de Itamaracá), Pe. Antônio Pereira de Albuquerque e o Pe. Roma. Todos condenados – a exemplo do que sucedeu a Miguelinho –, pelo famoso Conde dos Arcos, general português que governava a Bahia, conhecido pelo uso abusivo que fazia da violência.



9 788552 800736



Baixe gratuitamente
este livro no seu celular

Encontre este livro gratuitamente em formato
digital acessando: livraria.senado.leg.br

SENADO FEDERAL

